



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

**SELMAR DE SOUZA ALMEIDA LEVINO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE  
CULTURA EM RORAIMA (2013 A 2018)**

**BOA VISTA, RR  
2019**

**SELMAR DE SOUZA ALMEIDA LEVINO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE  
CULTURA EM RORAIMA (2013 A 2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras, na área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Linha de pesquisa 1 – Sociedade e Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias.

**BOA VISTA, RR**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L665p Levino, Selmar de Souza Almeida.

Políticas públicas : análise da formação da agenda pública de cultura de Roraima (2013 a 2018) / Selmar de Souza Almeida Levino. – Boa Vista, 2019.

145 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras na Amazônia.

1 - Agenda pública. 2 - Políticas públicas. 3 - Políticas culturais. 4 - Diversidade cultural. 5 - Roraima. I - Título. II - Dias, Maria das Graças Santos (orientadora).

CDU - 316.736 (811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela:  
Bibliotecária/Documentalista: Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

SELMAR DE SOUZA ALMEIDA LEVINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE  
CULTURA EM RORAIMA (2013 A 2018)**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Política. Defendida em 28 de fevereiro de 2019 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



---

Prof.ª Dr.ª Maria das Graças Santos Dias  
Orientador – PPGSOF/UFRR



---

Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira  
Membro Externo – CHIST/UFRR



---

Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Júnior  
Membro Interno – PPGSOF/ UFRR

## **Dedicatória**

Aos meus filhos, Juliana e Pedro  
por me fazerem feliz todos os dias.

Ao meu marido, Namis Levino, pelo  
companheirismo, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus irmãos, Anselmo e Railonso, meus escudeiros.

Aos meus pais, Manoel e Cleonisse, por serem a minha base e minha raiz.

## AGRADECIMENTOS

Graças e louvores dou a todo o momento a Deus por me permitir concluir esta dissertação.

Agradeço aos meus familiares: filhos, marido, pais, irmãos, tios, primos, sobrinhos, cunhados e cunhadas por torcerem por mais esta conquista.

Um agradecimento especial, a minha orientadora, professora Maria das Graças, pela paciência, dedicação, acompanhamento contínuo e acima de tudo por me incentivar a percorrer pelo mundo da ciência.

A todos os servidores da Universidade Federal de Roraima, instituição da qual tenho a honra de fazer parte, agradeço aqueles que direto ou indiretamente contribuíram com esta oportunidade de qualificação profissional.

As minhas amigas de trabalho: Maria Deográcia, Francilene Cardoso, Flávia Ávila e todos os bolsistas da cultura, que sempre me apoiaram no projeto de mestrado.

Minha gratidão, aos meus chefes imediatos, professor Vladimir de Souza e professora Edlamar Menezes e os demais colegas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, nas pessoas das servidoras Consolata Albuquerque, Pétira Maria, Raphaela Queiroz, Andrea Ramalho e Elivânia Oliveira.

À amiga Paola Beatriz, uma irmã do coração, que sempre esteve de prontidão e de apoio.

Agradeço aos professores Parmênio Citó e Flávio Corsini, meus primeiros incentivadores em projetos de formação na área de gestão cultural.

Aos professores, Carla Monteiro e Reginaldo Oliveira, pelas colaborações no campo da pesquisa.

Ao artista Zeca Preto que ao compartilhar sua vivência poética, muito colaborou com esta pesquisa e em seu nome agradeço a toda a classe artística de Roraima cuja rica produção expressa a alma do nosso povo.

Agradeço imensamente aqueles que contribuíram na coleta de dados e informações, Jonayna Rodrigues, servidora da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima; Paula Rodrigues, secretária do Conselho Estadual de Cultura; Catarina Ribeiro, artista e integrante do movimento de cultura popular e Lumésia da Costa, servidora do arquivo da Imprensa Oficial de Roraima.

A todos os entrevistados pelo compartilhamento de suas experiências e memórias referente a política cultural em Roraima, dedico o meu muito obrigada na pessoa da conselheira de cultura, Elena Fioretti.

Aos professores e colegas do mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras pelas contribuições e indicações teóricas.

E em especial aos colegas, Rosana Luz, Daniel Lapola e Antonio Ramos.  
Muito obrigada!

Uma nova era, lua nova  
Um novo tempo de plantar  
Uma semente de saber  
Como resiste o caimbé e a nossa história  
Que é feita de pajés e corações  
De cada canto do país.

(Música - Canto das Pedras, de Zeca Preto e Neuber Uchôa)

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral analisar o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima e o seu diálogo com o Sistema Nacional de Cultura (SNC) no período de 2013 a 2018. A pesquisa justifica-se pela relevância acadêmica e social do estudo em contribuir com o levantamento de informações sobre a realidade social de Roraima na temática da cultura, o papel dos atores e as responsabilidades do poder público na condição de mediador das múltiplas demandas para o alcance dos objetivos da política de cultura. Quanto à metodologia, o estudo se desenvolve ancorado em uma abordagem qualitativa, reúne dados encontrados em fontes documentais e bibliográficas relacionadas ao objeto de pesquisa. Como técnica de coleta de informações utilizou-se de entrevistas individuais semiestruturadas com pessoas que contribuíram com a discussão e organização do processo de formação da agenda pública no período analisado. A seleção dos entrevistados abrangeu segmentos do poder público e sociedade civil, observando as competências, atribuições e condições de participação de cada entrevistado na formação da agenda pública. Quanto as variáveis de análise, utilizou-se o Modelo dos Múltiplos Fluxos. A pesquisa apoiou-se em referências teóricas que abordam o conceito e as principais vertentes teóricas da cultura, políticas públicas e políticas culturais. Dentre os resultados alcançados destacou-se: a identificação dos atores visíveis e invisíveis, a forma como um tema é apresentado como demanda; as alternativas e soluções de políticas culturais no âmbito estadual; como se dá o processo do diálogo entre o poder público e a sociedade civil; o estágio de organização do SNC em Roraima e de que forma a agenda pública acolhe as ações voltadas para a promoção da diversidade cultural no Estado. Constatou-se o não alcance dos objetivos referentes à diversidade cultural, como previstos na política nacional de cultura e que o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima é dinâmico, com mudanças que ocorrem de maneira muito rápida de acordo com a vontade política dos tomadores de decisão, ou seja, flutuam, podendo obstruir ou redefinir a agenda quando das trocas dos atores governamentais ou quando surgem prioridades políticas cujos interesses superam a agenda em curso.

Palavras-chave: Agenda pública. Políticas públicas. Políticas culturais. Diversidade cultural. Roraima.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the process of formation of the public agenda of culture in Roraima and its dialogue with the National System of Culture (CNS) from 2013 to 2018. The research is justified by the academic and social relevance of the study to contribute to the collection of information about the social reality of Roraima in the theme of culture, the role of the actors and the responsibilities of the public power as mediator of the multiple demands for the achievement of cultural policy objectives. As for the methodology, the study is anchored in a qualitative approach, it gathers data found in documentary and bibliographic sources related to the research object. As a technique for collecting information, we used individual semi-structured interviews with people who contributed to the discussion and organization of the public agenda formation process during the analyzed period. The selection of interviewees covered segments of public power and civil society, observing the competencies, attributions and conditions of participation of each interviewee in the formation of the public agenda. As for the analysis variables, the Multiple Flows Model was used. The research was based on theoretical references that approach the concept and the main theoretical aspects of culture, public policies and cultural policies. Among the results achieved were: the identification of visible and invisible actors, the way a theme is presented as a demand; the alternatives and solutions of cultural policies in the state scope; how the process of dialogue between government and civil society takes place; the stage of organization of the CNS in Roraima and how the public agenda welcomes actions aimed at promoting cultural diversity in the State. It was noted that the objectives of cultural diversity are not achieved, as foreseen in the national culture policy, and that the process of forming the public cultural agenda in Roraima is dynamic, with changes occurring very rapidly according to the political will of decision makers, that is, they can fluctuate and can obstruct or redefine the agenda when government actors change or when political priorities arise whose interests surpass the current agenda.

Keywords: Public agenda. Public policy. Cultural policies. Cultural diversity. Roraima.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Elementos Constitutivos do SNC.....	59
Figura 2 - Projeto do Plano Urbanístico de Boa Vista.....	63
Figura 3 - Sede do Palácio da Cultura (1974).....	72
Figura 4 - Modelo dos Múltiplos Fluxos.....	100
Figura 5 - Matéria que apresenta indicador de crise no setor público de cultura...	104

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características das abordagens das políticas públicas.....	35
Quadro 2 - Principais características das abordagens das políticas culturais.....	44
Quadro 3 - Quantitativo de Estados, municípios e Distrito Federal que aderiram ao SNC por região.....	58
Quadro 4 - Sequência histórica de ações relacionadas ao desenvolvimento da política cultural em Roraima de 1993 a 2012.....	84
Quadro 5 - Sequência histórica de ações relacionadas ao desenvolvimento da política cultural em Roraima de 2013 a 2018.....	97
Quadro 6 - Principais atos governamentais referentes à organização do Sistema Estadual de Cultura (SEC/RR) .....	98

## LISTA DE SIGLAS

ALE/RR	Assembleia Legislativa de Roraima
CEC/RR	Conselho Estadual de Cultura de Roraima
CFC	Conselho Federal de Cultura
CIB	Comissão de Intergestores Bipartite
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
COTEPE/CULTURA	Comissão Técnica Permanente de Cultura
DOE/RR	Diário Oficial do Estado de Roraima
DOU	Diário Oficial da União
EMUR	Escola de Música de Roraima
FEMARH	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FETEC	Fundação de Educação, Turismo e Cultura de Boa Vista
Ficart	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FPC/RR	Fórum Permanente de Cultura de Roraima
Funarte	Fundação Nacional de Arte
FUNCULTURA	Fundo Estadual de Cultura de Roraima
GTAP	Grupo Técnico para Avaliação de Projetos
IACT	Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IMP	Instituto de Modernização Pública
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MES	Ministério da Educação e Saúde
MinC	Ministério da Cultura
MIRR	Museu Integrado de Roraima
MPE/RR	Ministério Público do Estado de Roraima
MS	Ministério da Saúde
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais

OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC/RR	Plano Estadual de Cultura de Roraima
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPGSOF	Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SAI	Secretaria Nacional de Articulação Institucional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC/RR	Sistema Estadual de Cultura de Roraima
SECD/RR	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
SECULT/RR	Secretaria de Estado de Cultura de Roraima
SEPLAN/RR	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima
SESC	Serviço Social do Comércio
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIVIRR	Universidade Virtual de Roraima

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	METODOLOGIA.....	19
1.2	JUSTIFICATIVA.....	22
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	23
2	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS: CULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS</b> .....	24
2.1	CULTURA.....	24
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	30
2.3	POLÍTICAS CULTURAIS.....	42
3	<b>TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E EM RORAIMA</b> .....	46
3.1	HISTÓRICO E A EFETIVIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.....	46
3.1.1	<b>Diversidade Cultural</b> .....	51
3.1.2	<b>Sistema Nacional de Cultura</b> .....	54
3.1.2.1	Elementos constitutivos do SNC.....	58
3.1.2.2	SNC e as críticas ao modelo sistêmico.....	60
3.2	O ESTADO DE RORAIMA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS.....	61
3.2.1	<b>Antecedentes históricos</b> .....	61
3.2.2	<b>Aspectos socioculturais que influenciaram na formação da sociedade local</b> .....	64
3.2.3	<b>Políticas culturais em Roraima</b> .....	69
3.2.3.1	Iniciativas de políticas culturais em Roraima.....	71
3.2.3.2	Institucionalização da gestão da cultura.....	73
4	<b>ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE CULTURA EM RORAIMA</b> .....	86
4.1	PERCURSO DA AGENDA PÚBLICA DE CULTURA EM RORAIMA.....	86
4.2	A ORGANIZAÇÃO E OS ELEMENTOS DO SNC EM RORAIMA.....	89
4.2.1	<b>Órgão gestor específico</b> .....	90
4.2.2	<b>Conselho de Política Cultural</b> .....	91

4.2.3	<b>Conferência de Cultura.....</b>	92
4.2.4	<b>Comissões Intergestores.....</b>	92
4.2.5	<b>Plano de Cultura.....</b>	93
4.2.6	<b>Sistema de Financiamento à Cultura.....</b>	94
4.2.7	<b>Sistema de Informações e Indicadores Culturais.....</b>	95
4.2.8	<b>Sistemas setoriais de cultura.....</b>	96
4.2.9	<b>Programa de formação.....</b>	96
4.2.10	<b>Situação organizacional dos componentes do SNC nos municípios.....</b>	98
4.3	<b>FLUXOS DECISÓRIOS DA AGENDA PÚBLICA E A DIVERSIDADE CULTURAL DE RORAIMA.....</b>	99
4.3.1	<b>Atores sociais influentes na formação da agenda.....</b>	100
4.3.2	<b>Fluxo dos Problemas.....</b>	102
4.3.3	<b>Fluxo das Políticas Públicas.....</b>	106
4.3.4	<b>Fluxo Político.....</b>	111
4.3.5	<b>Diálogo entre o poder público e a sociedade civil.....</b>	113
4.3.6	<b>Sobre a adesão do SNC em Roraima.....</b>	116
4.3.7	<b>A diversidade cultural na agenda pública de cultura em Roraima.....</b>	120
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	125
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	128
	<b>APÊNDICE A.....</b>	140
	<b>APÊNDICE B.....</b>	143
	<b>APÊNDICE C.....</b>	144
	<b>ANEXOS.....</b>	145

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e os acordos internacionais em que o Brasil é signatário na área da promoção dos direitos humanos, valorização da gestão participativa e promoção da diversidade cultural fazem parte desta análise da formação da agenda pública de cultura em Roraima. Nesse contexto, a referida Constituição é um marco na definição das políticas públicas como políticas de Estado, sobretudo nas garantias de direitos fundamentais e de mecanismos de participação social. Os artigos 215 e 216 tratam especificamente dos direitos à cultura e em 2012, por meio da Emenda Constitucional nº 71, foi acrescentado o artigo 216 – A, que prevê o Sistema Nacional de Cultura (SNC) como instrumento de gestão pública vigente. O SNC tem como objetivo a institucionalização da política nacional de cultura em um processo democrático que envolve as três esferas da federação e a sociedade civil na formulação de ações e de práticas de planejamento descentralizadas e participativas que estejam em consonância com os parâmetros legais e os anseios sociais.

A Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais, proposta em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma das bases fundadoras da Política Nacional de Cultura vigente no Brasil. Neste sentido, os países que firmaram o compromisso com esta Convenção devem criar e fortalecer políticas que deem condições sociais e materiais de proteger e promover todas as expressões e manifestações culturais, sobretudo, as tradicionais e culturais. Dentro desta discussão, esta pesquisa tem aporte teórico no campo da Ciência Política e nas Políticas Públicas, quanto ao objetivo geral visa analisar o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima e seu diálogo com o SNC no período de 2013 a 2018. O recorte temporal tem como ponto inicial o ano de 2013, data de criação da Secretaria de Estado da Cultura de Roraima (SECULT/RR) e da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa (instrumento jurídico que estabelece os compromissos para o desenvolvimento do SNC junto à União) pelo Governo Estadual (BRASIL, 2012).

Para efeito de melhor compreensão o objetivo geral foi dividido em três objetivos específicos: 1) investigar os marcos teóricos e normativos da Política Pública de Cultura no Brasil e em Roraima; 2) analisar o estágio de organização das

políticas públicas de cultura a partir da adesão SNC em Roraima e; 3) identificar e analisar os fluxos decisórios dos processos relacionados à formação da agenda pública de cultura em Roraima frente a sua diversidade cultural.

Em termos de institucionalização da política nacional de cultura o Brasil tem o Plano Nacional de Cultura (PNC), estabelecido pela Lei nº 12.343/ 2010, na qual prevê um total de 53 metas que deverão ser cumpridas até o ano de 2020, conforme Portaria nº 123/2011. Um dos objetivos principais do PNC é reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira, e dentre os princípios considerados essenciais estão: a liberdade de expressão, criação e fruição; diversidade cultural; respeito aos direitos humanos; direito de todos à arte e à cultura. Vale ressaltar que estes princípios também contemplam o Plano Estadual de Cultura de Roraima (PEC/RR).

De acordo com relatório da plataforma de acompanhamento do SNC do governo federal, o estado de Roraima e nove municípios (Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Cantá, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e Uiramutã) aderiram ao SNC e estão em estágios diferenciados quanto à implantação e consolidação do mesmo (BRASIL, 2018).

No entanto, constata-se que na última década, o Ministério da Cultura (MinC) passou a discutir com mais intensidade a institucionalização das políticas culturais em todo o território nacional por meio de conferências e outras articulações conduzidas pelas instituições públicas e movimentos envolvidos na área da cultura. Apesar dos parâmetros legais, ainda se percebe uma disparidade quanto aos estágios de efetivação do SNC, principalmente no estado de Roraima.

Neste sentido, o tema das políticas públicas de cultura e análises do processo de formação da agenda pública tem sido objeto de estudos em dissertações, teses, artigos e eventos relacionados a essa temática. A título de exemplo cita-se de forma oportuna uma revisão bibliográfica, os trabalhos de Rocha (2011), Araújo (2007), Fioretti (2009), Levino e Lírio (2016).

Rocha (2011) apresenta uma análise do processo de constituição de uma política pública de cultura, com foco no Programa Cultura Viva/Projeto Ponto de Cultura, instituído pelo governo federal. O referido trabalho investiga a repercussão da estadualização do Programa no âmbito da experiência da Secretaria de Estado de Cultura da Bahia. A dissertação “Cultura, política e mercado na Bahia: a criação da Secretaria da Cultura e Turismo”, de Araújo (2007), examinou a relação entre

cultura, política e mercado com uma abordagem voltada para a compreensão das transformações ocorridas na gestão pública da cultura no estado da Bahia.

A pesquisa de Fioretti (2009) intitulada “Políticas públicas para a cultura como fator de desenvolvimento econômico e social no estado de Roraima” apresenta situações de como o poder público pode utilizar o setor cultural como mecanismo de desenvolvimento econômico em Roraima.

A obra “Panorama Cultural de Roraima” organizada por Levino e Lírio (2016) apresenta 16 artigos produzidos pelos participantes do Curso de Extensão em gestão Cultural, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e o MinC. Trata-se de um diagnóstico da política cultural nos municípios e analisa os instrumentos legais existentes relacionados à organização da cultura do estado de Roraima, com ênfase no diagnóstico das ações culturais, equipamentos e ações institucionais.

Assim sendo, essa pesquisa apoiou-se também em diversos teóricos que se destacaram no conceito de cultura e as principais correntes filosóficas tais como: Geertz (1989), Eagleton (2011), Cuche (2002) e Laraia (2002). Para conceituar o termo política buscou-se como aporte alguns autores que constam nas referências teóricas, tais como Bobbio (2000, 2007); a definição de políticas públicas, terminologias, principais abordagens com Schmitter (1965), Souza (2006), Secchi (2013, 2016), Amorim e Bollousa (2013); para a análise do processo da agenda pública de cultura utilizou-se como referencial teórico-metodológico o Modelo dos Múltiplos Fluxos proposto por Kingdon (2007), como também os trabalhos de Capella (2005, 2006, 2015), Rua e Romanini (2013); quanto a discussão do tema diversidade cultural utilizou-se como referência Barros (2008), Lévi-Strauss (1993) e Bhabha (2014).

No campo das políticas culturais fundamentou-se o estudo na definição, trajetória histórica e as principais vertentes teóricas nos trabalhos de Rubim (2007, 2009, 2012), Rocha (2016), Canclini (1987), Calabre (2005, 2007, 2009), Botelho (2007) e Dupin (2009). Sobre a história da Amazônia e de Roraima, nos seus diferentes contextos fundamentou-se nos estudos de Farage (1991); com relação a discussão sobre a Amazônia Caribenha nas pesquisas de Oliveira (2012, 2014) e sobre o histórico da organização política e administrativa do Estado apoiou-se em Dias (2018). Para embasar o levantamento da memória dos participantes das entrevistas trabalhou-se com os pensamentos de Halbwachs (2004) e Lacoutere

(1993) e para a discussão das influências dos processos migratórios nas questões socioculturais abordou-se as pesquisas de Sahlins (1997), dentre outros.

Observou-se que as políticas para a cultura ocupam, na maioria das vezes, posição de pouca importância na lista de prioridades da agenda pública dos governos. As principais inquietudes abrangem aspectos que vão desde a necessidade de uma política clara, acessível e de financiamento permanente, passa pelo reconhecimento e valorização dos atores institucionais, artistas e produtores, até a necessidade de garantias de acesso da população a bens e serviços que por meio da cultura podem contribuir em pequena, média e larga escala no projeto de desenvolvimento de um país.

Diante desse quadro, a proposta é realizar uma abordagem analítica local do processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima, fundamentada na Teoria dos Múltiplos Fluxos, conhecido como modelo de Kingdon. Esta abordagem permitiu estudar os fatores que definem a demanda, o processo de elaboração das alternativas e seu ingresso na agenda governamental no âmbito do Estado, bem como, identificar o estágio de organização do SNC em Roraima.

Neste contexto, convém ressaltar que há ainda entendimentos antagônicos de teóricos, agentes públicos e profissionais militantes, pois alguns entendem que a cultura é assunto da sociedade e o Estado deve entrar somente quando for provocado, outros compreendem que a sociedade e o Estado podem contribuir mutuamente. Ainda em relação à definição de política de cultura, uns compreendem que no âmbito da gestão estaria mais ligada a ações artísticas e outros têm a concepção que o conceito deve ser tratado no sentido amplo, envolvendo todas as formas simbólicas de produção (BRASIL, 2011a).

Desta forma, entende-se que a inserção na agenda pública de temas relacionados ao planejamento e a execução de políticas públicas no Brasil e nos estados da federação, tem sido um dos principais desafios dos gestores nos diferentes níveis de governos. Para constituir os arranjos políticos, técnicos e institucionais, os administradores públicos precisam considerar alguns fatores característicos da nação brasileira, dentre eles, as dimensões geográficas, condições estruturais e técnicas, em especial a diversidade cultural do seu povo.

Diante de questões marcadas por desigualdades sociais, da escassez de recursos financeiros, humanos, crises políticas, troca de gestores e diferentes concepções de políticas públicas de cultura, entende-se que o grande desafio que

se coloca nos dias de hoje é o da efetiva institucionalização das políticas públicas porque o direito à cultura está garantido na Constituição Federal Brasileira, leis estaduais e municipais. Entretanto, poucos sabem acerca da amplitude de acerto e nem como tem sido analisado a forma e os resultados alcançados após a experiência destas políticas em âmbito local.

Diante deste cenário, este trabalho de pesquisa trouxe a seguinte problemática: **Em que medida a formação da agenda pública de cultura em Roraima atende a promoção da diversidade cultural do Estado?**

## 1.1 METODOLOGIA

O estudo está ancorado em uma abordagem qualitativa e a opção por esta metodologia tem por objetivo reunir informações abrangentes, pois permite a análise subjetiva do objeto, visto que se preocupa com informações que não necessariamente precisam ser quantificadas. Trata-se de pesquisa de cunho investigativo crítico, o que a torna variável e flexível, por ser uma pesquisa social qualitativa. “O propósito [...] não é de apenas registrar mudanças em sua aparência ou essência, mas revelar a natureza dinâmica da relação entre a aparência e a essência do fenômeno”. (RICHARDSON, 2010, p. 92).

Quanto aos procedimentos técnicos, foram realizados um amplo levantamento de fontes documentais (leis, decretos, portarias, planos e relatórios de gestão) e bibliográficas relacionadas ao objeto de pesquisa. Houve um levantamento de dados em sites do Diário Oficial da União (DOU) e do Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE/RR), em busca de leis e decretos relacionados aos elementos constitutivos do SNC e do Sistema Estadual de Cultura (SEC/RR). Também foram feitas pesquisas em sites de veículos de comunicações e blogs de grupos de cultura locais, a fim de obter informações referentes às ações de organização da cultura como política pública em Roraima.

Como técnica de coleta de informações foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com pessoas que contribuíram com a discussão e organização do processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima no período de 2013 a 2018. A seleção dos entrevistados abrangeu segmentos do poder público e sociedade civil, observando as competências, atribuições e condições em que se deu o processo de formação da agenda. O público-alvo das entrevistas foram

os secretários estaduais de cultura, técnicos da SECULT/RR e membros do Conselho Estadual de Cultura (CEC/RR). Desta forma, convém destacar a importância de ouvir as pessoas que estão diretas no processo. “Nossas práticas [...] tem ensinado que, em geral, o processo da entrevista semiestruturada dá melhores resultados quando se trabalha com diferentes grupos de pessoas”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). No caso específico desta pesquisa ressalta-se os atores estatais (secretários e técnicos da SECULT/RR) e não estatais, como os representantes da sociedade civil que possuem assento no CEC/RR.

A entrevista semiestruturada é um dos principais meios para realizar a coleta de informações. Para Trivinõs (1987), a entrevista semiestruturada é aquela que parte dos questionamentos básicos, apoiados em teorias, informações e dados recolhidos previamente. Quando se privilegia esse instrumento possibilitamos a liberdade do entrevistado.

Cada entrevista teve duração média de 40 minutos e foram agendadas em locais e horários estabelecidos pelos entrevistados. Foram previstas um total de 21 entrevistas. No entanto, 19 foram realizadas no período de 21 de agosto a 05 de outubro de 2018. Das 19 entrevistas realizadas, 10 foram respondidas pelos entrevistados por escrito e as demais entrevistas, os áudios foram gravados com a autorização dos participantes, e posteriormente, transcritos e categorizados com base nas perguntas centrais do roteiro de entrevista.

Dois entrevistados previstos que atuaram como secretários estaduais de cultura foram contatados, mas tiveram dificuldades de fechar o dia e o horário para a entrevista, um por morar fora do país e o outro por estar coordenando uma campanha eleitoral no período das entrevistas. Contudo, o levantamento das informações não foi prejudicado, devido a escuta de três entrevistados que ocuparam a mesma função e encaixavam-se no período analisado. Ver a lista dos entrevistados no Apêndice A.

Destaca-se que foram ouvidas três servidoras que atuaram no período de Território Federal e antes da pasta da cultura ser transformada em secretaria. Elas puderam contribuir com relatos sobre o processo histórico da organização do setor de cultura no Estado. Vale ressaltar, que as três trabalham há mais de 30 anos no setor público em Roraima nas áreas de cultura e educação, sendo que uma está ligada ao setor de cultura da UFRR e as outras duas são servidoras do governo estadual e são conselheiras no CEC/RR atualmente.

Com relação aos atuais representantes do CEC-RR, foram entrevistados os 11 membros, ou seja, 100% da diretoria, sendo cinco do poder público e seis da sociedade civil. Neste contexto, compreende-se que uma das prerrogativas de legitimação dos processos decisórios quanto a institucionalização das políticas públicas é garantir a participação do poder público e da sociedade civil. Assim, considera-se a participação da sociedade civil fundamental em todas as etapas do processo, e pode ocorrer por meio de diversos espaços. No caso específico desta pesquisa, este segmento abrange os membros do CEC/RR que estiveram ou estão atuando no conselho a partir de 2013. O Conselho é uma instância que tem o objetivo de acompanhar a execução das ações culturais do governo e possui na sua composição, além de representantes do poder público, membros da sociedade civil selecionados por meio de eleição de voto direto dos segmentos culturais existentes.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRR, conforme parecer nº 3.036.892. Outra exigência providenciada foi a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), exigidos pelos comitês de ética das instituições de pesquisa. Antes de assinar o TCLE, os entrevistados foram preliminarmente esclarecidos quanto aos riscos e benefícios das pesquisas envolvendo seres humanos, pois, entende-se que um possível dano eventual poderá vir de imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

As análises das entrevistas foram feitas no intuito de interpretar e consolidar dados e informações fornecidas por todos os sujeitos entrevistados para responder a problemática deste trabalho. Quanto as variáveis de análise, utilizou-se o Modelo dos Múltiplos Fluxos, na qual estabelece três fluxos de análise da política pública: Fluxo dos Problemas (indicadores, eventos e manifestações sociais); Fluxo das Políticas Públicas (alternativas e soluções apresentadas pelos especialistas, pesquisadores e analistas das políticas) e Fluxo Político (analisa a dinâmica político-institucional, tais como o clima ou humor nacional e local, grupos de pressão de apoio ou oposição e as mudanças de governo).

Para realizar a análise com base nos três fluxos e responder a pergunta do problema da pesquisa, foram formuladas seis questões centrais que foram perguntadas aos entrevistados, conforme a seguir:

- Quais agentes sociais e políticos influenciam no processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima?

- Quais fatores (eventos, ações, atos) impulsionam as demandas da formação da agenda pública de cultura?

- Na sua opinião, o que influencia para que determinadas demandas sejam priorizadas na agenda pública de cultura?

- Como se dá o diálogo entre os agentes políticos públicos e a sociedade civil no processo de formação da agenda pública de cultura?

- Em 2013, o estado de Roraima fez a adesão ao SNC. Quais considerações na sua opinião são relevantes até o momento quanto a formação e execução da agenda pública de cultura no estado?

- Na agenda pública de cultura tem ações voltadas para a promoção da diversidade cultural? Quais?

As interpretações das respostas destas questões permitiram a identificação dos atores envolvidos, instituições e ideias prevalentes que levaram a configurar a formação da agenda pública e como se deu o diálogo desta agenda com o SNC na perspectiva das demandas da diversidade cultural do Estado.

A opção pelo referencial teórico-metodológico de Kingdon (2007), deve-se por ser um modelo que apresenta variáveis que podem ser de fácil identificação e interpretação, como também pela possibilidade de flexibilidade quanto aos possíveis achados durante as entrevistas e o diálogo com outras estratégias de coleta de dados, tais como, documentos e matérias jornalísticas.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A concretização desta pesquisa justifica-se pela sua relevância acadêmica e social, pois, o Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) tem sido uma oportunidade de espaço apropriado para refletir a temática de trabalhos desta natureza sob a luz de um referencial teórico e metodológico apropriado, na busca de respostas as perguntas e problemas da nossa realidade. Aliar a experiência acumulada e o interesse em pesquisar sobre um tema que tenho afinidade são fatores que me motivaram e me deram segurança para desenvolver esta pesquisa.

No tocante a relevância acadêmica, observa-se que algumas obras de referência relacionadas aos estudos da formação da agenda pública de cultura, além de serem recentes no Brasil, representam um quantitativo de produção acadêmica

reduzida. Neste sentido, este trabalho possibilitará a ampliação das informações correlacionadas ao tema em questão que fazem parte do contexto regional.

Com relação à relevância social, a pesquisa poderá colaborar com o levantamento de informações sobre a realidade local da cultura com estudos referentes ao papel e responsabilidades do Estado frente as relações entre os diversos atores sociais. Permitirá ainda entender como as estratégias e ações do poder público se articulam nos espaços e processos de formação, organização, produção, promoção, preservação e divulgação da cultura e acima de tudo, como reconhecimento desta área como uma política pública relevante e prioritária.

### 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além dessa primeira seção de Introdução, essa dissertação possui mais quatro seções que se articulam para responder a problemática dessa investigação. A segunda seção discutiu os pressupostos teóricos e conceituais que fundamentam este trabalho e para compreender o objeto da pesquisa fez-se necessário uma discussão das diversas acepções de cultura, políticas públicas e políticas culturais, como no campo das análises, por exemplo, foi estudado o processo de formação da agenda pública a partir do arcabouço analítico de Jonh Kingdon (2007).

A terceira seção analisou a trajetória das políticas culturais e os atos que compõem a organização dessa temática no Brasil com enfoque para a discussão sobre a diversidade cultural e as principais críticas ao modelo sistêmico. No âmbito do estado de Roraima, buscou-se os antecedentes históricos da formação política e administrativa, os aspectos socioculturais que influenciaram na composição da sociedade e as principais iniciativas de políticas culturais.

A quarta seção analisou-se os fluxos decisórios da formação da agenda pública de cultura em Roraima, identificou-se os atores envolvidos, verificou-se como se processa o diálogo entre o poder público e a sociedade civil e ainda explorou-se a adesão ao SNC no contexto da diversidade cultural. Por fim, a quinta seção corresponde as Considerações Finais sobre a análise da formação da agenda pública em Roraima e seu diálogo com o SNC.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS: CULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS

Este capítulo tem o objetivo de discutir os pressupostos teóricos e conceituais que fundamentam esta investigação. Para compreendermos alguns termos que permeiam a área da agenda pública de cultura, inicialmente, faz-se necessário uma discussão das diversas acepções de cultura, políticas públicas e políticas culturais.

No primeiro momento, aborda-se o sentido etimológico do termo cultura, as principais correntes filosóficas e o conceito de cultura do ponto de vista antropológico e voltado para a aplicação das políticas públicas. E no segundo, discute-se a origem do estudo das políticas públicas, a diferença entre as abordagens estatocêntrica e multicêntrica, relacionando como ocorrem os encaminhamentos das demandas de participação do poder público e da sociedade civil nos processos decisórios. No campo das análises foi estudado o processo de formação da agenda pública a partir do arcabouço analítico de Jonh Kingdon (2007).

A discussão da relação entre estado e cultura foi analisada, a partir da ótica do conjunto das políticas culturais que diferencia as vertentes mais significativas, denominadas democratização cultural e democracia participativa.

### 2.1 CULTURA

Quando pensamos e estudamos a palavra “cultura” uma série de conceitos e interpretações permeiam a diversidade de *éthos* a ela relacionada em cada contexto e realidade. Toda a produção humana, material e imaterial referente ao tema vem de registros, anotações e trabalhos cuja fonte principal é o diálogo permanente com os mais variados grupos sociais que atravessam a história. A visão de cada pesquisador e ou estudioso do assunto repercute no registro histórico de toda a diversidade cultural até então conhecida.

Os processos culturais são dinâmicos e cheios de significados que perpassam por várias áreas do conhecimento, devido ao caráter transversal e multidisciplinar do tema em questão. A raiz latina da palavra cultura é *colere*, que pode significar qualquer coisa relacionada ao cultivo da terra no manejo da lavoura.

Até o século XVII, a palavra cultura era associada a uma ação ou a processos relacionados ao cuidar de algo, da terra e dos animais. Nesse contexto, é necessário

evidenciar os laços entre o significado etimológico da palavra cultura e a história das ideias que se inter-relacionam na sua gênese social.

Entretanto, Cuche (2002) orienta como compreender o conceito atual de cultura e seu uso nas ciências sociais, nos termos a seguir:

Por esta razão, se quisermos compreender o sentido atual do conceito de cultura e seu uso nas ciências sociais, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito científico depende, logo, localizar sua origem e sua evolução semântica. [...] A evolução de uma palavra deve-se de fato, a inúmeros fatores que não são todos de ordem linguística. Sua herança semântica cria uma certa dependência em relação ao passado nos seus usos contemporâneos. (CUCHE, 2002, p.18).

No final do século XVIII, houve uma mudança no termo *Kultur* (germânico) que era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, já a palavra *Civilization* (francesa) referia-se, principalmente, as realizações materiais de um povo. Esses dois termos, foram sintetizados por Edward Burnett Tylor (1871) no vocábulo *Culture* (inglês), que:

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LARAIA, 2002, p. 25).

Convém abordar que para Cuche (2002) são duas concepções teóricas distintas: uma universalista, oriunda da França e a outra, particularista, com raízes na Alemanha. A teoria universalista reúne as influências do pensamento Iluminista, que nasce na Inglaterra no século XVII e atinge seu auge no século XVIII na França, expandindo-se para outras nações como Itália e Alemanha. O Iluminismo também denominado como Época das Luzes foi um movimento filosófico, político e histórico desenvolvido na Europa, mais especificamente na França.

De acordo com Falcon (1989) esse movimento contribuiu para o desenvolvimento das ciências e da filosofia no mundo, pois, embasado na pluralidade de dimensões epistemológicas questiona a visão e a perspectiva unitária do homem ao abrir a discussão para a fragmentação do saber. Destaca-se na abordagem universalista, que cultura e civilização, eram palavras relacionadas e correspondentes ao estado de acúmulo de conhecimento, de nível de instrução, associado ao ser culto, erudito.

Vale ressaltar que as ideias iluministas sempre estiveram presentes e produzem debates até os dias de hoje, influenciam o mundo acadêmico e a política.

As agendas públicas operacionalizam políticas de Estado e refletem a visão filosófica dos governantes no tratamento das demandas sociais, sobretudo, culturais (FALCON, 1989).

Quanto à abordagem particularista no contexto das suas divisões políticas, para se reafirmarem, a palavra cultura estaria relacionada a um conjunto de conquistas artísticas e morais que se constituem um dos patrimônios de uma nação, para eles cultura estava ligada a expressão da alma profunda de um povo, referente a identidade.

De acordo com Laraia (2002) as mudanças semânticas da palavra, trouxeram a formulação do primeiro conceito de cultura do ponto de vista antropológico em 1871, elaborado pelo antropólogo Tylor, publicado no livro “Primitive Culture”. A cultura passou a ser objeto de um estudo sistemático, visando à formulação de leis que explicassem a gênese das ideias e da transmissão. A definição de cultura defendida por Tylor era fundamentada na corrente universalista e abrangia todas as possibilidades de realização humana.

Em contraposição as ideias de Tylor, o antropólogo Franz Boas defende a corrente alemã particularista na compreensão da cultura. Boas tinha como objetivo o estudo “das culturas” e não “da cultura”, e rejeitava qualquer teoria que pretendesse explicar tudo. “[...] cada cultura representava uma totalidade singular e todo seu esforço consistia em pesquisar o que fazia sua unidade”. (CUCHE, 2002, p. 45).

Lévi-Strauss, antropólogo belga, foi o fundador da antropologia estruturalista, em meados da década de 1950 e uma de suas premissas foi ultrapassar a abordagem particularista das culturas, ao pesquisar e analisar a possibilidade de vertentes universais de invariabilidade das culturas. Cuche (2002) apresenta em seu estudo sobre cultura, o entendimento de Lévi-Strauss:

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (LÉVI-STRAUSS, 1950, p. 19 apud CUCHE, 2002, p. 95).

Nessa discussão, Cuche (2002) traz seu ponto de vista sobre o trabalho de Lévi-Straus no campo do estudo da cultura:

A ambição da antropologia estrutural de Lévi-Strauss é localizar e repertoriar as ‘invariantes’, isto é, os materiais culturais sempre idênticos de

uma cultura a outra, necessariamente em número limitado devido à unidade do psiquismo humano. No ponto preciso em que a Cultura substitui a Natureza, isto é, no nível das condições muito gerais de funcionamento da vida social, é possível encontrar regras universais que também são princípios indispensáveis da vida em sociedade. Está na natureza humana do homem a necessidade de viver em sociedade, mas a organização da vida social depende da Cultura e implica a elaboração de regras sociais. (CUCHE, 2002, p. 98).

No contexto moderno, Geertz (1989) é um dos autores que contribuíram com o debate e conceituação da cultura a partir do olhar semiótico, em que o ser humano busca interpretar as coisas, abrangendo o ambiente que o envolve, sendo precursor teórico da antropologia interpretativa ou simbólica. O autor explica que a cultura não pode ser definida como algo exato e estático, está em constante transformação, em virtude do seu caráter dinâmico.

Geertz (1989), partindo das ideias de Max Weber, em contraponto as concepções estruturalistas (ideia de comportamentos humanos universais na sociedade, a partir de regularidades pré-determinadas), explica que a cultura é um conjunto de significados, ligados ao campo material e imaterial dos fenômenos, das formas como o homem recebe e compartilha informações na sociedade. Nesse sentido, o conceito de cultura, defendido por Geertz (1989) tem aporte em Max Weber ao abordar que:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. (GEERTZ, 1989, p. 4).

Ainda com apoio em Geertz (1989, p. 9), as observações buscam assegurar o aspecto coletivo da cultura. Ela é “[...] pública porque o significado o é”. A cultura sempre se ressignifica e precisa ser compartilhada publicamente pelos sujeitos que existem em um determinado espaço social. “[...] inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público e seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade”. (GEERTZ, 1989, p. 33).

Para tanto, quando vamos estudar os fenômenos políticos de uma sociedade, Geertz (1989) argumenta que o homem já nasce com determinados símbolos, significados que são absorvidos inicialmente no seio familiar, ele os encontra em uso corrente, mas ao longo da vida, alguns são acrescentados, outros alterados ou

subtraídos. O sistema da vida social reflete nas formas de organização de um estado, de uma instituição, de uma concepção filosófica.

O referido autor ainda argumenta que quando se faz um diálogo dos acontecimentos da política com as crenças que circunda as questões simbólicas, a cultura vive a difícil missão de abarcar o meio-termo. “Acima de tudo, o que a tentativa de ligar a política à cultura precisa é de uma perspectiva menos ansiosa da primeira e uma perspectiva menos estética da cultura”. (GEERTZ, 1989, p. 135).

Neste sentido, aborda uma conexão entre cultura e política:

A cultura, aqui, não são cultos e costumes, mas as estruturas de significados através das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente. Com essa reformulação das duas – cultura e política – passa a ser um empreendimento mais praticável determinar a conexão entre elas, embora a tarefa não seja modesta. (GEERTZ, 1989, p. 135).

A contribuição de Geertz (1989) vai além da abordagem funcional de como as instituições operam as políticas do ponto de vista orgânico e filosófico. O autor apresenta um estudo profundo de como os sujeitos se relacionam ou não se relacionam com os sistemas sociais, pois eles, os sujeitos, enquanto seres, são bem maiores do que a capacidade de alcance de qualquer política. Explica ainda que as sociedades são como as vidas, cada uma tem uma forma de interpretação, basta somente descobrir o meio de acesso a elas.

Na discussão em torno do significado de cultura voltado para a aplicação nas políticas culturais, destaca-se o ponto de vista do antropólogo britânico Eagleton (2011). O autor ressalta em sua discussão a complexidade do conceito de cultura e afirma ao mesmo tempo em que a cultura apresenta-se conceitualmente de forma ampla e restrita demais, quando ao ser utilizada, o seu significado antropológico abrange tudo.

É difícil escapar à conclusão de que a palavra ‘cultura’ é ao mesmo tempo ampla demais e restrita demais para que seja de muita utilidade. [...] Minha tese [...] é que estamos presos, no momento, entre uma noção de cultura debilitantemente ampla e outra desconfortavelmente rígida, e que nossa necessidade mais urgente nessa área é ir além de ambas. (EAGLETON, 2011, p. 51).

Com efeito, Eagleton (2011) estrutura o conceito de cultura em três categorias: a primeira, cultura como civilidade que corresponde às expressões “alta

cultura”, a arte indicando um certo refinamento a ser alcançado por parte da sociedade; a segunda como identidade, que se relaciona aos princípios emancipatórios, nas quais enquadram as políticas voltadas a valorização das minorias, como por exemplo, a cultura negra e indígena; e a terceira, abordada como pós-moderna ou cosmopolita, com prioridades capitalistas, podendo conter tanto atitudes liberais como conservadoras.

Neste sentido, Eagleton (2011) argumenta que estas categorias podem estabelecer relações, fusões e conflitos entre si, o que ele denomina de guerras culturais, produzindo mudanças e novos conceitos de acordo com o sistema cultural existente. A relação de cultura e Estado é explicada pelo autor como um cultivo que fazemos não somente a nós mesmos, mas que pode ser feito por nós, em especial pelo Estado, como ressalta a seguir:

Para que isso aconteça, contudo, o Estado já tem que ter estado em atividade na sociedade civil, aplacando seus rancores e refinando suas sensibilidades, e esse processo é o que conhecemos como cultura. A cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado. (EAGLETON, 2011, p. 16).

A cultura revela-se protagonista em todas as atividades de identidade, cívicas, acadêmicas e de participação social, devido à facilidade de dialogar com outras áreas como ressalta Rubim (2007):

A proliferação de estudos, políticas e práticas culturais que articulam cultura e identidade, cultura e desenvolvimento, cultura e uma diversidade de outros dispositivos sociais, apenas confirmam o espaço e o valor adquiridos pela cultura nos tempos contemporâneos. (RUBIM, 2007, p. 141).

O desenvolvimento teórico-conceitual do termo cultura exigiu o conhecimento da sua genealogia, as principais abordagens filosóficas, o debate teórico entre as correntes universalista e particularista, a definição do primeiro conceito de cultura do ponto de vista antropológico, a ideia de cultura como uma teia de significados traçados pelo próprio homem e o conceito de cultura aplicado nas políticas culturais na qual compreende que o termo pode ser ao mesmo tempo amplo e restrito demais para ser utilizado, cabendo aos operadores das políticas públicas a missão de ir além na exploração da amplitude e das potencialidades da cultura na formação da sua agenda pública.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A política tem sido objeto de estudos em diferentes momentos e abordagens teóricas diversas. O estudo da política é fonte inesgotável de conhecimentos sobre a forma de organização dos homens e dos povos, pois expressa a hierarquização do poder, o funcionamento do Estado e de todas as formas e modelos de sociedade.

A origem do termo política vem do grego, derivado do adjetivo *pólis* (*politikós*), que significa tudo que se refere a cidade, urbano, civil e público. Essa expressão passou a ser popularizada a partir do século V a.C. em função da obra intitulada “Política”, do filósofo Aristóteles, considerada a primeira obra a tratar sobre natureza, funções e formas de estado e governo (BOBBIO, 2000).

Para Bobbio (2000) estudar o termo política está associado aos assuntos de interesse do cidadão, e enquanto prática humana relaciona a forma como a sociedade civil e o Estado se comportam. Porque na visão do autor essa relação estaria ligada a ideia de poder, ou seja, a forma como o homem exerce o poder sobre os outros homens. “O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligado ao conceito de poder”. (BOBBIO, 2000, p. 160).

O conceito de política nos tempos contemporâneos tem sido substituído por outras expressões e termos, conforme esclarece Bobbio (2000):

Na era moderna, o termo perdeu o seu significado original, tendo sido paulatinamente substituído por outras expressões tais como ‘Ciência do Estado’, ‘Doutrina do Estado’, ‘Ciência Política’, ‘Filosofia Política’ etc., para enfim ser habitualmente empregado para indicar atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a *pólis*, isto é, o Estado. Dessa atividade a *pólis* ora é o sujeito, donde pertencem à esfera da política atos como o de comandar (ou proibir) algo, com efeitos vinculantes para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o de legislar com normas válidas *erga omnes*, o de extrair e distribuir recursos de um setor para outro da sociedade e assim por diante; ora objeto, donde pertencem à esfera da política ações tais como conquistar, manter, defender, ampliar, reforçar, abater, derrubar o poder estatal etc. (BOBBIO, 2000, p. 159).

De acordo com Schmitter (1965), a definição estabelecida no século XIX e que ainda predomina em muitos dicionários é que “a política é a arte e a ciência do Estado ou do governo” (SCHMITTER, 1965, p. 3). O autor explica que há várias abordagens referentes ao termo que refletem questões relacionadas aos indivíduos,

períodos e países. Em resumo, ele estabelece que a definição de política pode ser abordada em quatro categorias:

I. Suas instituições, pelo quadro social concreto estabelecido dentro do qual participam os atores; II. Seus recursos, pelos meios utilizados pelos atores; III. Seu processo, pela atividade principal à qual se consagram os atores; IV. Sua função, pelas consequências da sua atividade para a sociedade global de que faz parte. (SCHMITTER, 1965, p. 3).

Destaca-se que ao estudar a política vamos encontrar diferentes significados, mas de algum modo vamos encontrar nas definições a associação aos termos sociedade civil e Estado, apesar de poderem ser apresentadas em posições opostas.

Na linguagem política de hoje, a expressão 'sociedade civil' é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/Estado. O que quer dizer que não se pode determinar seu significado senão redefinindo simultaneamente o termo 'estado' e delimitando a sua extensão. (BOBBIO, 2007, p. 33).

A conceituação dos termos sociedade civil e Estado apresenta-se de forma ampla e complexa, são heterogêneos e resultam de realidades e naturezas diversas. Como definição, destaca-se ainda que o Estado é uma organização política da qual vive o homem moderno e é considerada a mais complexa das organizações criadas pelo homem.

Para Bobbio (2007, p. 36), a sociedade civil é apresentada como o lugar onde surgem e se desenvolvem os problemas, sejam eles, de cunho ideológico, religioso, econômico e social. Cabendo ao Estado mediá-los e resolvê-los. "Sujeitos desses conflitos e, portanto, da sociedade civil, exatamente enquanto contraposta ao Estado, são as classes sociais, [...] as organizações que representam ou declaram seus representantes".

Em tempos de crise institucional, a sociedade civil representa o poder de fato que legitima ou deslegitima os processos políticos. Esse fenômeno de legitimação ou não, são absorvidos pela opinião pública, que é transmitida por meio da imprensa, do rádio, da televisão, entre outros meios de comunicação, como as redes sociais. Uma das soluções para uma grave crise que ameaça a sobrevivência de um sistema político deve ser procurada na sociedade civil. "[...] na qual podem ser encontradas novas fontes de legitimação e, portanto, novas áreas de consenso". (BOBBIO, 2007, p. 37).

Nessa dicotomia entre sociedade civil e Estado, Bobbio (2007) destaca as teorias sistêmicas da sociedade global, onde a governabilidade das instituições é testada quando o Estado consegue apresentar respostas as demandas sociais, posto que nas mais recentes teorias sistêmicas a sociedade civil ocupa espaço reservado à apresentação de demandas (*input*), que se dirigem ao sistema político que tem o dever de responder (*output*). Nesse processo, a sociedade civil e o Estado põe-se então como contraste entre quantidade e qualidade das demandas e capacidade das instituições de dar respostas adequadas e tempestivas (BOBBIO, 2007).

Assim, estudar políticas públicas exige a compreensão ampla e irrestrita das mais diversas áreas do conhecimento, entre elas, a ciência política, sociologia, antropologia e economia. “[...] a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos”. (SOUZA, 2006, p. 25).

Neste sentido, nota-se que há diferentes caminhos e teorias para compreender o que vem a ser a política e a política pública. A primeira refere-se ao universo das relações de poder que compreende os partidos políticos e os processos decisórios nas esferas legislativas e a segunda diz respeito aos processos do governo em ação após a tomada de decisões nos parlamentos (SOUZA, 2006).

A expressão política pública surgiu na década de 1930 como uma subárea da ciência política e como área de conhecimento e disciplina nos Estados Unidos. Os quatro fundadores do termo políticas públicas são: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. A seguir as principais características dos precursores:

Souza (2006), Marques e Faria (2013), explicam que na década de 1930, Lasswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e estabelecer o diálogo entre grupos de interesse e poder público. A concepção de Lasswell estava em busca da compreensão dos efeitos sociais e políticos que cercam as políticas.

Outra contribuição no estudo das políticas públicas foi de Simon (1957) ao trazer o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). Para o autor, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por

problemas, que podem ser de informações incompletas, tempo para a tomada de decisão, entre outros fatores. Essa racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos sujeitos e modele esse comportamento na direção de resultados desejados (SOUZA, 2006).

O precursor Lindblom (1959) questionou o racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras categorias à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e fases do processo decisório. Inseriu outros elementos à sua análise, como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse (SOUZA, 2006).

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para ele, as políticas públicas recebem ‘*inputs*’ de diversos grupos de interesse (partidos políticos, associações, mídia, lideranças, etc.) que influenciam seus resultados (SOUZA, 2006).

Independente das definições e conceitos, Souza (2006) apresenta as principais características, quando se vão conceituar as políticas públicas, tais como:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através de governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. (SOUZA, 2006, p. 36).

Secchi (2013, p. 2) argumenta que política pública é uma diretriz para resolver um problema público, uma orientação de como proceder com as demandas públicas. “[...] uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; [...] decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública”.

O autor ainda esclarece que a política pública tem dois elementos fundamentais: “[...] intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”. (SECCHI, 2013, p. 2).

Vários autores e pesquisadores na área de políticas públicas esclarecem que não há uma formulação definida em relação ao conceito de políticas públicas, há

diversas abordagens e enfoques teóricos. Reforçam ainda, a existência de duas abordagens principais: Estatocêntrica e a outra Multicêntrica (SOUZA, 2006; SECCHI, 2013; AMORIM; BOLLOUSA, 2013).

Na abordagem Estatocêntrica, também denominada de Estatista, as ações e as decisões são de responsabilidade e centralizadas no governo, no seu absoluto protagonismo em relação a elaboração das políticas públicas, pois os principais sujeitos são ligados às organizações estatais. Já a abordagem Multicêntrica, também chamada de Policêntrica tem como base o diálogo e a definição de problemas considerados como públicos, as prioridades sociais são discutidas em um contexto envolvendo múltiplos atores (SECCHI, 2013; AMORIM; BOULLOSA, 2013).

A abordagem Multicêntrica envolve uma pluralidade de sujeitos governamentais e não governamentais. Esta visão permite compreender a política pública como ação pública processual, complexa e formada por múltiplos atores, “[...] voltada à resolução de um problema percebido como de pública relevância, envolvendo degradação de bens públicos ou a preservação e reconstrução de tais bens públicos”. (AMORIM; BOULLOSA, 2013, p. 62).

Nota-se que a aplicação das duas abordagens (Estatocêntrica e Multicêntrica) são diferentes quando vamos analisar os comportamentos dos gestores. Na estatocêntrica a construção das políticas públicas envolve uma visão gerencialista do processo, as ações são realizadas somente pelo corpo técnico da instituição. Em contrapartida, na abordagem multicêntrica, os gestores defendem que os processos devem ser construídos por todos, numa postura mais participativa para tornar-se válido.

As abordagens multicêntricas são mais sensíveis ao debate que envolve as minorias e as diferenças, diferente da abordagem Estatista, que são mais mecanicistas, tecnocratas e trabalham uma linha de cima para baixo. A valorização da participação da sociedade civil nas discussões e nas tomadas de decisões é um dos pontos fortes da Multicêntrica, já que permite um número maior de sujeitos e segmentos sociais (HOWLET; RAMESH; PERL, 2013).

Quadro 1 - Principais características das abordagens das políticas públicas

Estatocêntrica	Multicêntrica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Denominada também de Estatista;</li> <li>• Ações e decisões são de responsabilidade e centralizadas no governo;</li> <li>• Principais sujeitos são ligados às organizações estatais;</li> <li>• Gestão gerencialista do processo;</li> <li>• Atuam em uma linha de cima para baixo para os processos decisórios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Denominada também de Policêntrica;</li> <li>• Ações e decisões tem como base o diálogo e a definição de problemas considerados como públicos;</li> <li>• Principais sujeitos governamentais e não governamentais;</li> <li>• Gestão que valoriza um contexto multiatorial;</li> <li>• Atuam em uma linha de baixo para cima para os processos decisórios;</li> <li>• Sensível ao debate que envolve as minorias e as diferenças.</li> </ul>

Fonte: Organização e elaboração: Selmar Levino (2018) com base em Amorim e Boulosa (2013).

A partir de 1972, Theodore J. Lowi trouxe uma contribuição para a análise das políticas públicas por meio da classificação dos tipos de políticas públicas. O conhecimento das tipologias das políticas públicas classificam no processo político quem são os atores, os estilos e as instituições. Com a definição da terminologia é possível analisar os instrumentos das políticas quanto a essência, intencionalidade, a estrutura de indução de comportamento e os resultados esperados. “Uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas”. (SECCHI, 2013, p. 24).

Secchi (2013) apresenta os tipos de políticas públicas com base nas formulações de Lowi:

- Políticas regulatórias: são aquelas que regulam a criação de instrumentos das políticas, ou seja, são aquelas que estabelecem padrões de comportamentos, serviços ou produtos para os atores públicos e privados. Como exemplo, podemos citar o código de trânsito, as leis sobre assuntos relacionados ao aborto e a proibição de fumo em ambientes fechados (SECCHI, 2013).

- Políticas distributivas: trata das decisões tomadas pelo poder estatal para atender um determinado grupo social. Essa política gera benefícios para alguns grupos sociais e custos para toda a coletividade. Exemplo: gratuidade de taxas, renúncias ou incentivos fiscais para determinado grupo (SECCHI, 2013).

- Políticas redistributivas: são aquelas que concedem benefícios concentrados em uma parcela da população para alguns grupos sociais e os custos são destinados a outras categorias de sujeitos. Exemplo: políticas de benefícios sociais ao trabalhador (SECCHI, 2013).

- Políticas constitutivas: são aquelas que definem os procedimentos, as competências e as regras de distribuição entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Exemplo: regras da participação social em decisões públicas, sistema político eleitoral (SECCHI, 2013).

Secchi (2013) chama a atenção para a dificuldade de separação dos tipos de políticas públicas. “É importante lembrar que as fronteiras que separam esses quatro tipos de políticas não são facilmente visualizáveis. As políticas públicas, geralmente agregam características de dois ou mais tipos de política [...]”. (SECCHI, 2013, p. 26).

Em termos de análises de políticas públicas, a literatura utiliza terminologias da língua inglesa e classifica o processo em quatro categorias: “a própria política pública (*policy*), a política (*politics*), a sociedade política (*polity*) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas”. (SOUZA, 2006, p. 40).

Segundo Secchi (2016), o termo de análise de políticas públicas visa a produção de informações relevantes sobre o processo político. Esse tipo de estudo chamou mais atenção da academia a partir dos anos 2000, quando muitos teóricos tiveram seus estudos mais voltados para correntes pós-positivistas de perfil mais argumentativo. Até então, os estudos eram de correntes racionalistas (positivistas). Os teóricos do modelo racionalista estabelecem um passo a passo para a análise e já do modelo argumentativo preocupa-se mais em ser sensíveis ao contexto, ou seja, desenvolvem uma capacidade crítica e adaptativa ao observar o ambiente (BARDACH, 2009 apud SECCHI, 2016).

Ao analisar o processo de formação da política pública temos a possibilidade de compreender cada uma das fases de forma independente. Secchi (2013) explica que existem várias fases para se estudar o ciclo e que não existe um modelo

definido, pois os processos são dinâmicos. O autor propôs para fins de análise o estudo em sete etapas: identificação do problema; formação da agenda; formulação das alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção. Convém destacar que as fases da política pública não podem ser analisadas de modo linear e sequencial, como algo cronológico, pois, os processos são dinâmicos e podem ser imprevisíveis, dependendo das mudanças que podem ocorrer.

Para Howlet, Ramesh e Perl (2013, p. 103) ancorados nos estudos de Cobb e Elder (1972) e Kingdon (1984), argumentam que a montagem da agenda, representa a fase mais complexa e crítica dos estágios do ciclo de uma política pública. “O que acontece nesse estágio inicial tem um impacto decisivo em todo o processo político [...]”.

No caso específico desta pesquisa, analisou-se a primeira fase do ciclo que compreende a formação de uma agenda pública de cultura em Roraima. Esta etapa explora de que forma ocorreu a definição do problema ou como se apresentou à demanda, bem como o processo de elaboração de alternativas de políticas públicas e os fatores que permitiram o ingresso na agenda governamental.

Para compreender como se dá o processo de análise da formação da agenda pública, utilizou-se como referencial teórico deste estudo, a teoria da formação da agenda pública, na perspectiva do modelo de John Kingdon, conhecido como Modelo de Múltiplos Fluxos, ou de Integração dos Fluxos. Essa teoria tem por objetivo investigar os mecanismos causais, relacionais e contextuais que influenciam a introdução de demandas na agenda pública.

O Modelo dos Múltiplos Fluxos é resultado do aperfeiçoamento de outro modelo de estudo da agenda, desenvolvido por Michael Cohen, James March e Johan Olsen, conhecido como Lata de Lixo. Essa abordagem foi desenvolvida para análise de políticas de instituições consideradas “anarquias organizadas”, em que as soluções são colocadas aos participantes, e na medida em que elas aparecerem são selecionadas de acordo com as preferências, acordos e oportunidades. Aquelas alternativas não selecionadas são lançadas de forma figurativa na lata do lixo. (CAPELLA, 2005; SOUZA, 2006).

O estudo da formação da agenda, de acordo com Capella e Brasil (2015) tem sido objeto de estudos em várias áreas do conhecimento, com mais ênfase na Comunicação e na Ciência Política, tendo suas primeiras experiências a partir da década de 1970, em grande parte, nos Estados Unidos. Os estudos na área de

comunicação estão mais voltados para a compreensão da relação da mídia e da opinião pública. Em contrapartida, os estudos da agenda no campo da ciência política, envolve o entendimento de questões vinculadas ao poder público e as decisões governamentais.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o estudo sobre o processo de produção de políticas ganharam novos enfoques nas investigações sobre a análise das agendas, principalmente, desviando do foco principal que era agenda sistêmica, aquela que trata de problemas globais. Entre as teorias apresentadas nessa fase, destaca-se o modelo denominado Múltiplos Fluxos, proposto em 1984 pelo cientista político estadunidense e professor da Universidade de Michigan, John Wells Kingdon, que também é membro da Academia Americana de Artes e Ciências.

Capella e Brasil (2015) explicam as principais contribuições da Teoria da Análise da agenda pública proposta por Kingdon:

[...] não apenas avança em termos teóricos propondo a diferenciação entre os conceitos de agenda governamental e agenda decisória, como também propõe, de forma inovadora, um modelo explicativo organizado em torno de fluxos que convergem em determinadas circunstâncias e que seriam responsáveis pela mudança na agenda. (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 5).

Inicialmente, os estudos de Kingdon foram aplicados para analisar as políticas públicas nas áreas de transporte e saúde do governo federal norte-americano. No entanto, nos últimos 10 anos, essa abordagem tem-se tornado uma referência no estudo da formação da agenda pública, devido, a disseminação do modelo e o aumento da realização de testes empíricos em diferentes áreas de políticas e contextos, possibilitando a organização de uma rede internacional de pesquisa formada por mais de 15 países, entre eles, o Brasil (CAPELLA; BRASIL, 2015).

De acordo com o modelo de Kingdon (2007) há dois tipos de atores que atuam na formação de uma agenda pública, os visíveis e os não-visíveis. Os atores envolvidos desempenham papéis influenciadores para o ingresso de cada tema na agenda e nas especificações das alternativas relacionadas à formação da agenda pública.

O primeiro tipo, denominados atores visíveis são aqueles que podem ser facilmente reconhecidos pelo público em geral, pois, são expostos na imprensa devido à posição institucional que ocupam na sociedade. Neste caso, inclui o

presidente da república, governadores, prefeitos, assessores de alto escalão do poder público, parlamentares e dirigentes de partidos políticos.

O segundo tipo de participantes, os não-visíveis são aqueles que aparecem ao grande público de forma muito pontual ou até mesmo não aparecem. São os chamados especialistas em determinadas áreas do conhecimento, fazem parte deste segmento os pesquisadores, funcionários de carreiras do poder executivo e legislativo.

A contribuição dos atores vai depender da posição que o mesmo ocupa na sociedade. Independentemente do tipo de ator, eles podem contribuir com o estabelecimento da agenda através de diversas formas de influências, conhecimentos, proposições e outros meios alternativos.

Contudo, a definição da agenda pública apresenta várias terminologias. Nessa linha, as autoras Rua e Romanini (2013) apresentam uma série de nomenclaturas que tem o mesmo significado:

A agenda – ou pauta – governamental, agenda política, agenda de decisões ou agenda de políticas públicas nada mais é que uma lista de prioridades, inicialmente estabelecida pelos governos, às quais eles devem dedicar suas energias e atenções. Essas prioridades comumente sofrem alterações com o passar do tempo, a depender de como é a dinâmica da política (*politics*). O conceito de agenda é bastante importante, uma vez que os atores políticos lutam intensamente para incluir seus interesses nessa lista de prioridades com vistas a que constituam objeto da decisão política. (RUA; ROMANINI, 2013, p. 61).

O modelo de Kingdon visa compreender as variáveis determinantes da agenda, que fazem com que determinado tema entre ou não como prioridade. A abordagem deste modelo destaca a centralidade das ideias, das interpretações e da argumentação no processo de formulação das políticas (CAPELLA, 2005).

Para fins teóricos em relação à estrutura deste trabalho, utilizaremos as definições e especificações de agenda por defendidas por Kingdon. O autor diferencia três tipos de agenda quanto ao escopo e aos atores sociais envolvidos nas políticas públicas. A primeira é denominada agenda sistêmica, também conhecida como não-governamental ou agenda de Estado. A segunda, agenda governamental ou de governo e a terceira, de agenda de decisão.

Para Rua e Romanini (2013, p. 61), a agenda sistêmica corresponde aos problemas políticos que envolvem os diversos atores, não se restringe somente ao governo. “É anterior, externa, mais ampla, do que qualquer agenda de governo.

Essa lista de temas pode preocupar a sociedade, o Estado e, até mesmo, o sistema internacional”.

A agenda de governo ou governamental faz parte de uma lista de demandas de um determinado grupo político ou social, são os problemas de um governo específico em que as autoridades e indivíduos fora do governo decidem dar atenção. “[...] A composição dessa agenda depende da ideologia e dos projetos políticos e partidários daquele governo, da mobilização social, das crises conjunturais e das oportunidades políticas”. (RUA; ROMANINI, 2013, p. 61).

Já a agenda de decisão pode ser composta pela formulação de novas políticas públicas, como também pela complementação de processos já iniciados ou até mesmo corrigir rumos de políticas já iniciadas. Essa agenda pode ser estabelecida a médio e curto prazo. Ela envolve uma “[...] lista dos problemas políticos encaminhados à tomada de decisão pelo sistema político [...]”. Esses assuntos podem estar previamente na agenda governamental, ou não. (RUA; ROMANINI, 2013, p. 61).

Kingdon (2007) esclarece que existe agenda dentro de outras agendas. Elas podem variar de agendas gerais para especializadas. O autor especifica que as escolhas ou decisões finais passam por votação no legislativo ou por decisão do poder executivo. No entanto, o sucesso alcançado em determinadas ações, não garante sucesso em todos os outros. “Um item pode ocupar um lugar de destaque na agenda, por exemplo, sem que obtenha aprovação no legislativo; a sua aprovação também não garante necessariamente a sua implementação”. (KINGDON, 2007, p. 222).

O Modelo de Kingdon busca compreender como uma agenda pública é composta e analisada em qualquer momento do processo de formação, como e por que ela pode mudar ou até mesmo ser extinta. A opção pelo modelo de Kingdon vem ao encontro dos objetivos desta pesquisa, devido ao campo de estudo que trata das políticas públicas relacionadas aos processos pré-decisórios, como campos de estudos que ainda permanecem em territórios pouco explorados.

Sabemos mais sobre como as questões são encaminhadas do que como elas vieram a tornar se itens na agenda do governo, sobre como as escolhas feitas pelos *decision-makers* (tomadores de decisões) são formuladas e por que algumas possíveis questões e alternativas nunca são levadas a sério. (KINGDON, 2007, p. 219).

Desta forma, o Modelo dos Múltiplos Fluxos defende que a formação da agenda de políticas Públicas ocorre pela convergência de três fluxos, cada qual independente, com sua lógica e dinâmica. Os fluxos abordados pelo modelo de Kingdon são: Fluxo dos Problemas, Fluxo das Políticas Públicas e Fluxo Político. Para que o fluxo gere mudança é necessário que ao menos dois dos três fluxos se encontrem. “Esses fluxos representam contextos nos quais as [...] interações entre os atores políticos interceptam-se e articulam-se em torno de temas [...] ligados aos interesses políticos”. (RUA; ROMANINI, 2013, p. 66).

Conforme Capella (2006) o primeiro fluxo que trata dos “problemas”, busca analisar como as questões são reconhecidas como problema e passam a compor a agenda. Parte do pressuposto, de que as pessoas não tem como concentrar e nomear todos os problemas, os indivíduos vão dar atenção para algumas demandas em detrimento de outras, dependendo de como os formuladores das políticas percebem e interpretam com suas semelhantes ou diferentes visões a realidade objetiva considerando evidentemente cada momento e suas motivações.

São elementos básicos desta corrente os indicadores, os eventos, as crises, símbolos e o *feedback* das ações governamentais. Destaca-se que mesmo que esses elementos sinalizem questões específicas, os mesmos não transformam esses dados em problemas de forma automática.

O segundo fluxo que trata das “políticas públicas” refere-se ao conjunto de alternativas e soluções apresentadas para atender os problemas. Fazem parte deste fluxo as comunidades políticas geradoras de ideias, como os pesquisadores, consultores, assessores parlamentares, analistas de interesses, enfim, pessoas ligadas aos órgãos governamentais e não-governamentais.

O terceiro fluxo, pontuado por Kingdon, é o fluxo “político” e segue regras próprias, independentemente do reconhecimento da demanda e das soluções disponíveis, está baseado na negociação e na barganha. São elementos impulsionadores deste fluxo: o humor nacional, apoio ou oposição das forças políticas organizadas (grupos de pressão) e mudanças de governo ou de gestão (CAPELLA, 2006).

A percepção dos atores em relação ao ambiente propício para algumas ideias faz com que determinadas questões sejam inseridas na agenda, em detrimento de outras demandas que não recebem tanta atenção por não perceberem um “solo fértil”. A apresentação das alternativas ocorre geralmente por meio de artigos

científicos, encontros e debates pertinentes e grupos de especialistas afins, como também a apresentação e sustentação de estudos empíricos (KINGDON, 2007).

O modelo de Kingdon explica que quando há convergência de pelos menos dois dos três fluxos abre-se uma janela de oportunidades, sobretudo, pelos fluxos dos problemas e político. A variável das alternativas e soluções não exerce tanta influência de poder decisão sobre a agenda, conforme esclarece Capella (2006):

[...] uma oportunidade para a mudança surge quando um novo problema consegue atrair a atenção do governo (por meio de indicadores, eventos ou *feedback*), ou quando mudanças são introduzidas na dinâmica política (principalmente mudanças dentro do governo). O fluxo de soluções [...] não exerce influência direta na agenda: as propostas, as alternativas e as soluções elaboradas nas comunidades [...] chegam à agenda quando problemas percebidos, ou demandas políticas, criam oportunidades de ideias. (CAPELLA, 2006, p. 30).

As oportunidades de mudança ou abertura de janelas tem o caráter transitório. Podem ser agendadas por fatores programados ou não. As oportunidades se fecham quando um dos fluxos se desarticula em relação as outras variáveis do modelo. Destaca-se ainda a importância dos empreendedores de abertura de processos, que são aquelas pessoas que gastam tempo, estudo, recursos e reputação, entre outras habilidades condicionantes para promover a mudança.

A partir do estudo sobre política, políticas públicas e suas principais abordagens, tipologias e análise da formação da agenda, considera-se pertinente, estudar a definição das políticas públicas na área de cultura, chamada também de políticas culturais.

### 2.3 POLÍTICAS CULTURAIS

O estudo das políticas culturais como objeto de pesquisa é recente, principalmente na América Latina, as bibliografias existentes são dispersas e fragmentadas. Segundo Rubim (2007, p. 140) são poucos os estudos que fomentam novas perspectivas e explica que a teorização na área de políticas culturais ainda é muito limitada. “Pouca atenção tem sido destinada às questões teóricas e conceituais. Raros são os textos preocupados, [...] com a teorização e a definição de políticas públicas”.

Nessa discussão, Rocha (2016, p. 1) afirma que os estudos desta temática expandiram a partir da segunda metade do século XX e as teorias associadas as políticas culturais apresentam uma confusão terminológica. “[...] ainda hoje são poucas as abordagens que se dedicam a constituir e delimitar os conceitos, objetos de estudo e métodos de pesquisa que consigam dar conta desta complexa temática”.

Entre as alternativas que buscam uma definição institucionalizada da cultura quando precisamos legitimá-la como política pública, Canclini (1987) apresenta a seguinte concepção:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. (CANCLINI, 1987, p. 26).

Para Canclini (1987) os modelos relacionados a ação da política cultural historicamente sempre estiveram presentes no contexto latino-americano e sofreram influências políticas e sociais nos territórios em que se desenvolveram. Entre as vertentes mais significativas, destacam-se as políticas de “Democratização Cultural” e de “Democracia Participativa”.

O primeiro modelo, intitulado “Democratização Cultural” caracterizou-se mais pelo estímulo à produção, circulação e o acesso dos indivíduos e grupos a uma cultura de elite, conhecidos como a “alta cultura”, que segundo Canclini (1987), despertou duras críticas com relação a uma imposição paternalista. Em oposição, a Democratização Cultural, surgiu a “Democracia Participativa” que tem como objetivo principal o fortalecimento de todas as formas de cultura, considerando as mais diversas manifestações e segmentos culturais.

De acordo com Canclini (1987), outro aspecto que diferenciava os dois modelos, é que o primeiro, caracterizava-se com ações mais pontuais e restritas a um padrão estético. O segundo modelo trabalhava no sentido mais contínuo e buscando alcançar todos os espaços sociais, de forma organizada, reunindo as iniciativas mais diversas e um número maior de sujeitos nos processos de decisões.

Argumenta ainda que não há uma cultura legítima, deve haver um empenho da sociedade em promover o desenvolvimento de todas as representações culturais que existem.

Quadro 2 – Principais características das abordagens das políticas culturais

Democratização Cultural	Democracia Participativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo à produção e circulação da cultura de elite, conhecida como a “alta cultura”;</li> <li>• Ações mais pontuais e restritas a um padrão estético;</li> <li>• Participação mais restrita dos sujeitos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento de todas as formas de cultura;</li> <li>• Valorização da diversidade;</li> <li>• Busca alcançar todos os espaços sociais;</li> <li>• Participação de um maior número de sujeitos nos processos de decisões;</li> </ul>

Fonte: Organização e elaboração: Selmar Levino (2018) com base em Canclini (1987).

Para Lima, Ortellado e Souza (2013), o conceito de cultura na modalidade “Democratização Cultural” consistia na cultura como belas artes e o objetivo principal dessa política era ampliar o acesso à cultura consagrada. Os instrumentos de intervenção para o alcance desses objetivos eram: centros culturais orientados à difusão e grupos artísticos subsidiados. O conceito de “Democracia Participativa” fundamenta-se nos modos de vida, pois o objetivo é apoiar a produção simbólica dos mais diversos segmentos culturais. A estratégia para o alcance dessa modalidade é fomentar a cultura popular e comunitária.

De acordo com Lima, Ortellado e Souza (2013) o primeiro marco de discussão dessas duas concepções teóricas de tipos de políticas culturais acontece em meados de 1970 com as conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O conceito de políticas culturais restritos a atuação do Estado, segundo a UNESCO apresenta-se como um “[...] conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado”. (UNESCO, 1969, tradução própria).

Nesta discussão, vimos que nos últimos 20 anos, intensificou-se o debate sobre as políticas culturais como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento humano, onde se potencializa o econômico pela inclusão, o social pela justiça e o ambiental pela sustentabilidade. “Além da celebração das nossas diferenças em

interação criativa, trata-se de reconhecer a diversidade cultural como um projeto político e, assim relacioná-la as disputas no campo econômico, midiático e social”. (MIGUEZ; BARROS; KAUARK, 2014, p. 18).

Nesse processo a questão da diversidade ganha centralidade e prioridade nas agendas das Políticas Públicas, no entanto, a promoção da diversidade cultural encontra alguns obstáculos na atual conjuntura econômica e política onde a desigualdade de acesso aos incentivos de produção cultural somado ao aumento da intolerância no convívio entre as diferenças apontam para uma realidade mais desafiadora, onde o aumento da violência no mundo e seus reflexos na sociedade ocupam lugar privilegiado nas discussões e agendas nacionais.

A partir da distinção das duas correntes teóricas referentes às abordagens das políticas culturais faz-se necessário conhecer no próximo capítulo a trajetória da institucionalização das políticas culturais no Brasil e em Roraima como forma de compreender o processo de formação da agenda pública e subsidiar a busca da resposta ao problema dessa dissertação.

### 3 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E EM RORAIMA

Este capítulo tem o objetivo de analisar a trajetória das políticas culturais e os atos que compõem a organização dessa temática no Brasil e em Roraima. Para a condução deste debate buscou-se compreender o histórico das políticas públicas no Brasil a partir de 1930, o processo de organização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a discussão sobre a diversidade cultural e as principais críticas ao modelo sistêmico. No âmbito do estado de Roraima, investigou-se os antecedentes históricos da formação política e administrativa, os aspectos socioculturais que influenciaram na formação da sociedade e as principais iniciativas de políticas culturais até o ano de 2012.

#### 3.1 HISTÓRICO E A EFETIVIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Historicamente, de acordo com Rubim (2012) e Rocha (2016), a organização e discussão das políticas culturais no âmbito internacional revelam os principais marcos no surgimento das missões pedagógicas nos centros de cultura da República Espanhola, na criação do Conselho das Artes da Inglaterra entre os anos de 1930 e 1940 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas em 1948, quando a cultura passou a ser referenciada como um direito de todos. Em 1959, foi criado na França, o primeiro ministério específico para a cultura e em 1982 no México, aconteceu a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.

Com efeito, Calabre (2007), Simis (2007), Botelho (2007) e Rubim (2009) abordam que no Brasil, foi a partir de 1930 que iniciou-se a busca pela institucionalização de uma política de cultura. O período de 1930 a 1945, conhecido como a “Era Vargas” foi marcado pela centralização do poder na esfera federal, com a criação de órgãos, leis, decretos e portarias para gerenciar as ações, sem a participação da sociedade civil nos processos decisórios. Nesse referido período, a cultura estava sob responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde (MES).

Os investimentos tinham como foco unir o país em torno do poder central e promover os símbolos nacionalistas. Na esfera municipal em 1935, foi criado o primeiro órgão público exclusivo para a promoção de políticas culturais, o Departamento de Cultura e Recreação do município de São Paulo, na gestão de

Mário de Andrade<sup>1</sup>. Nesse sentido convém mencionar que “a primeira experiência efetiva de gestão pública implementada no país no campo da cultura não ocorreu em âmbito federal, mas sim no âmbito municipal [...]”. (CALABRE, 2009, p. 18).

Foram criados nesta fase, o Instituto Nacional do Livro em 1937 e o Conselho Nacional de Cultura em 1938. Destaca-se que os documentos de criação de órgãos estabeleciam a realização de acordos federativos. Um exemplo de política de articulação com a União e os Estados, foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, instituía que o SPHAN deveria celebrar acordos entre os entes conforme descrito no Artigo 23 do referido decreto. “O Poder executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para a melhor coordenação e desenvolvimento das atividades [...]”. (BRASIL, 1937).

Nos anos de 1945 a 1964, o desenvolvimento da cultura deu-se por iniciativas privadas através dos movimentos que propunham novas linguagens, tais como: cinema Novo<sup>2</sup>, Bossa-Nova<sup>3</sup>, entre outros. O Estado promoveu poucas ações diretas no campo da cultura, destaque nesse período para a campanha em defesa do folclore e para o desmembramento do MES, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

No período da Ditadura Militar (1964-1985), as ações eram de acordo com interesse do grupo no poder. Foi uma fase marcada pela repressão, censura e controle acirrado das ações artísticas pelo Estado. Foi extinto o CNC e criado o Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República. O CFC foi formatado nos moldes do Conselho Nacional de Educação (CNE) que ainda assim não tinha efetiva atuação nacional e as ações eram de pouca abrangência (CALABRE, 2009).

<sup>1</sup> Mário de Andrade (1893 – 1945) era poeta, escritor, crítico literário e musicólogo. Exerceu grande influência na literatura moderna brasileira.

<sup>2</sup> O Cinema Novo é um gênero e um movimento cinematográfico brasileiro que tem como marco inicial o ano de 1952 com a realização do I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro e o I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, em que os artistas e produtores da época queriam realizar um cinema com mais realismo e mais acessível, distante do modelo ficcional norte-americano. A ideia era realizar um cinema com apelo popular, capaz de discutir problemas e questões da realidade brasileira. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/cinema/novo/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

<sup>3</sup> A Bossa Nova foi um movimento musical brasileiro que nasceu no Rio de Janeiro, na metade da década de 1950. Entre as características: utilização do tom coloquial na narrativa das canções, músicas cantadas em tom baixo e calmo e letras poetizadas. Podemos dizer que os pais da Bossa Nova foram os cantores e compositores Tom Jobim, João Gilberto e Vinícius de Moraes. Disponível em: <[https://www.suapesquisa.com/musicacultura/bossa\\_nova.htm](https://www.suapesquisa.com/musicacultura/bossa_nova.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Vale ressaltar que a primeira referência nominal ao Sistema Nacional de Cultura foi em 1968, durante a abertura da primeira reunião nacional dos Conselhos de Cultura. A ação contou com a representação de todos os estados e tinha o objetivo de discutir a articulação, coordenação e execução de um Plano Nacional de Cultura. O presidente do CFC, em discurso, falou que aquele encontro seria o primeiro passo para a construção de um sistema federal (CULTURA, 1968 apud CALABRE, 2009).

Calabre (2007) destaca ainda nesta fase, precisamente no Governo Geisel (1974-1978), a criação de vários órgãos estatais como: Conselho Nacional de Direito Autoral, Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (Funarte). Alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática. O objetivo principal era a recuperação das instituições nacionais.

No período que compreendeu de 1985 a 2002, a cultura foi submetida à lógica do mercado através das leis de incentivo fiscal, privilegiando projetos com potencial midiático, envolvendo prioritariamente projetos urbanos dos eixos Rio - São Paulo. Em 1985 foi criado o Ministério da Cultura (MinC) e em 1986 foi promulgada a primeira Lei de incentivos para a cultura (Lei nº 7.505), com o objetivo de estimular a iniciativa privada no financiamento das ações culturais por meio do mecanismo de renúncia fiscal. Em 1990, o MinC foi extinto na gestão do presidente Fernando Collor, por meio da Lei nº 8.029/1990, passando a condição de Secretaria de Cultura, dando início ao período de desvalorização e extinção de vários órgãos culturais ligados a administração pública (CALABRE, 2005).

A partir de 1991 foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), conhecido como Lei Rouanet. Dentro desta lei estavam previstos três mecanismos de incentivo: patrocínio ou doação, mais conhecido como mecenato; Fundo Nacional de Cultura (FNC) e Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). Em 1992, no governo de presidente Itamar Franco, o MinC foi recriado por meio da Lei nº 8.490 (CALABRE, 2009).

No período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) parte da legislação expedida era voltada para as questões das leis de incentivo. Neste período não houve a elaboração de planos, propostas ou diretrizes voltadas para a gestão pública da cultura. Calabre (2009) destaca que entre as poucas ações no

campo de estruturação das políticas culturais neste mandato foi à instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, nos termos do Decreto nº 3.551/2000.

Em 1995, o MinC lançou uma cartilha “Cultura é um bom negócio”, na qual expressou a visão neoliberal sobre as políticas culturais do Brasil nesse período. Era uma publicação voltada aos empresários, explicando os mecanismos da Lei Rouanet, sobre quais eram as vantagens do apoio privado por meio de Lei de Incentivo à Cultura.

No Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), destaca-se a criação do Programa Cultura Viva, por meio de Portaria Ministerial nº 156, em 06 de julho de 2004, que tinha o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, principalmente, aqueles agentes culturais oriundos de camadas da população historicamente excluídas das políticas setoriais e culturais do governo brasileiro. O mandato envolveu a realização da I e II Conferência Nacional de Cultura (CNC) nos anos de 2005 e 2010, respectivamente. Houve ainda a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Lei nº 12.343/2010.

De acordo com Botelho (2007), com a eleição do presidente Lula, observa-se maior direcionamento para uma política voltada ao reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira e com uma concepção de cultura mais próxima da visão antropológica. Em 2003, um novo formato de gestão de política cultural no Brasil com vertente social democrática, inicia-se na gestão do ministro Gilberto Gil<sup>4</sup> no MinC, que define cultura como:

[...] tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Como uma usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. (GIL, 2003, n.p).

A partir deste contexto, a política cultural passou a ser elaborada e executada a partir de um conceito de cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Na consolidação das políticas de cultura, a dimensão simbólica

---

<sup>4</sup> Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão de cargo para o Ministério da Cultura em 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

fundamenta-se na capacidade dos seres humanos em criar símbolos, envolve os modos de viver, fazer e criar, saberes e fazeres, valores e identidade dos indivíduos, grupos ou povos. Refere-se também às atividades intelectuais e artísticas, tais como música, literatura, dança e artes plásticas, dentre outras. No aspecto da dimensão cidadã, relaciona-se ao direito à cultura, estabelecido na Constituição Federal. Os direitos culturais devem ser garantidos como políticas que possibilitem a participação social, o acesso, a produção e a fruição de bens e serviços no campo da cultura. Quanto à dimensão econômica, trata-se do potencial da cultura em agregar valores como a geração de emprego e renda. Envolve ainda a formação de cadeias produtivas autossustentáveis regionais (BRASIL, 2012).

A gestão da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2016), tinha como um dos objetivos a continuidade das ações de estruturação e institucionalização da Política Nacional de Cultura. Entre as ações destacamos: a instituição do SNC por meio da Emenda Constitucional nº 71/2012 e a realização da III CNC. Com o afastamento da presidente Dilma Rousseff da Presidência da República no dia 12 de maio de 2016, o cargo de presidente, passa a ser ocupado pelo vice-presidente Michel Temer, e entre as ações realizadas pelo mesmo foi extinguir o MinC por meio da medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. A extinção trouxe uma série de críticas negativas por parte dos artistas, produtores, profissionais e especialistas na área de cultura.

Em 18 de maio de 2016, a presidência do Senado Federal propôs ao presidente da República a recriação do Ministério, tendo em vista uma série de manifestações, audiências e atos públicos por parte da sociedade civil em favor do retorno do MinC. No dia 23 de maio de 2016, o presidente recua de sua decisão e assina a medida provisória nº 728, restabelecendo o MinC<sup>5</sup>.

Em 2019, com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro para o pleito de 2019 a 2022, o MinC mais uma vez foi extinto e as atribuições da cultura foram incorporadas ao novo Ministério da Cidadania, que além da pasta de cultura, vai abrigar as funções desempenhadas pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Esporte.

---

<sup>5</sup> Matéria jornalística veiculada no G1 no dia 21 de maio de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncio-deve-ser-na-terca.html>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

### 3.1.1 Diversidade Cultural

A diversidade cultural tem sua importância quando o ser humano tem consciência dos diferentes tipos de cultura, nos remete a respeitar aquilo que nos parece diferente. Nesse contexto, trata-se de localizar a participação da cultura e em especial a sua diversidade de expressões no contexto político internacional e nacional das políticas, percebe-se este importante ponto de partida como estratégico nas buscas de soluções saudáveis para diminuir as tensões oriundas das relações conflituosas entre o universo da cultura e das sociedades. Compreender este debate é fundamental para as garantias de inclusão de todos os olhares, linguagens e segmentos que fazem parte do contexto social nos planos e nas políticas de cultura.

A concepção de “Democracia Participativa” impõe os interesses maiores da sociedade como um compromisso político, entretanto há que se conhecer e valorizar amplamente a história, as origens e o caráter singular e universal de cada manifestação e expressão artística. A diversidade cultural é a amplitude de respeito e reconhecimento de todos, é antes e tudo uma forma de resistência e luta contra a exclusão de minorias.

Para o antropólogo, Lévi-Strauss (1993) é fundamental para compreendermos a diversidade cultural pelo menos um esboço de inventário, porque as mais diversas culturas são como sociedades justapostas no espaço, umas mais afastadas e outras mais próximas do nosso conhecimento. São como formas de vida, separadas ou harmoniosas entre si e bem difíceis de serem conhecidas plenamente por experiência direta e ou contato direto, conforme explica o autor:

[...] um inventário consciencioso deve-lhes reservar em branco, em número indiscutivelmente mais elevado que o dos compartimentos em que nos sentimos capazes de registrar alguma coisa. Impõe-se uma primeira constatação: a diversidade das culturas humanas é, de fato no presente e também de direito no passado, muito maior e mais rica do que tudo aquilo que delas pudermos chegar a conhecer. (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 331).

Outras abordagens mais recentes de Bhabha (2014) expressam considerações acerca do local da cultura e explica esta questão da seguinte forma:

[...] é a natureza performativa das identidades diferenciais: regulação e negociação daqueles espaços que estão continuamente, contingencialmente, se abrindo, retrazendo as fronteiras, expondo os limites de qualquer alegação de um signo singular ou autônomo de diferença – seja ele classe, gênero ou raça. (BHABHA, 2014, p. 345).

Assim, Bhabha (2014) enuncia a criação de outras categorias alternativas a identificação dos sujeitos e locais da cultura (entre-lugares, entre-tempos, hibridismos, estranhamento, identidade intervalar, vidas-duplas) conforme esclarece a seguir: “[...] tais atribuições de diferenças sociais – onde a diferença não é nem o Um nem o Outro, mas algo além, intervalar. [...] futuro intersticial, que emerge no entre meio entre as exigências do passado e as necessidades do presente”. (BHABHA, 2014, p. 136). Neste sentido, o autor argumenta em sua abordagem que o futuro não se atribui ao passado como pensamento originário, e nem o presente é de fato o conhecimento transitório da pesquisa.

A partir desta discussão, Barros (2008) destaca uma situação que vem se desenhando na forma de estudos nos países em desenvolvimento sobre a cultura, relacionados a uma linha de entendimento baseada na perspectiva da relação de cultura, diversidade e desenvolvimento, construída a partir de diferentes contextos e modelos políticos. Nessa visão, o autor explica que podemos entender que a diversidade cultural é o resultado das trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições a partir de suas diferenças, mas também de suas desigualdades, tensões e conflitos. Ela se apresenta como uma resposta e não apenas uma constatação antropológica. O referido autor conceitua a diversidade cultural como:

Diversidade cultural é a expressão de opostos. O singular, o intraduzível, a capacidade e o direito de diferir, bem como a expressão do universal, de uma ética e de um conjunto de direitos humanos. Simultaneamente uma coisa e outra, é nessa tensão de opostos que sua realidade se revela rica, dinâmica e desafiadora. (BARROS, 2008, p. 17).

Esta reflexão de articulação entre cultura, diversidade e desenvolvimento, nos apresenta a necessidade da compreensão do trabalho da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO<sup>6</sup>) com relação ao campo da cultura. Pitombo (2014) ressalta que a UNESCO vem estabelecendo uma série de normas de orientação, no intuito de criar instrumentos jurídicos que auxiliem os Estados de como melhor proteger a cultura sobre todas as formas, criando uma agenda internacional.

A Convenção sobre “Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 2005 e ratificada pelo

---

<sup>6</sup> A UNESCO foi criada em 1946 com o objetivo de ser um sistema internacional permanente de cooperação multilateral das ações nas áreas de educação, ciência e cultura.

Brasil em 2007, e é resultado de discussões que duraram mais de 20 anos, iniciadas com mais intensidade em meados da década de 1990. A convenção tem como objetivo principal proteger e promover a diversidade das expressões culturais. Ela constitui como um instrumento legal “[...] quanto à criação, à produção, à distribuição e à difusão, bem como quanto ao acesso e à fruição de uma grande variedade de expressões culturais” (DUPIN, 2009).

Dentre as principais conquistas da referida Convenção, destaca-se o aspecto político e a cooperação internacional. Esse instrumento tem contribuído para que os países-membros desenvolvam ou aperfeiçoem suas políticas culturais, além de incentivar a ampliação da participação da sociedade civil. Dupin (2009) ressalta o papel da sociedade civil a partir dessa Convenção:

[...] o papel reservado à sociedade civil, que é vista não apenas como beneficiária desse instrumento, mas como parceira imprescindível em sua implementação. [...] A Convenção dedica muita atenção à cooperação internacional. [...] Considerando que a solidariedade internacional constitui uma resposta efetiva às desigualdades entre países quanto aos recursos colocados à disposição das expressões culturais, ela convida os Estados partes a cooperar, por meio de parcerias, em ações que visem aumentar as capacidades de criação, produção, difusão e distribuição de suas expressões culturais. (DUPIN, 2009, p. 15).

No campo da política pública, o tema da diversidade cultural, aparece entre os anos 1980 e 1990, na contramão da hegemonia neoliberal, que pretendia nesse período tratar e tornar a cultura como mercadoria e silenciar a discussão da elaboração de políticas culturais. “Não cabe pensar a diversidade como algo harmônico [...]. Não se deve nunca esquecer que o tema nasce e ganha sentido como contraposição. [...] Com ela, o tema das políticas culturais volta a ser agendado”. (RUBIM; CALABRE, 2009, p. 35).

A primeira exigência para uma política de diversidade cultural é que ela seja pública e que estejam associadas aos processos democráticos, disposta a incorporar novos sujeitos, o Estado não pode ser o único protagonista. Precisam fortalecer as identidades, sejam elas nacionais ou de classe. As políticas devem promover o intercâmbio, a cultura não pode ser apenas preservada e isolada, ela deve ser assumida no seu caráter dinâmico e transversal, como troca e colaboração (RUBIM; CALABRE, 2009).

Neste contexto, o estudo da transversalidade da cultura possibilita o reconhecimento da contribuição da cultura na articulação e no diálogo com outras áreas de conhecimento, tais como, educação, saúde, meio-ambiente e comunicação. Barros (2008) ressalta o aspecto transversal da cultura, pois:

[...] a cultura se faz presente em todos os componentes básicos do capital social, como a confiança, o comportamento cívico, o grau de cooperação; a cultura engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades. (BARROS, 2008, p. 20).

O referido autor acima coloca também a necessidade de uma educação para a compreensão prática da diversidade cultural, entendida menos como uma atitude passiva de respeito, mas com atitudes efetivas de proteção, promoção e diálogo que assegura a diversidade cultural para que a articulação das diferenças se configure como pré-requisito ao desenvolvimento humano.

### **3.1.2 Sistema Nacional de Cultura**

A Política Nacional de Cultura vigente no Brasil tem o formato de modelo sistêmico. Essa concepção de sistema tem sido muito utilizadas nas atividades de gestão das organizações públicas e privadas. A teoria sistêmica foi proposta, inicialmente, por David Easton, na década de 1960, como um produto do sistema político que são encarados e confrontados a dar respostas às forças que afetam a partir do meio ambiente. Nessa perspectiva, Dye (2010) conceitua sistema como:

[...] um conjunto identificável de instituições e atividades na sociedade, que funcionam no sentido de transformar demandas em decisões oficiais, com o apoio indispensável de toda a sociedade. A noção de sistema implica também que os elementos do sistema são inter-relacionados, que o sistema pode responder às forças em seu ambiente, e o fará para assim se autopreservar. [...] Todo o sistema absorve uma variedade de demandas, algumas das quais conflitantes entre si. (DYE, 2010, p. 125).

Convém ressaltar, que desde 2002, havia uma proposta de emenda à Constituição Federal (PEC nº 306/2000), referente o acréscimo no artigo 215, que tratava da instituição do PNC, tramitava no Congresso Nacional, de autoria dos deputados federais, Gilmar Machado, do Partido dos Trabalhadores (PT) e de

Marisa Serrano, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Além deste projeto de Emenda Constitucional, a implantação do PNC e do Sistema Nacional de Cultura foi uma das propostas da disputa presidencial, da Campanha do ano de 2002 do candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva. O documento intitulado “A imaginação a serviço do Brasil” para área de cultura tinha como principal proposição a elaboração de políticas públicas participativas, com um conceito de cultura voltado à diversidade cultural e o estabelecimento da cultura como uma política de Estado. Ressalta-se que na PEC nº 306/2000 não havia a proposição de um Sistema Nacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

Nesse contexto político, destacam-se a agenda 21 da Cultura, aprovada em 2004 em Barcelona na Espanha e a Convenção sobre a Proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais, proposta pela UNESCO em 2005, como documentos referenciais para a elaboração da atual política de cultura do Brasil. Estes documentos trazem uma contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade e em favor da proteção da multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedade encontram suas expressões (BRASIL, 2012).

Dentre os princípios previstos destacam-se o de nº 3 da agenda 21:

Os governos locais reconhecem que os direitos culturais fazem parte indissociável dos direitos humanos e tomam como referência básica a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e a Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural (2001). Neste sentido, reafirma-se que a liberdade cultural dos indivíduos e das comunidades é condição essencial da democracia. Nenhuma pessoa pode invocar a diversidade cultural para atentar contra os direitos humanos garantidos pelo direito internacional nem para limitar o seu alcance. (AGENDA 21, 2004, p. 2).

É importante mencionar também outros fatores referenciais para a elaboração redação do Projeto de Lei de criação do PNC foram às resoluções da I e II CNC, realizadas em 2005 e 2010, respectivamente. Além de dados e diagnósticos, tais como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os levantamentos sobre a economia da cultura e políticas culturais promovidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Contribuíram para a elaboração do projeto, os documentos resultantes do 2º Seminário Nacional de Direitos Autorais, o 1º Fórum

Nacional de TV's Públicas, e o Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural (BRASIL, 2012).

Para a organização do PNC e promoção do debate das propostas entre o poder público e a sociedade, foi estruturado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), um órgão colegiado do MinC, a partir do Decreto nº. 5.520/2005. Elaborado por meio de consultas e eventos públicos no intuito de orientar e articular o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais com a participação da sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal.

O PNC foi analisado e debatido em duas comissões do Congresso: Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovado em dezembro de 2010, inscrito pela Lei nº 12.343/2010. Em 2011, coube a MinC elaborar as 53 metas do PNC (Portaria nº 123/2011 do MinC) por meio de uma ampla consulta pública, envolvendo os seguintes instrumentos: internet, seminários e reuniões de colegiados setoriais do CNPC. O documento oficial da política nacional de cultura do Brasil é o PNC. Ele é definido como um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. O plano tem duração de 10 anos e sua vigência será até 2 de dezembro de 2020, que deverá passar por revisões e recomendações. É composto de 36 estratégias, 275 ações e 53 metas (BRASIL, 2012).

Ressalta-se a importância do PNC em fortalecer os processos de gestão e participação social por meio dos tópicos abordados nos seguintes capítulos: Estado; Da Diversidade; Do acesso; Do desenvolvimento sustentável e Da participação social. A aprovação do PNC marca um direcionamento da agenda da política de cultura institucional. “A aprovação do PNC em forma de lei situa a cultura na agenda de cidades, de estados, de outros organismos do Governo Federal e da sociedade”. (BRASIL, 2012, p. 141). Com a aprovação do plano, iniciou-se um processo de organização do SNC que culminou com a inclusão do artigo nº 216 – A da CF, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012.

O SNC é um instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, envolvendo a participação do poder público e a sociedade, garantindo o pleno exercício dos direitos culturais e o amplo acesso aos serviços e bens culturais. O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da

União, dos Estados e dos Municípios (BRASIL, 2011a).

O sistema fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas no PNC, nas quais são orientadas pelos seguintes princípios:

I – diversidade das expressões culturais; II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV – cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; VII – transversalidade das políticas culturais; VIII – autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX – transparência e compartilhamento das informações; X – democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. (LEI Nº 12.343/2010).

O tema da diversidade cultural fundamenta tanto o PNC e o SNC, como uma linha mestra. Logo no artigo 2º do PNC, o primeiro objetivo descreve “Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira”. Brasil (2012), o PNC e o SNC refletem uma oportunidade histórica para adequação da legislação e da institucionalização da política de cultura para atender a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005), diante de formação histórica do Brasil, marcada por formações humanas e matrizes culturais diversas, ambos os documentos apresentam a discussão da diversidade como elo entre as políticas de Estado e os segmentos sociais. (BRASIL, 2012, p. 159).

Neste sentido, o PNC e o SNC orientam que as elaborações das políticas públicas de cultura devem planejar, adotar e executar medidas, programas, projetos e ações de valorização da diversidade. “A diversidade cultural no Brasil se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta – por meio [...] de seus artistas e de suas múltiplas identidades, [...] da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica”. (BRASIL, 2012, p. 181).

A partir de 2013, os estados da federação receberam formações presenciais e a distância relacionadas à implementação dos sistemas estaduais e municipais de cultura. Foi instituída ainda uma plataforma informatizada para acompanhamento do processo de implantação do SNC no país.

No intuito de garantir a participação dos entes federativos, iniciou-se uma série de visitas, fóruns e encontros com o objetivo de esclarecer como funcionava e

como era constituído o SNC e promover a assinatura ao Acordo de Cooperação Federativa, estabelecido pela Portaria nº 47, de 17 de julho de 2009, na qual trata-se de um ato bilateral firmado entre a União com os Estados e Municípios que visa estabelecer as condições e os compromissos das partes para o desenvolvimento do sistema.

Nas relações federativas buscou-se utilizar como referência para a implementação do SNC, o modelo de gestão descentralizada e participativa do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a experiência de aplicação em todos os estados brasileiros. As experiências de sistemas articulados de forma federativa a partir de princípios e diretrizes comuns possibilitam distribuir e dividir atribuições e responsabilidades entre os entes da federação. “[...] asseguram maior racionalidade, efetividade e continuidade das políticas públicas”. (BRASIL, 2011a, p. 31).

Com efeito, dos 27 estados da Federação brasileira, o estado do Pará é o único que está sem a publicação do extrato de renovação do Acordo de Adesão<sup>7</sup> ao SNC.

Quadro 3 - Quantitativo de Estados, municípios e Distrito Federal que aderiram ao SNC por região

<b>Acordo de Cooperação Federativa</b>		
<b>Região</b>	<b>Estados e DF</b>	<b>Municípios</b>
<b>Centro-Oeste</b>	04	207
<b>Norte</b>	06	190
<b>Nordeste</b>	09	923
<b>Sudeste</b>	04	699
<b>Sul</b>	03	625
<b>Total</b>	26	2.644

Fonte: BRASIL. Ministério da Cultura, Relatório da situação de adesão ao SNC (2018).

### 3.1.2.1 Elementos constitutivos do SNC

No que se refere à organização do SNC nos estados e municípios brasileiros é necessário que a gestão da cultura do ente federado busque a constituição dos seguintes elementos constitutivos: órgão gestor de cultura, conselho de política cultural, sistema de financiamento à cultura, comissão intergestores, programa de

<sup>7</sup> Antes de 2012, a vigência do termo de adesão era de um ano, após uma alteração na minuta do termo de adesão, a vigência ficou por tempo indeterminado, sem a necessidade de renovação.

formação na área de cultura, sistema de informações e indicadores culturais, sistemas setoriais de cultura, plano de cultura e conferência de cultura.

Figura 1 - Elementos Constitutivos do SNC



Fonte: BRASIL (2011a).

Recomenda-se que todos os componentes integrem as esferas federal, estadual, municipal e distrital, com exceção das comissões intergestoras, que fazem parte somente das instâncias federal e estadual (BRASIL, 2011a). O governo federal constituiu até 2018 todos os componentes do SNC, exceto a Comissão Intergestora Tripartite.

Convém destacar que apesar do amparo legal, a adesão ao SNC é voluntária. Outro ponto a ser observado que até o momento a lei do SNC não foi regulamentada<sup>8</sup>, no entanto a Lei nº 12.343/2010, que institui o PNC, trata do SNC e descreve as relações federativas. A Lei do PNC explica no artigo 3º, parágrafos 1º, 2º e 3º, o que compete ao poder público nos termos desta Lei:

§ 1º - O Sistema Nacional de Cultura - SNC, criado por lei específica, será o principal articulador federativo do PNC, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil; § 2º - A vinculação dos Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma do regulamento; § 3º - Os entes da Federação que aderirem ao Plano Nacional de Cultura deverão elaborar os seus planos decenais até 01 (um) ano após a assinatura do termo de adesão voluntária. (LEI Nº 12.343/2010).

<sup>8</sup> Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.271/2016 que visa regulamentar o SNC.

Ainda nessa discussão, para a adesão ao SNC, o ente estadual ou municipal, por meio do seu representante legal, deve acessar a plataforma *online* do SNC, preencher a ficha de cadastro e depois encaminhar o documento assinado ao setor de acompanhamento do sistema. Após análise documental, é encaminhado para publicação no Diário Oficial da União (DOU).

### 3.1.2.2 SNC e as críticas ao modelo sistêmico

Uma das críticas mais antigas e recorrentes ao SNC está relacionada ao modelo que orienta a criação do sistema, pelos órgãos gestores de cultura (federal, estadual e municipal), induzindo o Estado a ter mais controle em virtude de ser o responsável pela coordenação da estrutura institucional. Nessa discussão, Mata-Machado defende que o modelo sistêmico não prejudica a dinâmica da cultura, pois, o sistema é voltado para a organização e desenvolvimento das políticas públicas, historicamente marcadas por fragilidades institucional, falta de planejamento, elitismo, favorecimentos e indefinição de prioridade na maioria dos governos. “[...] é próprio do mundo da Cultura estar sempre em movimento, mas a proposta do SNC não afeta essa característica básica, simplesmente porque não se dirige a Cultura em si, mas a política pública de cultura”. (MATA-MACHADO, 2016, p. 17).

Outra crítica contraposta na opinião de Mata-Machado (2016) em relação à redução da importância do SNC é aquela que compara com outros sistemas públicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS), pelo argumento que ações e serviços culturais são feitos majoritariamente pela sociedade e não pelo poder público. Pelos tratados, pactos e convenções internacionais e fundamentada pela Constituição Federal, é consensual o papel do Estado enquanto prestador de serviços culturais à sociedade e de garantidor de acesso aos direitos.

O referido autor alerta pelo fato de que o SNC ainda não ter sido absorvido na sua totalidade por todos os setores do governo federal como uma política de Estado. “De fato, o MinC ainda não compreendeu que o SNC é estruturante e estruturador das políticas e da gestão cultural, da União, dos Estados e dos Municípios”. (MATA-MACHADO, 2016, p. 20).

Ainda nesse debate, outro problema mencionado é a impossibilidade de um sistema público se sustentar somente por meio de um modelo de financiamento baseado em incentivos fiscais na qual produz desigualdades entre regiões,

produtores e criadores, porque a decisão final de financiamento é do patrocinador. Segundo Mata-Machado (2016), o FNC vem para diminuir as desigualdades regionais entre os entes da Federação:

A desproporção histórica entre o recurso movido pela renúncia fiscal e o destinado ao Fundo Nacional de Cultura dar-se-á somente quando o FNC estiver fortalecido e alcançar todo o território nacional, garantindo, assim, a todos os brasileiros, o pleno exercício dos direitos culturais. (MATA-MACHADO, 2016, p. 20).

Neste sentido, compreende-se que o repasse previsto no FNC vai possibilitar atender as peculiaridades de cada lugar. No entanto, o mesmo deve ser disponibilizado de forma permanente e com critérios claros de distribuição dos recursos entre os estados, regiões e municípios e acima de tudo com autonomia de gestão. Assim, investigar como ocorre o processo de organização da política cultural no país possibilita ampliar a capacidade analítica sobre a formação das agendas públicas de cultura nos estados da federação, no caso mais específico desta pesquisa, de Roraima.

## 3.2 O ESTADO DE RORAIMA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Para analisar a organização das políticas públicas de cultura e como se deu o processo de adesão ao SNC em Roraima, torna-se necessário conhecermos a trajetória da agenda pública de cultura local e como esta vem trabalhando a diversidade cultural. Ressalta-se ainda a importância da contextualização da história política e administrativa do Estado, considerando o período anterior ao recorte espacial desta pesquisa.

### 3.2.1 Antecedentes históricos

O estado de Roraima, situado no extremo norte do país, com extensão territorial de 224.298,980 m<sup>2</sup>, limita-se ao norte e nordeste com a Venezuela e a leste com a Guayana<sup>9</sup>; sudeste com o estado do Pará; e ao sul e oeste com o estado

<sup>9</sup> A grafia da palavra Guayana passou por transformações em relação ao uso do “y” para o “i” e vice e versa ao longo do processo de colonização. Em 1831, quando os britânicos tomaram posse das Colônias Holandesas do Essequibo, do Demerara e do Berbice reorganizaram as três colônias unificando-se com o nome de Guiana Inglesa. Com a independência do Reino Unido, em 1966, o país passou a ser denominado de Guiana. No ano de 1970, após a Revolução do Rupununi e a reorganização política do país, a grafia foi novamente trocada de “i” para “y”, passando a ser chamada de República Cooperativa da Guayana (OLIVEIRA, 2012).

do Amazonas. A população está estimada em 522.636 habitantes, de acordo com dados do IBGE do ano de 2017. É formado por 15 municípios, sendo a capital Boa Vista responsável pela maior concentração da população de todo o estado, chegando perto dos 60% e pela maior capacidade e oferta de estrutura de serviços públicos e privados.

Historicamente, a partir de 1775, o estado Português inicia a construção do Forte São Joaquim para estimular a política de povoamento e evitar a invasão dos holandeses e espanhóis nos campos do Rio Branco. A localização estratégica permitia o controle das passagens para a Venezuela e Guyana. A ocupação não foi pacífica, os portugueses enfrentaram várias revoltas dos indígenas que habitavam as redondezas do Forte (FARAGE, 1991).

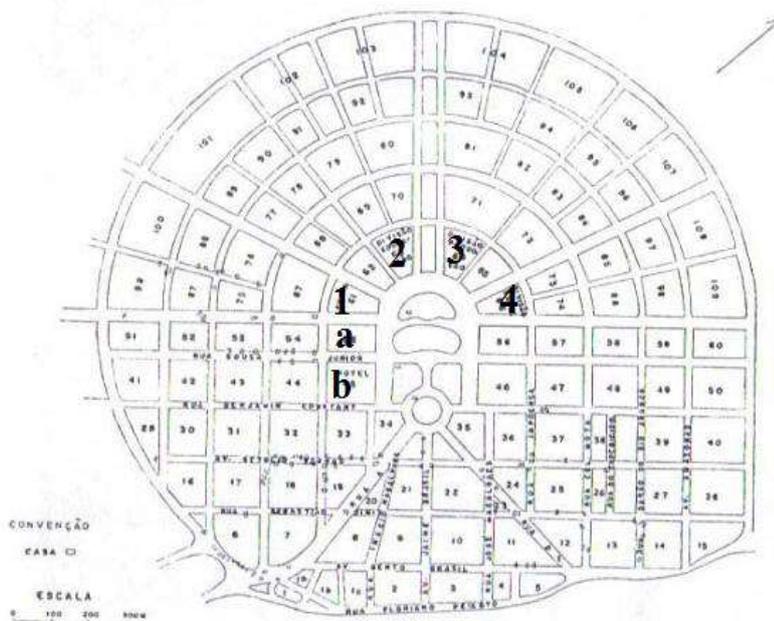
Neste contexto, outra estratégia utilizada pelos colonizadores, foi a criação de pequenos povoados, com a fundação de fazendas para estimular a pecuária com a finalidade de abastecer o mercado interno de venda de gado e couro. Nos fins do século XVIII, o coronel Lobo D'Almada, iniciou a criação das primeiras cabeças de gado na região. Diferente das outras regiões da Amazônia em que a exploração da pecuária foi desenvolvida pelos colonos civis, no Rio Branco, a estratégia aconteceu pelos militares. Somente em meados de 1830, que foi constituída a primeira fazenda particular, denominada fazenda Boa Vista (SANTILLI, 1994; LUCKMANN, 1989 apud DIAS, 2018).

Com a Proclamação da República no Brasil em 1889, o país começa a ter um novo regime político e administrativo em formato de sistema federativo. Em 09 de julho de 1890, o governador da província do Amazonas, Augusto Ximeno de Villeroy, eleva o povoado de Boa Vista (capital do futuro estado de Roraima) a categoria de município e nomeia o primeiro prefeito o coronel João Capistrano da Silva Mota, com o título de Superintendente (DIAS, 2018).

Em 1943, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas por meio do Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou o Território Federal do Rio Branco. No ano de 1962 ocorreu a mudança para Território Federal de Roraima, nos termos da Lei Federal nº 4.182, de 13 de dezembro de 1962. A autoria da proposta foi do Deputado Federal, Valério Caldas Magalhães. A mudança justificou-se pela coincidência de Rio Branco, ser o mesmo nome de denominação da capital do Estado do Acre. Neste período, o Território contava somente com dois municípios: Boa Vista e Caracaraí (DIRETRIZES, 1991; DIAS, 2018).

Convém ressaltar que entre as décadas de 1940 e 1950 foi desenvolvido o Plano Urbanístico de Boa Vista no intuito de organizar a sede administrativa do governo do Território Federal. O plano foi projetado pelo arquiteto Darcy Aleixo Derenusson e executado por meio da empresa Riobras<sup>10</sup>. O projeto do plano<sup>11</sup> foi elaborado em formato de leque da qual partiam ruas e avenidas. O entorno da praça abrigou as sedes dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Nesta organização, foi prevista a Divisão de Educação, identificada no projeto do plano (Figura 2) pelo número 02, local que no futuro seria a sede da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto (SECD). Atualmente, esse prédio encontra-se abandonado, aguardando obras de restauração.

Figura 2 - Projeto do Plano Urbanístico de Boa Vista



Fonte: acervo do Darcy Romero Derenusson (1940).<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Empresa do ramo da construção civil com sede administrativa no Rio de Janeiro na década de 1940.

<sup>11</sup> Com o Plano Urbanístico de Boa Vista foram realizadas obras de instalação do sistema de abastecimento de água, geração de energia elétrica, coleta de esgotos, escolas, aberturas de ruas e conjuntos habitacionais. Algumas limitações foram apresentadas na execução das obras do plano, entre elas: a escassa mão de obra e o fornecimento de materiais. Nesse período, muitos operários da área da construção civil vieram de outros estados para trabalhar na execução do plano, muitos acabaram permanecendo na cidade, contribuindo com o acréscimo populacional e com o estabelecimento de novas relações sociais (RAMALHO, 2012).

<sup>12</sup> Darcy Romero Derenusson é arquiteto e filho do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson.

Nesse novo reordenamento espacial de Boa Vista, Ramalho (2012) chama atenção para as mudanças não somente materiais, mas simbólicas advindas com a organização do Plano Urbanístico de Boa Vista. A autora descreve a perda da referência de comunicação com o Rio Branco. “Embora as preocupações com a memória da cidade fossem expressas, o seu maior referencial foi, de certo modo, desconsiderado: o rio Branco”. (RAMALHO, 2012, p. 73).

Em 1982 são divididos os municípios de Boa Vista e Caracaraí em mais seis novos, conforme a Lei Federal nº 7.009, de 1º de julho de 1982. De Caracaraí são criados os municípios de São Luiz do Anauá, São João do Baliza e Mucajaí. Das terras de Boa Vista foram desmembradas para a criação dos municípios de Bonfim, Normandia e Alto Alegre. Em 1994, foram mais dois: Iracema e Caroebe. Posteriormente, no ano de 1995 foram criados os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis (DIAS, 2018).

Roraima passou a categoria de Estado em 05 de outubro de 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. No entanto, a efetiva instalação ocorreu somente em 1991, com a posse do primeiro governador eleito por eleições diretas, o brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto. Foram constituídos neste contexto os poderes executivo, judiciário e legislativo. Houve ainda a posse de 24 deputados estaduais que foram responsáveis pela elaboração da Constituição do Estado de Roraima (DIAS, 2018).

### **3.2.2 Aspectos socioculturais que influenciaram na formação da sociedade local**

A ocupação humana e a evolução político-administrativa de Roraima refletem nos aspectos socioculturais que influenciaram no mosaico da cultura local. A diversidade de etnias indígenas, os processos migratórios nacionais e internacionais ao longo dos anos contribuíram na formação da identidade cultural local. Este cenário fornece elementos significativos para a compreensão das potencialidades, dos valores, das linguagens e dos símbolos que integram o panorama cultural. A Agenda pública de cultura vai refletir o nível de organização desta política no estado de Roraima.

Inicialmente nessa discussão convém destacar que um dos desafios para compreender e identificar as manifestações de arte e da cultura de Roraima é

localizar literaturas que abordem o processo histórico de ocupação da Amazônia, e especificamente a Amazônia Caribenha. Alguns pesquisadores de língua portuguesa tem se esforçado em desenvolver pesquisas sobre o tema nos últimos anos. Entretanto, boa parte da bibliografia referenciada encontra-se mais disponível e de forma fragmentada, nas línguas inglesa, holandesa e francesa, o que dificulta a interpretação e o consenso de muitas das informações, conforme esclarece Oliveira (2012):

O estudo cultural e artístico sobre esse território denominado ilha Amazônia Caribenha ainda é restrito a poucos pesquisadores, por conta da dificuldade de acesso ao acervo literário e estético, que explica e mostra a obra de arte ou a manifestação prática emotiva, por meio da qual a sociedade amazônica de cultura caribenha vem criando símbolos e corporificando aspectos admitidos como arte. (OLIVEIRA, 2012, p. 27).

A Amazônia Caribenha é um novo conceito regional utilizado no início do século XXI que deu visibilidade histórica a antiga ilha da Guiana, denominada também de Circum Roraima<sup>13</sup>. Essa região pode ser explicada como um lugar de trocas culturais e comerciais, de múltiplas vivências e tensões sociais envolvendo os povos indígenas dos troncos linguísticos Karíb e Aruak e da cultura europeia. Segundo Oliveira (2012) as narrativas dos primeiros viajantes europeus (colonizadores) são referências para as pesquisas relacionadas a temática da Amazônia Caribenha:

[...] defendo a ideia da Amazônia Caribenha como contexto regional internacional em formato de ilha com base na cartografia histórica do século XVII, apoiada em relatos de diferentes viajantes europeus (Vicente Pinzon, Walter Raleigh, Abraham Cabeliau, entre outros), durante o processo de exploração e das primeiras ocupações europeias na região amazônica. (OLIVEIRA, 2012, p. 30).

Os primeiros habitantes desta região são os índios dos troncos linguísticos Karíb (Makuxi, Patamona, Pemon, Wai-Wai, Ingarikó e Taurepang, entre outros) e Arawak (Wapichana, Atorai) que viviam em casas comunais, formada por famílias nucleares ligadas por laços de parentescos, conforme expõe o estudo de Oliveira (2012):

<sup>13</sup> Circum Roraima: contexto geopolítico e sociocultural envolvendo os povos habitantes das terras localizadas ao redor do Monte Roraima que marca a tríplice fronteira: Brasil, Guiana e Venezuela. (SOUZA; SANTOS, 2008).

Os primeiros desenhos, gravuras ou aquarelas publicadas nos relatórios dos viajantes revelam algumas interpretações que marcaram o encontro cultural indígena e europeu. Os dois principais troncos linguísticos Karíb e Arawak, constituídos por diferentes povos indígenas e distintas relações socioculturais no território das Guianas e nas ilhas do mar Caribe, incorporaram elementos específicos tais como relações comerciais e organizações de parentesco, fortalecendo assim a concepção da Amazônia Caribenha. (OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Os atos de reconhecimento de independência nos séculos XIX e XX nesta área que compreende a Amazônia Caribenha, redesenharam as fronteiras entre os cinco países da América do Sul: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Departamento Ultramarino da França (ex-Guiana Francesa), estabelecendo um universo sociocultural complexo e dinâmico, que por sua vez, traduz de forma singular nas múltiplas influências e expressões que constitui a formação cultural de Roraima. “[...] uma característica comum nesse território amazônico brasileiro com as nações vizinhas é a presença da expressão estética e cultural indígena diferenciada do nacional”. (OLIVEIRA, 2012, p. 41).

O processo de delimitação do espaço local/regional da Amazônia Caribenha produziu uma dinâmica e nova configuração a partir do encontro dos índios, europeus e africanos. Para Oliveira (2014) a Amazônia Caribenha é uma região única e plural com possibilidades de diálogos entre os processos culturais tradicionais e contemporâneos praticados no contexto local/regional, conforme ressalta a seguir:

Nesta perspectiva, apresentamos o conceito de Amazônia Caribenha vinculado ao caráter relacional do território Caribe como região cultural, marcada por um processo etno-histórico diferenciada das outras regiões da América do Sul, que aparentemente se define como singular processo cultural ibérico (português e espanhol). (OLIVEIRA, 2014, p. 20).

Embora a literatura permaneça restrita e pouco explorada, os antecedentes e toda historicidade etnocultural referenciada e outras evidências apontam a necessidade de mais estudos sobre o universo das origens e das relações entre os povos que habitam a região. Fundamentalmente, são essas relações históricas de ocupação de espaço, de poder, trocas culturais, conflitos e toda a diversidade de processos de integração regional que definem a formação das agendas públicas.

De acordo com Souza e Silva (2006), o processo de organização espacial e temporal de Roraima teve forte intervenção do governo federal, no intuito de garantir

a segurança das fronteiras e o desenvolvimento regional, o que caracterizou a partir de 1965 um aceleração demográfica, na qual possibilitou o surgimento de ações e programas voltados para o desenvolvimento de empreendimentos agropecuários, madeireiros e de mineradoras.

O processo migratório de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores urbanos, de empresários, de profissionais especializados e de indígenas dos mais variados graus de contato possibilitou uma nova definição na organização dos grupos sociais, oriundos de várias unidades da federação. “[...] além das redefinições espaciais, ocorreram e ocorrem encontros de indivíduos e grupos sociais e étnicos dotados de bagagens culturais diversas [...]”. (SOUZA; SILVA, 2006, p. 17).

Historicamente, ao longo do século XX, Roraima recebeu com predominância os migrantes nordestinos, destacam-se os oriundos dos estados do Ceará e do Maranhão, bem como, ocorreu o deslocamento de muitos indígenas para as áreas urbanas. É importante ressaltar também a vinda de migrantes provenientes dos estados da região Amazônica, principalmente, do Amazonas e do Pará. Destaca-se ainda os registros de imigrantes árabes, italianos e suíços (SOUZA; SILVA, 2006).

É importante mencionar que nas décadas de 1980 e 1990, o garimpo tornou-se forte fator de atração para pessoas de diversas partes do país, concentrando suas atividades exploratórias em terras indígenas, na qual desencadeou uma série de embates entre aqueles que eram favoráveis e contra a demarcação destas terras.

A partir de 2015, a migração volta a crescer no estado de Roraima, trazendo uma série de discussões no âmbito local, nacional e internacional nos últimos anos. O aumento do fluxo migratório venezuelano, devido à crise econômica e a instabilidade política na Venezuela, tem ocasionado o deslocamento de milhares de venezuelanos para países como o Brasil e a Colômbia para escaparem da fome e escassez de serviços de saúde.

De acordo com dados da Polícia Federal<sup>14</sup> até agosto de 2018 foram 46.761 pedidos de refúgio realizados por venezuelanos e 14.935 pedidos de residência temporários, além de um total de 8.000 agendados para atendimento futuro. Entre os

---

<sup>14</sup> Dados consultados no site da Casa Civil do Governo Federal. Relatório sobre o pedido de refúgios e residência temporária por imigrantes venezuelanos. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/policia-federal-fluxo-migratorio-05-09/view>>. Acesso em: 20 out. 2018.

anos de 2017 e 2018, um total de 154.920 entrou pela cidade de Pacaraima-RR, sendo que há o registro de que saiu do Brasil, um total de 79.402.

As reações da sociedade em relação ao processo migratório venezuelano desordenado variam de posicionamentos de solidariedade a manifestações de xenofobia nas redes sociais. Estes discursos discriminatórios motivou o Ministério Público do Estado de Roraima (MPE/RR) a promover no início de 2018 uma campanha de conscientização sobre os crimes praticados em redes sociais, conforme estabelecido no artigo nº 20 da Lei Federal nº 7.716/89.

O processo de migração da Venezuela para Roraima, assim como ocorreu com os migrantes brasileiros, certamente produzirá o incremento de novos valores e significados em longo prazo, que vão agregar aspectos peculiares na sociedade em que estão inseridos. Os estudos bibliográficos dos processos migratórios nacionais e internacionais no Brasil até o século XIX eram mais voltados para abordagens econômicas. A partir do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970 são apresentadas novas tipologias teóricas em outros campos, entre eles, voltadas para áreas culturais.

É neste sentido que Sahlins (1997) define essa experiência como migração transcultural na qual consiste em estudar como aquela pessoa vai se tornar e se apresentar ao mundo e defende o conceito sobre migração na qual permite pensar “[...] na dialética da circulação cultural entre terra natal e os lares alhures, as práticas e relações tradicionais ganham novas funções e talvez novas formas situacionais”. (SAHLINS, 1997, p. 114).

O estudo consiste em estudar a vivência antes e durante a migração, conhecer as fontes de valores que influenciaram a constituição dos novos elementos culturais que farão parte daquela determinada sociedade. Os migrantes ao entrar em contato com os habitantes do país hospedeiro, não perderão a referência do país de origem, mas vão refletir novas ressignificações culturais. Conforme argumenta Sahlins (1997):

Pode-se ver que o reconhecimento da sociedade transcultural custou algum esforço à imaginação antropológica. Sem entrar na metafísica das entidades e das espacialidades, deve-se notar que a comunidade ampliada também possui a qualidade necessária da temporalidade, que é de onde extrai sua consciência cultural. Fonte de valores e identidades herdadas, a comunidade natal transcende outras fronteiras culturais, conformando as ações e atitudes da parcela de seu povo que vive em contextos urbanos e/ou estrangeiros. (SAHLINS, 1997, p. 117).

Portanto, as evidências históricas de ocupação do território desde o período colonial e o constante processo migratório nacional e internacional compõem direta e indiretamente as influências políticas e as relações etnoculturais que vão repercutir na formulação de políticas públicas, no canto, na dança, na literatura, no teatro, e em todas as formas e manifestações culturais, como na maneira de lidar com a temática da cultura pelos sucessivos governos e pela sociedade civil até os dias de hoje.

### **3.2.3 Políticas culturais em Roraima**

É com aporte em Lacouture (1993), que defende caminhos teórico-metodológicos fundamentados na dinâmica social e cultural vivenciada pelas pessoas, denominadas pelo referido autor como arquivos vivos. Nesta discussão, essa pesquisa terá apoio no estudo da memória coletiva defendida por Halbwachs (2004) que se apresenta com suas manifestações e interpretações pessoais e coletivas de uma memória histórica marcada pelo passado e presente. Além dos documentos públicos, as informações levantadas estão embasadas na memória dos sujeitos participantes do processo de organização do setor de cultura em Roraima. Estes sujeitos são verdadeiras bibliotecas humanas, ou seja, pessoas que colaboraram e ainda colaboram com o desenvolvimento da organização das atividades culturais no Estado.

Lacouture (1993) entende que não ouvir as testemunhas vivas que participaram do processo seria causar danos irreparáveis na reconstituição histórica dos acontecimentos, ainda que possa encontrar relatos parciais em torno destas lembranças. Os acessos aos protagonistas vivos da história são fundamentais para a construção de um recorte da questão regional com reflexões acerca do objeto investigado, evidenciando questões entre o local e o global.

Assim, essa reconstituição histórica dos principais fatos, eventos e decisões que marcaram a organização das políticas culturais e conseqüentemente a agenda pública de cultura em Roraima revelam os mais diversos vetores de contribuição nesta pesquisa. No entanto, quando se trata de informações a respeito de Roraima, ainda nos vemos em um processo de formação de identidades, somos um verdadeiro mosaico de informações a serem cruzadas, em que cada dado é

formatado em memórias individuais e coletivas dos sujeitos que vivenciaram um determinado momento ou período da história.

Desse modo, referenciamos o pensamento de Maurice Halbwachs, que nos anos 1925, discutiu uma espécie de “sociologia da memória coletiva”. Ele explica que a nossa memória individual tem como ponto de partida a memória de um grupo, que define como memória coletiva. Ele discute que as lembranças, pensamentos, ideias, sentimentos que atribuímos sobre determinada época, grupo ou lugar como nossas, é na verdade, provocadas por parte do meio, de um grupo que acabamos absorvendo.

Neste sentido, Halbwachs (2004), argumenta que a memória se baseia no passado vivido e compartilhado, pois, a memória individual se relaciona com as percepções produzidas pelo grupo, ou seja, pelo coletivo. Por isso, que a memória não se resume em datas, nomes e fórmulas exatas, elas são construídas em conjunto, elas representam correntes de pensamentos, são as vozes e ecos do poder prevalente ou da resistência cultural passada de geração em geração como ressalta Halbwachs (2004):

[...] grandes números de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 2004, p. 40).

A construção da memória pode ser montada em várias fases e por diferentes pessoas, podemos conseguir levantamentos de uma determinada época e de outro período não aparecer quase nada. A memória vai depender muito da percepção que aquela pessoa ou grupo teve naquele momento, quais eram suas preocupações, vínculos e sentimentos. Também como estas lembranças são estimuladas para serem lembradas e outro fator a ser considerado com relação a memória, é que as lembranças de um grupo se constituem conforme a posição da pessoa ou do grupo na sociedade e como essas relações são articuladas.

Esta reconstituição de fatos e lembranças tem influência de sentimentos, pensamentos, questões políticas (censura), entre outros, sendo um dos elementos

mais significativos para a organização da memória, a linguagem falada, ou seja, por meio da oralidade.

É importante ressaltar nessa abordagem a diferença entre história e memória estabelecida por Halbwachs. O autor explica que a história é a reunião de fatos que ocuparam mais espaço na mente dos homens, mas principalmente, para atender as regras e as necessidades de um grupo, ou seja, de uma sociedade dominante. A memória existe somente daquilo que retém de um passado que está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo. A história está fora dos grupos ou acima deles, ela é feita de sequências de fatos e períodos. Convém analisar nesse contexto, as primeiras iniciativas culturais no campo da administração pública em Roraima que foram identificadas nessa investigação, a seguir.

### 3.2.3.1 Iniciativas de políticas culturais em Roraima

Historicamente, convém destacar que o período da ditadura militar (1964-1985), em Roraima foi impactado pelos programas e ações do governo federal que eram voltados para Amazônia. Os discursos dos governadores militares eram marcados por falas relacionadas aos atos de preservar e reconhecer o Brasil, principalmente, nas regiões que se localizavam os Territórios Federais. A preocupação em fazer a população roraimense sentir-se parte desse processo é evidenciada na programação em comemoração ao sete de setembro em Roraima.

Conforme Souza (2012), o referido evento, a partir de 1964 sofre uma alteração estratégica, além do dia da independência do Brasil, passou a celebrar o dia 13 de setembro, data de criação do Território Federal de Roraima, no intuito garantir maior envolvimento da população local nos festejos da pátria, pois, até então muitos dos habitantes de Boa Vista não prestigiavam o ato público, ficando somente restrito aos militares e de algumas escolas, que na prática eram os executores do ato.

Nessa discussão destacam-se as edificações de alguns prédios públicos em Roraima a partir da década de 1950, marcando os primeiros passos para a integração da Amazônia ao contexto nacional. Dentre os prédios públicos criados no período de território federal para atender especificamente a arte e a cultura, a título de exemplo citamos: Teatro Carlos Gomes, Palácio da Cultura, Escola de Música de Roraima (EMUR) e o Museu Integrado de Roraima (MIRR). Um dos espaços

públicos de promoção da arte e da cultura foi o Teatro Carlos Gomes<sup>15</sup>. A iniciativa nasceu das atividades escolares realizadas pelos professores do então Grupo Escolar Lobo D' Almada em 1958 e também como local das instalações da Rádio Roraima. Atualmente, o prédio encontra-se há mais de 10 anos desativado por conta da necessidade de reformas de restauração.

No período do Governo Territorial, a capital Boa Vista sobressaía como protagonista em termos das iniciativas no campo da arte. Entre as ações, destaca-se a realização do Concurso de Monografia pela Prefeitura de Boa Vista. O concurso tinha por objetivo selecionar obras que abordasse o Território de Roraima. Na edição do dia 03 de janeiro de 1974 explicava a importância em incentivar o registro da história de Roraima naquele referido período.

Ainda em 1974, destaca-se a realização do Concurso de Música Popular em Exaltação a Roraima, que tinha como finalidade principal exaltar o Território de Roraima, conforme estabelecido no artigo 6º do edital do festival. O evento contou com a participação de 28 candidatos e 41 composições selecionadas (JORNAL BOA VISTA, 1974).

Convém destacar ainda a inauguração do Palácio da Cultura. A edição de 05 de fevereiro de 1974 do Jornal Boa Vista apresentava na capa a notícia da inauguração e que o mesmo sediou a 15ª Reunião do Conselho Deliberativo do Projeto Rondon (JORNAL BOA VISTA, 1974). Atualmente, no local funciona a sede da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE/RR).

Figura 3 - sede do Palácio da Cultura (1974)



Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico de Roraima.

<sup>15</sup> Informações coletadas durante a entrevista com a Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico de Roraima, Maria Meire Saraiva Lima, concedida a Selmar de S. Almeida Levino no dia 24 de agosto de 2018 na sala do Conselho Estadual e Cultura de Roraima (CEC-RR).

Neste cenário, registra-se o nascimento do Movimento Roraimeira na década de 1980, formado por um grupo de artistas que tinha o objetivo de discutir e promover a visibilidade da identidade cultural roraimeense através da música. Os fundadores foram os artistas Zeca Preto, Neuber Uchôa e Eliakin Rufino. O movimento apesar de ter incorporado por outros artistas dos mais variados segmentos culturais ao longo dos anos, verdadeiramente influenciou gerações, e ainda se autodenominam Trio Roraimeira. Atualmente reúnem uma vasta produção em conjunto, cuja obra repercute em toda região amazônica e em outras regiões do país.

Segundo Oliveira, Wankler e Souza (2009), o movimento Trio Roraimeira tem seu trabalho artístico dividido em duas fases: uma dedicada à paisagem cultural e as influências na construção da identidade do povo; a outra fase apresenta manifestações críticas relacionadas aos problemas socioculturais e ambientais da região. O primeiro momento perdurou até os anos 2000, e o segundo encontra-se ainda em atividade nos dias de hoje.

A música Roraimeira que leva o nome do movimento foi instituída em 2015 como o Hino Cultural do estado de Roraima, nos termos da Lei nº 1007, de 26 de agosto de 2015, cuja autoria é de José Maria de Souza Garcia, mais conhecido como Zeca Preto.

### 3.2.3.2 Institucionalização da gestão da cultura

As tipificações das instituições são produzidas pelas rotinas desenvolvidas por diferentes atores sociais e todas as ações frequentemente repetidas podem tornar-se um padrão, conforme explicam Berger e Luckmann (2009):

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 77).

Não seria possível descortinar o mundo aparente dos fatos ou a subjetividade destes sem conhecer a história, ouvir os personagens possíveis, investigar as obras, os marcos legais e os principais acontecimentos que em tese compõem, ainda que empiricamente a agenda cultural do estado de Roraima.

No início da década de 1980, o Departamento de Assuntos Culturais<sup>16</sup> foi estruturado como unidade da SECD e passou a concentrar as ações, projetos e atividades culturais planejadas e organizadas no campo das artes. O Departamento possuía três divisões: Etnografia e folclore; Artes; e Patrimônio Histórico.

O Departamento chegou a funcionar em vários lugares antes da criação da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima (SECULT/RR). Funcionou, inicialmente, no prédio da SECD/RR (prédio planejado para compor o Plano Urbanístico de Boa Vista na década de 1940); depois funcionou no prédio da Secretaria de Agricultura onde hoje está instalada a sede do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em seguida ocupou algumas salas do Fórum Sobral Pinto, posterior mudou-se para o prédio que abrigava a Biblioteca Pública de Roraima, que atualmente funciona a sede da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). Em seguida, instalou-se na Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller e por fim, passou para o Palácio da Cultura Nenê Macagi.

Fioretti (2009) destaca os principais órgãos criados nesse período:

Na década de 1980 é criada a unidade de gestão para as ações de cultura em Roraima com o Departamento de Assuntos Culturais, com o propósito de organizar o setor cultural. Neste período é também instalada a Biblioteca Pública, a Escola de Música, o Museu Integrado de Roraima e, reformado o Teatro Carlos Gomes na década de 1960, uma sala de cinema e estação de radio AM local. Neste período é criado ainda, o Parque Anauá como um lugar com a finalidade de uso da cultura, esporte e lazer. Todos esses equipamentos estão instalados na cidade de Boa Vista. Ainda nesta época foram criados [...] novos municípios e em nenhum deles foi instalado qualquer equipamento cultural. (FIORETTI, 2009, p. 102).

Com relação às unidades administrativas do Território Federal de Roraima, todas as secretarias estavam subordinadas ao Ministério do Interior<sup>17</sup>, inclusive da

<sup>16</sup> As informações referentes ao Departamento de Assuntos Culturais foram coletadas durante as entrevistas com Maria Deográcia Castro Lima Bellini, no dia 06 de agosto de 2018; Maria Meire Saraiva Lima, no dia 24 de agosto de 2018 e Elena Campo Fioretti, no dia 10 de setembro de 2018, concedidas a Selmar de Souza Almeida Levino, em Boa Vista-RR.

<sup>17</sup> O Ministério do Interior foi criado pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no governo do presidente Castelo Branco e foi extinto somente em 1990. Entre as competências

SECD. Havia uma orientação do governo federal para organização administrativa de Roraima, segundo o referido depoimento:

Estávamos em pleno regime militar, o nosso governador era um general, ou seja, tinha toda uma vinculação do Território Federal ao Ministério do Interior. [...] havia uma preocupação muito clara em organizar todos os setores de forma que o Território pudesse ter uma vida plena administrativa sob o comando do Ministério do Interior. (ENTREVISTADA ELENA CAMPO FIORETTI, 2018).

As ações de cultura eram planejadas e orçadas diretamente pelos servidores<sup>18</sup> que atuavam no Departamento de Assuntos Culturais. O planejamento era centralizado nos atores governamentais. Não havia no período de governo territorial o Conselho de Cultura ou qualquer outra instância de representação social, até pelo contexto político-administrativo da qual o Brasil estava passando.

O planejamento das ações de cultura era organizado e discutido inicialmente entre os membros da equipe do Departamento de Assuntos Culturais. Após a organização da proposta, o diretor responsável pela unidade, encaminhava para o Secretário de Educação, que verificava quais as ações que deveriam ser orçadas e encaminhadas ao Ministério do Interior.

De acordo com a entrevistada Elena Campo Fioretti havia um planejamento com base na realidade local, eis que:

[...] havia sim planejamento, as coisas não eram feitas assim a toque de caixa não [...]. Observava-se o panorama, estou falando de um período anterior, um território com um contingente populacional de cerca de 90 mil habitantes, [...] com maior concentração na cidade de Boa Vista. (ENTREVISTADA ELENA CAMPO FIORETTI, 2018).

Outra característica desse período era que além de contratar pessoas nascidas no Território, os governadores nomeados buscavam trazer profissionais para assumir cargos de gestão e contribuir com a organização e estruturação dos setores. As ações culturais eram concentradas na capital, mas havia atividades pontuais voltadas para os outros municípios. A preocupação inicial na época era

---

estavam o apoio ao desenvolvimento regional dos territórios federais.

<sup>18</sup> Informações coletadas durante a entrevista com a Conselheira Estadual de Cultura de Roraima, Elena Campo Fioretti concedida a Selmar de Souza Almeida Levino, no dia 10 de setembro de 2018, em Boa Vista-RR.

estruturar os novos municípios que tinham sido recém-criados em 1982, devido, a política brasileira de interiorização.

Neste contexto, a EMUR foi criada pelo Decreto nº 107/83, de 22 de dezembro de 1983. Ressalta-se que a organização do coral do Estado, no Palácio da Cultura e a aquisição do piano de calda pelo governo estadual, foram uma das motivações que fizeram com que a população solicitasse a fundação de uma escola de música (CELESTINO, 2007).

Inicialmente, a EMUR funcionou no prédio da atual sede<sup>19</sup> do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-RR) e posteriormente, entre meados de 1986 e 1987, a escola foi construída dentro da área do Parque Anauá. Coincidentemente, a arquiteta Cíntia Oliveira foi autora do projeto arquitetônico do prédio e a primeira diretora da referida escola<sup>20</sup>.

Com efeito, ainda durante o Território Federal de Roraima, como alternativa para o desenvolvimento de lazer, recreação e cultura foi criado o Parque Anauá<sup>21</sup> no primeiro governo de Ottomar de Sousa Pinto. Nesse período foi realizado um concurso público para seleção de projetos arquitetônicos para o referido local, com entregas de pranchas e memorial. Foram seis propostas inscritas, sendo duas entregues oficialmente. O projeto selecionado foi o do arquiteto e urbanista cearense Otacílio Teixeira Lima Neto. Na referida proposta vencedora tinha diversos elementos, tais como:

A proposta vencedora [...] tinha como programa funções e elementos diversos: pórtico de entrada, anfiteatro, estação do bondinho, conjunto de bares, restaurantes, ancoradouro/cais, administração, centro cultural, escola de primeiro grau e escola de educação especial. Contava ainda com uma via proposta para o transporte interno por bonde e, de acordo com o projeto, ao longo dessa mesma via todos os serviços seriam localizados. Na seção ocidental foram locadas duas escolas, com acesso independente do circuito interno do Parque. (NASCIMENTO et al., 2018, p. 10).

<sup>19</sup> Rua Coronel Pinto, centro, Boa Vista-RR.

<sup>20</sup> Informações coletadas durante a entrevista com Elena Campo Fioretti, em 10 de setembro de 2018.

<sup>21</sup> Antes de receber o nome de Parque Anauá, foi denominado também de Fazenda dos Americanos ou Lago dos Americanos em alusão aos estrangeiros que alegavam a propriedade do mesmo. Desde a década de 1970 era utilizado para atividades sociais, esportivas e de recreação. As primeiras as ações governamentais foram realizadas em 1979, eram uma quadra de tênis e de vôlei e duas pistas para aeromodelos (NASCIMENTO et al., 2018).

Vale ressaltar, que apesar de existir na proposta do projeto arquitetônico os seguintes espaços: restaurante, estação de bonde e banheiros, não foram construídos (LIMA NETO, 1989 apud NASCIMENTO et al., 2018).

O Museu Integrado de Roraima foi instalado na Casa da Cultura, um dos prédios projetados pelo arquiteto Otacílio Teixeira Lima Neto. A publicação do Decreto nº 026-E, de 25 de junho de 1984 no Diário Oficial do Território Federal de Roraima especifica as atribuições do Museu e que o mesmo ficaria vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação.

Decreto nº 026 - E, de 25 de junho de 1984,

[...] cria o Museu Integrado de Roraima.

[...] Art. 2 - [...] será instalado no prédio da Casa da Cultura, situado no Parque Anauá, nesta cidade.

Art. 3 - [...] terá administração própria e seus servidores serão recrutados dentro do quadro pessoal do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 4 - [...] terá por finalidade:

a - Resgatar, conservar, proteger, expor, pesquisar, fiscalizar e impedir a evasão do acervo que compõe o Patrimônio Cultural Roraimense;

b - Conscientizar e dinamizar o interesse na comunidade, através de palestras, seminários, conferências, sessões de artes cênicas, cursos, estágios, recitais, exposições itinerantes e outros meios que se fizerem necessários ou aconselháveis;

c - Manter biblioteca especializada e centro de documentação;

d - Didatizar sistematicamente as pesquisas efetivadas, bem como o acervo existente, de forma a facilitar a sua comunicação ou conhecimento a todos os níveis de escolaridade. (RORAIMA, 1984).

Em 2003, o MIRR passou a ser vinculado à Diretoria de Pesquisas e Estudos Amazônicos da FEMARH. O museu foi criado com o objetivo de cadastrar, preservar e divulgar o patrimônio natural e cultural de Roraima. Por muito tempo foi um espaço de pesquisa e integração com a sociedade por meio de exposições permanentes e temporárias, atividades culturais e educativas. Há mais de oito anos encontra-se fechado por conta de necessidades de reforma e restauração, sem despertar interesse e nem vontade política dos governantes. Atualmente, o acervo do museu encontra-se na responsabilidade do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia (IACT) do Governo de Roraima que infelizmente não promove e nem divulga o acervo.

Convém ressaltar que em 1991 com a posse do governador eleito e dos deputados estaduais foi elaborada e promulgada a Constituição do Estado de Roraima, verifica-se que a unidade gestora da Cultura permaneceu dentro da

estrutura da Secretaria de Educação como Departamento de Cultura e teve como primeiro-secretário deste novo período, o professor Hildebrando Falcão e como diretora do Departamento, a artista plástica Petita Brasil. Os artigos de 157 a 161 da Constituição do Estado de Roraima são dedicados a Cultura. Abordam sobre a importância do pleno exercício dos direitos culturais, a responsabilidade do poder público em garantir a criação e manutenção de espaços públicos; valorização da cultura roraimense e o envolvimento de todos os municípios a fim de assegurar a unidade na diversidade. Observa-se ainda no artigo 159, a preocupação em pautar os parâmetros para o desenvolvimento das políticas culturais em Roraima:

Art. 159 – Constituem patrimônio cultural roraimense os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em seu conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade roraimense, nos quais se incluem:  
I - as formas de expressão;  
II - os modos de criar, fazer e viver;  
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; e  
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (RORAIMA, 1991).

Já o artigo 160 estabelece a responsabilidade do estado em promover a manutenção e a instalação dos espaços públicos com o envolvimento e a participação dos municípios, de acordo com o “Art. 160 – O Estado, em colaboração com os municípios, promoverá a instalação e manutenção de bibliotecas, museus e arquivos públicos regionais que integrem o sistema de preservação de memória do Estado” (RORAIMA, 1991).

Foi previsto também na Constituição do Estado de Roraima (1991) na seção II, do artigo nº 161, a criação do Conselho Estadual de Cultura (CEC/RR) cuja estruturação, organização e atribuições deveriam ser estabelecidas em Lei. A criação de fato ocorreu no final do ano de 1993. O CEC/RR efetivado nos termos da Lei nº 055, de 09 de dezembro de 1993 como um órgão colegiado de deliberação coletiva da SECD/RR. O conselho foi criado com a função principal de assessoramento, no âmbito consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo no que se trata das demandas de atividades culturais do Estado.

Com efeito, o novo Palácio da Cultura<sup>22</sup> foi inaugurado em 1993, entre os prédios dos Correios e o Banco da Amazônia, na Praça do Centro Cívico, em Boa Vista-RR. O prédio abriga a Biblioteca Pública, Biblioteca infantil, um auditório e salas de reunião. Atualmente, as instalações da sede da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima (SECULT/RR) e do CEC/RR funcionam neste local.

Convém mencionar, que em 1994, a Casa de Cultura<sup>23</sup> Madre Leotávia Zoller<sup>24</sup> foi tombada como patrimônio histórico-cultural do estado de Roraima nos termos do Decreto nº 722, de 09 de maio de 1994. Construída na década de 40, adquirida em 1945 para ser a residência oficial do então governador do Território Federal do Rio Branco, foi moradia governamental até a inauguração do Palácio Senador Hélio Campos<sup>25</sup>. Entre os anos 1970 e 1990, funcionou como sede do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A partir do tombamento, o prédio abrigou a sede administrativa do Departamento de Cultura da SECD e a sede da Divisão Estadual do Patrimônio Cultural de Roraima. Devido à falta de manutenção, as instalações deterioraram com o tempo, o que obrigou a desocupação<sup>26</sup> do prédio pelos servidores, pois havia risco de desabamento do forro e demais problemas de infraestrutura, situação que reflete a falta de atenção dos governantes com patrimônio cultural de Roraima.

Em 2001, o poder executivo estadual publica a Lei nº 318/2001, que disciplina a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais no Estado de Roraima. A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.054-E, de 21 de outubro de 2002. Esta Lei foi uma das estratégias de gestão cultural voltada para

---

<sup>22</sup> O novo Palácio da Cultura quando foi inaugurado em 1993 recebeu o nome da escritora Nenê Macaggi. No entanto, dias depois, um deputado da ALE/RR entrou com uma ação judicial, alegando que não podia denominar em logradouros e prédios públicos o nome de pessoas vivas.

<sup>23</sup> A Casa de Cultura localizada entre as avenidas Jaime Brasil e Sebastião Diniz, no centro de Boa Vista/RR abrigou mais de 16 governadores, sendo o primeiro a residir o General Félix Valois de Araújo e o último foi o Tenente Coronel Hélio da Costa Campos (MELO, 2017).

<sup>24</sup> A Casa de Cultura recebeu o nome de Madre Leotávia Zoller em homenagem a religiosa pelos serviços prestados ao Território Federal nas áreas de educação e cultura, conforme Decreto nº 723, de 09 de maio de 1994 (MELO, 2017).

<sup>25</sup> O Palácio Senador Hélio Campos foi denominado inicialmente de Palácio 31 de Março em homenagem ao Golpe Militar brasileiro que se deu em 31 de março de 1964. Depois, o nome foi substituído para Palácio da Fronteira, e por fim, para Palácio Senador Hélio Campos (NOGUEIRA, 2016).

<sup>26</sup> Em virtude do estado de abandono da Casa de Cultura, o Ministério Público Estadual de Roraima (MPE/RR) protocolou em 2010 uma ação pela Promotoria de Justiça Cível Meio Ambiente e Urbanismo contra o governo do Estado por dano moral coletivo por descumprimento do artigo 5º da Legislação estadual nº 718/2009, no que se refere à conservação de patrimônio cultural. Até o momento, o prédio encontra-se fechado e abandonado (FOLHA DE BOA VISTA, 2017).

a organização e acesso aos mecanismos de incentivo do setor produtivo de cultura em Roraima.

Um marco importante na organização das políticas públicas em Roraima por parte dos movimentos sociais foi a articulação com o “Programa Cultura Viva” desenvolvido pelo MinC em 2004. Durante a pesquisa, analisamos quatro iniciativas que evidenciam a participação social dos artistas e produtores culturais, na qual apresentam a partir dos documentos deliberados e aprovados a necessidade de formulação de diretrizes para a política de cultura no Estado. A primeira iniciativa aconteceu em junho do referido do ano, a ação foi uma “Mesa redonda com os artistas” realizada pelo CEC/RR. O evento tinha a finalidade de levantar a partir das reivindicações, críticas e sugestões um consolidado de proposições para orientar as políticas públicas de cultura para Roraima. Foram levantadas 45 propostas para o desenvolvimento da cultura. Entre as reivindicações: clareza na utilização e prestação dos recursos públicos; democratização no uso dos espaços públicos; maior agilidade para pagamento dos cachês artísticos e programa de qualificação para as diversas áreas das artes.

A segunda iniciativa foi o I Seminário Estadual de Cultura de Roraima, com tema “Cultura em Roraima: realidade e perspectivas”. O evento foi realizado de 23 a 25 de novembro de 2004 e concluído com a aprovação da Carta de Roraima. Destaca-se a partir deste evento, o primeiro registro documental de propostas referentes à institucionalização do setor no Estado. Entre as propostas apresentadas: a criação da Secretaria de Cultura de Roraima; criação do Fundo Estadual de Cultura; criação de conselhos municipais de cultura; elaboração da Lei de Patrimônio Histórico local; estabelecimento de um calendário cultural para o estado; elaboração do planejamento participativo do setor cultural e realização periódica de conferências estaduais e municipais de cultura.

A terceira iniciativa aconteceu com a organização dos segmentos da sociedade civil com a criação do Fórum Permanente de Teatro. A ex-conselheira do CEC-RR, Silmara Costa de Oliveira<sup>27</sup> reforça na sua fala a importância da organização dos segmentos culturais: “Nossa educação para a cidadania cultural é potencializada a partir de 2004, com câmaras setoriais propostas pela Funarte. O Teatro foi o primeiro segmento presente”.

---

<sup>27</sup> Entrevista com a ex-Conselheira Estadual de Cultura, Silmara Costa de Oliveira, concedida a Selmar de S. Almeida Levino, no dia 3 de setembro de 2018 em Boa Vista-RR.

A quarta iniciativa no campo da articulação foi a parceria entre o governo federal e de Roraima para implementação do Programa Cultura Viva<sup>28</sup> no Estado com o lançamento de edital para seleção de 10 pontos de cultura, sendo quatro para o interior e seis para a capital (RORAIMA, 2010).

Em 2005, Roraima participa da I Conferência Nacional de Cultura (I CNC), em Brasília com a participação de três delegados eleitos<sup>29</sup> no Seminário Regional em Manaus-AM. De acordo com a artista Catarina Ribeiro, atuante no movimento de cultura popular no Estado, como o órgão gestor estadual de Roraima não tinha realizado a conferência estadual, os artistas de Roraima foram orientados pelo MinC que poderiam participar do Seminário Regional em Manaus-AM, e assim garantir a participação no processo de discussão.

Somente em 2006 é realizada a I Conferência Estadual de Cultura de Roraima, entre os dias 4 e 6 de agosto em Boa Vista-RR, por iniciativa de alguns grupos artísticos. Durante a realização do evento, o então governador Ottomar de Sousa Pinto assinou ao protocolo de intenções para adesão ao SNC (FIORETTI, 2009). Foram discutidos cinco eixos: economia da cultura; gestão pública; comunicação; direito e cidadania e patrimônio cultural. Ao final da plenária foram apresentadas 22 propostas por ordem de prioridade de indicação dos participantes. O tema de criação de um fundo estadual e de órgão específico para o setor de cultura, bem como, o aumento do recurso para a cultura, apresenta-se entre as indicações principais.

Convém ressaltar ainda em 2006 a criação da Federação Roraimense de Teatro e a participação dos representantes dos pontos de cultura na 1ª TEIA – Encontro Nacional dos Pontos de Cultura. Nos anos seguintes, 2007 e 2008, Roraima participa da 2ª e 3ª edição da TEIA, sucessivamente.

Neste contexto, foi instituída em 2009 a Lei nº 718, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do Estado de Roraima. Nesse mesmo período, por meio da Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico e Museológico do CEC/RR foi organizada uma Comissão Interinstitucional de estudos sobre o

---

<sup>28</sup> O Programa “Cultura Viva” foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 156, de 06 de julho de 2004. O objetivo principal era promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.

<sup>29</sup> A artista Catarina Ribeiro relatou sobre esse processo de participação de Roraima na I CNC durante a roda de prosa “Cultura na pauta das eleições de 2018” realizada no dia 19 de setembro de 2018, no Espaço Circular de Cultura Malokômbia, no município de Cantá-RR.

patrimônio cultural de Roraima. A referida comissão apresentou um relatório detalhado com recomendações de ações estratégicas voltadas a dar suporte aos órgãos competentes no que se trata das políticas de gestão dos bens tombados e passíveis de tombamento no Estado (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE RORAIMA, 2009).

No âmbito da iniciativa privada destaca-se a ação desenvolvida pelo SEBRAE/RR por meio do Projeto Empreendedorismo Cultural, em 2009, inicialmente foram priorizados os produtores das artes cênicas e dos movimentos de quadrilhas juninas. Durante o período de 2009 a 2012 foram ofertadas consultorias, oficinas e seminários voltados à formação, engajamento e organização dos segmentos culturais.

Na área do fortalecimento da participação social em 2009, considera-se avanço a criação do “Fórum Permanente de Cultura de Roraima” (FPC/RR) com a intenção de mobilizar políticas para a capital e o interior. O lançamento oficial ocorreu no dia 05 de setembro, mas antes já havia o registro de algumas de reuniões, encontros e atas.

A entrevistada Elena Campo Fioretti destaca que:

A exemplo que vinha acontecendo em outros movimentos do restante do país, pessoas ligadas ao Ministério já vinham trazendo essas experiências de criação de fóruns independentes [...] e quando foi na nossa vez aqui, inclusive veio pessoas do Ministério para fazer palestras para os artistas para explicar como eram esses fóruns e como deveria acontecer [...]. Aí decidimos que não queríamos um fórum chapa branca [...] porque quando você pensa em fórum sempre eles estão vinculados ao ministério ou uma secretaria, a uma unidade governamental [...]. A gente queria ter um espaço aberto, democrático e livre para ter liberdade para discutir sem amarras. Foi uma ação contagiante [...] que tem como marco principal o movimento social organizado. (ENTREVISTADA ELENA CAMPO FIORETTI, 2018).

Dessa forma, o Fórum foi fundamental na mobilização e articulação da sociedade civil para a realização da II Conferência Estadual de Cultura e das conferências municipais em todos os municípios de Roraima em 2009. A logística contou com o apoio de instituições parceiras e moderadores voluntários integrantes do Fórum. O Comitê Executivo da II Conferência Estadual foi formado por membros do Departamento de Cultura da SECD/RR, CEC/RR, ALE/RR, FPC/RR e pontos de cultura, conforme instituído pela Portaria nº 2.120/2009/SECD/GAB/RR, de 21 de setembro de 2009.

As conferências municipais foram realizadas durante o mês de outubro de 2009 e a Conferência Estadual nos dias 1º e 2 de dezembro. Participaram da II CNC, 18 delegados de Roraima, sendo 10 da sociedade civil, seis do poder público e 02 natos indicados pelo CEC/RR. As conferências municipais e estadual em Roraima ocorreram de acordo com a orientação do MinC, subsidiada pelo temário nacional: cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento. As propostas foram estabelecidas com base em cinco eixos: I – produção simbólica e diversidade cultural; II – cultura, cidade e cidadania; III – cultura e desenvolvimento sustentável; IV – cultura e economia criativa e V - gestão e institucionalidade da cultura (RORAIMA, 2009).

Nesse processo de preparação para a II CNC, somente os estados de Roraima e Acre conseguiram realizar 100% das conferências municipais, o que reflete de forma positiva no relatório final das conferências preparatórias, conforme exposto a seguir: “Os indicadores mostram que a realização das conferências em 2009 reverte um quadro crítico em relação a I CNC, em 2006, quando o Estado não realizou nenhuma das etapas municipais e teve reduzida participação [...]”. (RORAIMA, 2009, p. 43).

Com a realização das conferências municipais e estadual, o eixo V - gestão e institucionalidade da cultura apresentam demandas relacionadas ao processo de formação da agenda pública de cultura a partir da necessidade de fazer um diálogo com o SNC e com o PNC, já que estava em processo de aprovação pelo Congresso Nacional. O relatório final da II Conferência Estadual no eixo V apresentou as seguintes reivindicações: criação da Secretaria de Estado da Cultura; adesão do governo estadual ao SNC; criação do Fundo Estadual de Cultura; autonomia orçamentária, financeira e administrativa do órgão gestor competente da cultura; descentralização dos recursos; realização sistemática das conferências (RORAIMA, 2009).

A partir do consolidado das conferências municipais e estadual de cultura, das discussões no FCP/RR, nos pontos de cultura e demais movimentos sociais, bem como, a intensificação dos trabalhos de mobilização e sensibilização dos técnicos da Secretaria Nacional de Articulação Institucional (SAI/MinC) voltados para a estruturação de políticas públicas de cultura nos estados e municípios.

O CEC/RR propõe a constituição de um grupo institucional para elaborar uma proposta de criação de uma Secretaria Estadual de Cultura. O grupo formado por

representantes de 11 instituições: CEC/RR, ALE/RR; Unidade de Cultura/Instituto do Desenvolvimento da Cultura e do Desporto da SECD; Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Estadual de Roraima (UERR); Instituto de Modernização Pública (IMP); Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN); IPHAN/RR; Fundação de Educação, Turismo e Cultura de Boa Vista (FETEC); FPC/RR e SECD, nos termos da Portaria nº 1519/2010/SECD/GAB/RR, de 15 de junho de 2010.

A proposta foi apreciada e aprovada em 2011 pelo CEC/RR e encaminhada ao Gabinete da SECD em forma de relatório. O estudo buscou pautar-se a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) da UNESCO, da Conferência Mundial de Políticas Culturais (1982) e na Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) no sentido de colocar o Estado de Roraima dentro da pauta mundial no que se refere ao respeito à dignidade humana, e a diversidade cultural, demais instrumentos legais e textos nacionais e internacionais em que o Brasil é signatário.

Com efeito, um outro trabalho registrado a partir de 2012, foi a intensificação do esforço dos técnicos do MinC no intuito de firmar o protocolo de adesão dos municípios de Roraima ao SNC que culminou com a adesão da capital Boa Vista. Iniciou-se ainda no mesmo ano, o processo de organização do Comitê da Salvaguarda Capoeira em Roraima com a realização de encontros, oficinas e rodas de prosa pela UFRR em parceria com IPHAN/RR.

Quadro 4 - Sequência histórica de ações relacionadas ao desenvolvimento da política cultural em Roraima de 1993 a 2012

<b>Período</b>	<b>Ação</b>
<b>1993</b>	Constituição do Conselho Estadual de Cultura pela Lei nº 055/1993
<b>2001</b>	Emissão da Lei nº 318/2001 que disciplina a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais no Estado de Roraima
	Emissão do Decreto nº 5.024-E que regulamenta a Lei nº 318/2001
<b>2004</b>	Mesa redonda com os artistas
	Criação do Fórum Permanente de Teatro
	I Seminário Estadual de Cultura “Cultura em Roraima: realidade e perspectivas”

<b>2006</b>	I Conferência Estadual de Cultura de Roraima
	Criação da Federação Roraimense de Teatro
<b>2009</b>	Criação do Fórum Permanente de Cultura
	Realização de Conferências Municipais de Cultura nos 15 municípios de Roraima
	Lei nº 718/2009 que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do Estado de Roraima
<b>2009</b>	Constituição da Comissão Interinstitucional de estudos sobre o Patrimônio Cultural de Roraima
	II Conferência Estadual de Cultura de Roraima
	Projeto de Empreendedorismo Cultural – SEBRAE-RR
<b>2010</b>	Nomeação do Grupo de estudos para a criação da Secretaria de Cultura do estado de Roraima
<b>2011</b>	Apresentação da proposta de Criação da Secretaria Estadual de Cultura de Roraima
<b>2012</b>	Início da organização do processo de Salvaguarda da Capoeira em Roraima
	Adesão do município de Boa Vista ao SNC
	Intensificação da vinda de representantes do MinC a Roraima para tratar da adesão ao SNC

Fonte: Organização e elaboração por Selmar Levino (2018).

As ações e atos até então investigados antecedem o recorte temporal proposto neste trabalho. O próximo capítulo tem o objetivo de analisar o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima, referente ao período de 2013 a 2018, a partir do diálogo com SNC, objeto de pesquisa dessa investigação.

## **4 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE CULTURA EM RORAIMA**

Analisar a formação da agenda de uma política pública significa abordar o processo pelo qual determinados problemas tornam-se alvo de atenção e ação do Estado. Nesse contexto, o foco desse capítulo está centrado na análise dos fluxos decisórios da formação da agenda pública de cultura, na identificação dos atores envolvidos, na verificação como se processa o diálogo entre o poder público e a sociedade civil e ainda investigar a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) em Roraima no contexto da diversidade cultural.

Para análise das informações utilizou-se o arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Formação da agenda pública, que norteia o Modelo dos Múltiplos Fluxos de John Kingdon. Esta teoria baseia-se na análise de três variáveis dinâmicas: Fluxo dos Problemas; Fluxo das Políticas Públicas e Fluxo Político, tendo como fontes principais as entrevistas semiestruturadas, os documentos e as matérias jornalísticas referentes ao tema no período analisado (2013 a 2018).

### **4.1 PERCURSO DA AGENDA PÚBLICA DE CULTURA EM RORAIMA**

A formação da agenda pública de cultura em Roraima no período de 2013 a 2018 é objeto de investigação dessa dissertação. Os atos, ações e eventos que antecederam esse período, foram explorados no capítulo anterior e contribuíram para a compreensão do contexto histórico e político do período analisado. Para tanto, Capella (2006) menciona que a abordagem de Kingdon (2007) prevê um período anterior de discussões para que o problema se torne uma demanda pública, mas seu marco é considerado quando estabelecido de forma legal ou institucional na agenda, por meio de decretos, leis, planos e outros atos administrativos.

Neste sentido, o ano de 2013 é o marco oficial da política de cultura vigente em Roraima, com a criação da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima (SECULT/RR), conforme Lei nº 890 de janeiro de 2013 e a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa (instrumento jurídico que estabelece os compromissos para o desenvolvimento do SNC junto à União) pelo Governo Estadual, publicado no Diário Oficial da União (DOU), nº 74, seção 03, de 18 de abril de 2013 (Anexos).

Com efeito, uma das iniciativas da SECULT/RR no ano da sua criação foi à realização da III Conferência Estadual de Cultura com o tema: “Uma política de

Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”. A Conferência foi dividida em quatro eixos: implementação do SNC no País; Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cidadania e Direitos Culturais; e Cultura e Desenvolvimento Econômico Sustentável. Em Roraima, foram eleitos oito delegados para participar da referida Conferência.

Nesse percurso da organização das políticas públicas culturais foi realizado em 2013, no Centro Regional Indígena do Lago Caracaranã (município de Normandia-RR), uma Assembleia Indígena intitulada “I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira – Um olhar segundo a Convenção 169 da OIT” com objetivo de analisar a conjuntura de políticas públicas dos países Brasil, Guyana e Venezuela, com foco nos povos indígenas a luz dos Direitos Humanos, apontados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Houve ainda em 2013 a adesão ao SNC dos municípios de Amajari, Cantá, Caroebe, Iracema e Uiramutã. (OLIVEIRA, 2013)

Já no ano de 2014, após a adesão dos municípios de Alto Alegre e Mucajaí, foi criado o Fundo Estadual de Cultura (FUNCULTURA) por meio da Lei nº 983/2014. Vale ressaltar que no campo do movimento social independente nasce o coletivo “Reagentes Culturais”, formado por artistas, produtores e empreendedores culturais, tornando-se um dos principais movimentos de interação social pela valorização da arte e da cultura no estado de Roraima.

Em 2015 foi regulamentada a Lei do FUNCULTURA pelo Decreto nº 19.794-E/2015 e houve a primeira eleição direta para escolha dos representantes da sociedade civil para compor o exercício 2016-2019 do Conselho Estadual de Cultura (CEC/RR). Na área de formação e qualificação profissional, a Universidade Federal de Roraima<sup>30</sup> (UFRR) desenvolveu um papel relevante ao firmar parceria com o Ministério de Cultura (MinC) realizando o Curso de Extensão em Gestão Cultural, com a finalidade de capacitar gestores culturais sobre o processo de organização dos elementos constitutivos dos sistemas municipais de cultura. Essa parceria

---

<sup>30</sup> Além desta contribuição no campo da formação na área de gestão cultural, a UFRR vem realizando ações de valorização e promoção da diversidade cultural regional, envolvendo artistas e pesquisadores de universidades da região norte do Brasil e de países fronteiriços como Guyana, Venezuela e Suriname. Em 2010, realizou o evento Vozes da Amazônia, e nos anos de 2011 e 2012, Vozes da Fronteira e o Seminário de Cultura da Amazônia em 2013. Dentre outros encontros de discussão das relações internacionais com pesquisadores e professores de instituições de ensino dos países Guyana, Venezuela e Suriname.

atendeu a meta 36 do PNC que visa capacitar gestores de cultura e conselheiros municipais na área de organização do SNC. A culminância deste trabalho resultou em 2016 no lançamento do livro “Panorama Cultural de Roraima” que apresenta 16 artigos com o diagnóstico da realidade cultural do estado de Roraima e seus municípios em relação à adesão ao SNC.

Foram instituídas em 2016 as seguintes leis: Lei nº 1033, que institui o Sistema Estadual de Cultura (SEC/RR), na qual foi aprovado o Plano Estadual de Cultura (PEC/RR) e a Lei Complementar nº 1102/2016, que instituiu a Semana de Valorização da Cultura Roraimense. Ainda nesse ano, a sociedade civil por meio dos movimentos sociais realizou uma série de encontros para discutir o orçamento destinado a SECULT/RR. Dentre as iniciativas e ações, citamos a atuação do Blog “Reagentes Culturais” ao apresentar o pedido a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE/RR) para realização de uma audiência pública voltada para alocação dos recursos no orçamento do FUNCULTURA da SECULT/RR, que além da garantia de investimentos orçamentários, os artistas reivindicaram a criação de editais públicos para cada segmento a ser executado pela SECULT/RR no ano de 2017.

A audiência pública destinada para discutir o orçamento para a cultura foi realizada em 2016 e reuniu representantes da rede pontos de cultura, grupos de quadrilha junina, movimentos de cultura popular, indígenas, afrodescendentes, capoeira, fórum de dança, hip hop, grafite, fanfarras, boi bumbá, ciranda, cangaço, cinema, música, teatro e membros do CEC/RR. Um dos encaminhamentos desta audiência foi à criação de uma comissão para acompanhar e fiscalizar a execução da Lei Orçamentária Anual que prevê dotação orçamentária para a cultura. Nesse contexto, a SECULT/RR ainda realizou em dezembro de 2016, o evento #dialogaculturarr com o objetivo de discutir com os diversos segmentos culturais, as formas de garantir recursos para o FUNCULTURA.

Em 2017, o processo de discussão do planejamento da cultura continua, com a realização de encontros e debates sobre a Lei de Diretrizes Básicas e Lei Orçamentária Anual para o planejamento das ações de Cultura. Os debates culminaram com uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Boa Vista em novembro para discutir políticas públicas de cultura para o município de Boa Vista (FOLHA DE BOA VISTA, 2017). Na esfera da sociedade civil organizada

foi criado o movimento de “Confluência Roda de Prosa”<sup>31</sup> – estratégias de gestão coletiva das práticas e saberes das culturas populares e tradicionais. Integram esse movimento 13 grupos do segmento da cultura popular.

Cabe notar, em 2018 considerando o processo eleitoral para os cargos majoritários e proporcionais, os artistas e produtores realizaram a roda de conversa “Cultura na pauta das eleições 2018” no espaço Circular de Cultura Malokômbia, no município de Cantá-RR. Os candidatos presentes receberam 15 sugestões dos representantes da sociedade civil ligados aos segmentos culturais de Roraima. O Comitê da Salvaguarda Capoeira em Roraima com o apoio da UFRR e do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) lançou um CD “Roraima, ao som do berimbau” e o livro “Capoeira em Roraima: vou contar a minha história”.

O CEC/RR realizou ao longo de 2018 as ações de reconhecimento público de artistas e produtores locais por meio da iniciativa denominada “Moção de Aplausos” foram agraciadas pessoas envolvidas no movimento negro, capoeira, dança, teatro e quadrilhas juninas, dentre outros. Em novembro do corrente ano, o Trio Roraimeira formado pelos artistas Eliakin Rufino, Neuber Uchoa e Zeca Preto, recebeu a Ordem do Mérito Cultural em Brasília-DF. A homenagem recebida é considerada a maior honraria concedida no campo da cultura no país.

Essa síntese histórica abordou as principais ações, atos e eventos que marcaram o período de 2013 a 2018 na preservação da memória individual e coletiva sobre o desenvolvimento da política cultural em Roraima. Cada registro possibilitou a compreensão dos fluxos e como se processa a dinâmica das relações entre os atores que participam da agenda. Neste contexto, a seguir os elementos fundamentais para analisar o estágio de organização do SNC em Roraima.

#### 4.2 A ORGANIZAÇÃO E OS ELEMENTOS DO SNC EM RORAIMA

Historicamente, cabe notar que a discussão da institucionalização da política pública de cultura em Roraima inicia-se em 2004 com a “Mesa Redonda dos Artistas” de forma tímida e sem uma participação efetiva de todos os segmentos

---

<sup>31</sup> Relatado por Catarina de Fátima Ribeiro durante a roda de prosa “Cultura na pauta das eleições de 2018” realizada no dia realizada no dia 19 de setembro de 2018, no Espaço Circular de Cultura Malokômbia, no município de Cantá-RR.

culturais. A referida discussão começou a ganhar força em 2009, com a realização da II Conferência Estadual de Cultura e com a entrega da proposta de criação da Secretaria Estadual de Cultura em 2011 por meio do CEC/RR.

Nesse contexto, o poder público estadual em 2013 oficializou o interesse em organizar e institucionalizar as políticas culturais em formato sistêmico com a criação da SECULT/RR e a adesão ao SNC. O “Guia de Orientações para os Estados com perguntas e respostas sobre o SNC” explica que o sistema “[...] é um conjunto de partes interligadas que interagem entre si. Os sistemas não são a simples soma de suas partes, pois têm certas qualidades que não se encontram nos elementos concebidos de forma isolada”. (BRASIL, 2011a, p. 22).

Após três anos da adesão ao SNC, o SEC/RR foi instituído pela Lei nº. 1033/2016. Convém destacar, que os princípios do SEC/RR, como a promoção do desenvolvimento humano com o pleno exercício dos direitos culturais e o respeito à diversidade das expressões culturais, estão ancorados na Constituição Cidadã, que inclui a cultura como um dos direitos sociais. Esses princípios constitutivos do SEC/RR estão nos seguintes estágios de implementação:

#### **4.2.1 Órgão gestor específico**

A SECULT/RR é a responsável pela coordenação do SEC/RR e pela execução de políticas culturais no Estado. Entre as funções estabelecidas na Lei nº 890/2013, cabe o desenvolvimento de políticas públicas e governamentais para a cultura do estado de Roraima como ação estratégica de desenvolvimento humano, social e econômico, com vistas à melhoria da qualidade de vida e a efetiva cidadania. Nos termos da Lei de criação, eis a estrutura organizacional básica:

- Art. 5º – A Secretaria de Estado de Cultura de Roraima tem a seguinte Estrutura Organizacional Básica [...]:
- I - Nível de Administração Superior;
    - 1. Secretário de Estado de Cultura;
  - II - Nível de Gerência Superior;
    - 1. Secretário Adjunto de Estado de Cultura;
  - III - Nível de Assessoramento:
    - 1. Gabinete, 2. Assessoria
  - IV - Nível de Execução Instrumental
    - 1. Unidade Gestora de Atividades Meio – UGAM
      - 1.1. Núcleo de Recursos Humanos;
      - 1.2. Núcleo de Finanças, Contabilidade e Convênios;

- 1.3. Núcleo de Logística, Transporte, Material, Informática e Manutenção.
- V – Nível de Execução Programática
- 1. Departamento de Promoção Cultural;
  - 1.1. Divisão de Promoção e Eventos;
  - 1.2. Divisão de Espaços Culturais;
    - 1.2.1 Seção Teatro Carlos Gomes;
    - 1.2.2. Seção Palácio da Cultura Nenê Macaggi;
    - 1.2.3. Seção Galeria de Artes;
  - 1.3. Divisão de Escola de Música
- 2. Departamento de Biblioteca Pública
  - 2.1. Divisão de Automação e Informação;
  - 2.2. Divisão de Processamento Técnico;
  - 2.3. Divisão de Literatura, Livro e Leitura;
  - 2.4. Divisão de Multiteca e Cinemateca;
- 3. Departamento de Patrimônio Cultural;
  - 3.1. Divisão de Patrimônio Cultural;
    - 3.1.1. Seção de Sistema Estadual do Patrimônio Cultural;
    - 3.1.2. Seção de Documentação, Cadastramento e Arquivo Histórico;
    - 3.1.3. Seção da Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller;
    - 3.1.4. Seção de Patrimônio Histórico e Arqueológico;
- VI – Nível de Atuação Complementar:
  - 1. Conselho Estadual de Cultura;
  - 2. Grupo Técnico de Avaliação de Projetos. (RORAIMA, 2013).

Em face, a implantação da referida SECULT/RR, os estudos mostra que foi criado um Grupo de estudo com a participação de 11 instituições<sup>32</sup>. Esse trabalho tinha o objetivo de atender a meta 37 do PNC (ter Secretaria de Cultura exclusiva em todos estados). De acordo com a entrevista semiestruturada realizada com Elena Campo Fioretti<sup>33</sup>, foi possível levantar a informação que a SECULT/RR foi criada em formato reduzido em desacordo ao projeto original apresentado pelo CEC/RR.

#### **4.2.2 Conselho de Política Cultural**

A criação do CEC/RR em 1993 coincide com o período histórico no Brasil (Pós-Ditadura Militar) em que a cultura começa ser pensada como campo diferenciado da educação. A Constituição Federal de 1988 forneceu um status de direito à Cultura por meio dos artigos 215 e 216, com a função de prestar

<sup>32</sup> Instituições que participaram do grupo de estudos de criação da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima: CEC/RR, ALE/RR; Unidade de Cultura/SECD; UFRR; UERR; IMP; SEPLAN; IPHAN/RR; FETEC e FPC/RR .

<sup>33</sup> A Conselheira do CEC/RR, Elena Campo Fioretti foi a responsável pela coordenação do Grupo de estudos para a criação da Secretaria de Cultura do Estado de Roraima, conforme Portaria nº. 1519/2010/SECD/GAB/RR, de 15 de julho de 2010. Entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2018 concedida a Selmar de S. Almeida Levino em Boa Vista-RR.

assessoramento ao poder público estadual no campo da cultura. Atualmente é composto por 11 membros efetivos, sendo cinco ligados ao poder público e seis membros representantes dos segmentos culturais da sociedade civil organizada. Até o ano de 2014, a escolha dos membros do CEC/RR era de competência exclusiva do chefe do poder executivo estadual.

Com a publicação do Decreto nº 17.986-E/2014, estabeleceu-se o Regimento Interno do CEC/RR e houve uma mudança no processo de indicação dos representantes da sociedade civil, que passou ser previamente escolhidos por áreas de atuação em eleição direta pelas entidades comprovadamente regulamentadas e de reconhecida e efetiva atuação de, pelo menos, dois anos no estado de Roraima, conforme estabelecido no artigo 5º do referido Decreto. Hoje somente os representantes do poder público são indicados pelo governador. Um avanço no processo democrático dos representantes da sociedade civil em Roraima.

#### **4.2.3 Conferência de Cultura**

As conferências de cultura representam a principal forma de escuta e de participação dos diversos segmentos culturais. É um espaço para ampliar o diálogo entre os governos e cidadãos na construção e aperfeiçoamento de políticas públicas, traduzem ainda os anseios e as necessidades no campo das artes e da cultura. É importante mencionar, em Roraima foram realizadas três conferências estaduais de cultura, nos anos de 2006, 2009 e 2013, respectivamente. De acordo com o relatório do MinC sobre a adesão dos estados e municípios, o estado de Roraima participou oficialmente da II CNC em 2010 com 18 delegados e na III CNC realizada em 2013, teve a participação de oito delegados (BRASIL, 2018).

Podemos considerar positiva a realização das referidas conferências, contribuindo através do debate entre os diferentes atores envolvidos nesse processo de formação da agenda.

#### **4.2.4 Comissões Intergestores**

Na Lei nº 1033/2016 que institui o SEC/RR existe a previsão da constituição da Comissão de Intergestores Bipartite (CIB) no âmbito estadual. A principal finalidade é definir estratégias para implantação e operacionalização do SEC/RR e

promover a articulação entre as três esferas de governo de forma a estabelecer acordos operacionais referentes a ações, programas e projetos que compõem o Estado (RORAIMA, 2016).

De acordo com o artigo 9º da referida Lei, essa comissão deverá ser composta de forma paritária por representantes do órgão gestor estadual e pelo conjunto de secretários e dirigentes municipais de cultura. Infelizmente, até o presente momento não foi constituída em âmbito estadual. Vale ressaltar, que o governo federal também não conseguiu estabelecer a comissão tripartite. A falta de efetivação dessas comissões reflete negativamente na formação da agenda.

#### **4.2.5 Plano de Cultura**

O PEC/RR é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política estadual de cultura. Para elaboração do PEC/RR, o estado de Roraima contou com a assessoria técnica de consultores disponibilizados mediante uma parceria firmada entre MinC e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O processo de sensibilização para elaboração do plano ocorreu a partir de 2010.

A ação de elaboração do plano contou com o apoio dos prefeitos, técnicos, artistas e produtores culturais de todos os municípios do estado. A validação do plano aconteceu por meio de videoconferências realizadas na Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR) e envio de e-mails aos membros envolvidos nas comissões técnicas dos municípios. A entrevista de Jonayna Rodrigues da Silva<sup>34</sup>, uma das consultoras do MinC na época para organização da elaboração do PEC/RR, mencionou que:

A escritura do plano, partiu da criação de um grupo técnico de trabalho em cada município, envolvendo inicialmente o prefeito que indicava os técnicos das prefeituras para poder apoiar e validar todo trabalho que era feito dentro do município. As informações eram tabuladas e cruzadas com dados de outros municípios, no intuito de verificar aqueles que trabalhavam com atividades similares para poder descrever dentro do plano. [...] Depois da pesquisa de campo [...], as informações foram consolidadas e colocadas para consulta pública por um período de 60 dias. As consultas aconteceram por meio online (envio de e-mails e da plataforma UNIVIRR com a

<sup>34</sup> Jonayna Rodrigues da Silva atuou nos anos de 2011 e 2012 como consultora do MinC e entre os anos de 2013 a 2018 foi assessora técnica da SECULT/RR e responsável pelo acompanhamento do Sistema Estadual de Cultura de Roraima (SEC/RR). Entrevista concedida em 03 de setembro de 2018 a Selmar de Souza Almeida Levino, em Boa Vista-RR.

realização de videoconferências que abrangeu todos os municípios. (ENTREVISTADA JONAYNA RODRIGUES DA SILVA, 2018).

É importante observar que os princípios estabelecidos no PEC/RR são os mesmos que foram pactuados no PNC. A partir das diretrizes o plano foi formulado com base em cinco eixos estruturantes: do papel do Estado; da diversidade; do acesso; do desenvolvimento sustentável e da participação social.

O PEC/RR foi aprovado juntamente com a Lei do SEC/RR, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei nº 1033/2016. O referido Plano já vinha sendo trabalhado desde 2010, sendo aprovado pela Lei do sistema estadual. No entanto, já teve a primeira revisão durante a realização do evento #dialogaculturarr realizado em 2016.

#### **4.2.6 Sistema de Financiamento à Cultura**

O Sistema Estadual de Financiamento à Cultura está previsto na Lei de criação do SEC/RR. “Artigo 12 - [...] é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, que devem ser diversificados e articulados” (RORAIMA, 2016).

O sistema de financiamento à cultura é constituído pela Lei maior que cria o Sistema Estadual de Cultura e pelas específicas, como a Lei de concessão de incentivos fiscais à cultura e a Lei do fundo.

A Lei nº 318/2001, disciplina a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais no estado de Roraima e foi regulamentada pelo Decreto nº 5.024-E/2002. Podem apresentar projetos pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no estado de Roraima que tenham e desenvolvam atividades prioritariamente culturais. Essa lei permite que 0,3% do todo recurso arrecado pelo Estado em cima do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja destinado para incentivar a realização de projetos culturais a ser concedido às pessoas físicas e jurídicas.

Atualmente, os projetos são avaliados pelo Grupo Técnico para Avaliação de Projetos (GTAP), composto por nove membros titulares e nove suplentes que representam em igual proporção os representantes da SECULT/RR, a sociedade

civil e CEC/RR (NASCIMENTO et al., 2016). A Lei nº 983/2014, dispõe sobre a criação do FUNCULTURA apresenta em seu texto introdutório a sua definição:

Art. 2º - O Fundo Estadual de Cultura (FUNCULTURA) é um mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no Estado de Roraima, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com os municípios do Estado de Roraima, transferidos fundo a fundo, de acordo com critérios, valores e parâmetros pactuados e aprovados pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC e pelo Conselho Estadual de Cultura de Roraima-CEC/RR. (RORAIMA, 2014).

Nota-se que a regulamentação da Lei do Fundo aconteceu somente no ano seguinte, nos termos do Decreto nº 19.794-E/2015. Os artigos 4º e 5º do Decreto abordam sobre o planejamento e a descentralização dos recursos:

Art. 4º – Os recursos do FUNCULTURA serão consignados aos programas, projetos e ações culturais, segundo programações específicas definidas no Plano de Trabalho Anual do FUNCULTURA, proposto pela Comissão Permanente de Cultura – COTEPE-CULTURA, mediante consulta ao CEC/RR e aprovação pelo titular da SECULT. [...].

Art. 5º – Será definido, a cada ano, o montante de recursos a ser repassado para os municípios, objetivando contribuir com suas políticas de cultura, sendo a proposta de dotação anual encaminhada à SECULT, que a aprovará, mediante estudo de viabilidade e análise de conformidade com as metas do Plano Nacional de Cultura. (RORAIMA, 2015).

Convém mencionar nessa discussão que até o presente, não foi nomeada a Comissão Técnica Permanente de Cultura (COTEPE-CULTURA) para administração do FUNCULTURA. Essa comissão deve ser vinculada ao Gabinete, composta por servidores designados pelo titular da SECULT/RR.

Em 2018, de acordo com a informação da Assessora Técnica da SECULT/RR, Jonayna Rodrigues da Silva, não houve repasse de recursos federais para a SECULT/RR. Foram abertos editais com recursos próprios do estado, nos anos de 2017 e 2018 para os seguintes segmentos: quadrilhas juninas, dança, literatura, entre outros. A falta dos recursos financeiros federais dificulta a formação da agenda, é tida como um entrave na sua efetivação.

#### **4.2.7 Sistema de Informações e Indicadores Culturais**

Cabe mencionar que na esfera estadual não há uma plataforma para coleta de informações e indicadores culturais. A orientação da SECULT/RR é que os

artistas e produtores culturais utilizem a plataforma nacional disponibilizada pelo MinC para inserção de dados e assim contribuir com o levantamento e armazenamento de dados, cadastros, mapeamentos e amostras referentes a realidade cultural local.

Dessa forma a ausência de uma plataforma dificulta reunir os dados e informações que subsidiarão as políticas públicas de cultura local, impactando no mapeamento da diversidade cultural.

#### **4.2.8 Sistemas setoriais de cultura**

Sobre esse elemento constitutivo do Sistema, existe apenas previsão dos sistemas setoriais de cultura na Lei do SEC/RR. Esta demanda não avançou satisfatoriamente. A partir da entrevista semiestruturada realizada com Jonayna Rodrigues da Silva, podemos afirmar que a SECULT/RR tem trabalhado com alguns segmentos como a moda e o design.

#### **4.2.9 Programa de formação**

A organização de Programas de Formação é uma das recomendações do SNC, as formações devem ser voltadas prioritariamente para a capacitação e qualificação dos gestores e conselheiros de cultura para atuar no SNC, diz respeito a meta 36 do PNC.

Com efeito, ao longo dos anos, a SECULT/RR buscou atender esta demanda, por meio de parcerias com instituições de ensino que realizam qualificações nas áreas de políticas culturais, entre elas, a UFRR que realizou em 2015 o Curso de Extensão em Gestão Cultural da qual contribuiu com a formação de 58 pessoas ligadas às prefeituras municipais, movimentos independentes, conselhos de cultura e gestores estaduais.

Contou ainda com ações das instituições do Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do MinC. Além daquelas realizadas pelos técnicos da secretaria e do CEC/RR.

Quadro 5 - Sequência histórica de ações relacionadas ao desenvolvimento da política cultural em Roraima de 2013 a 2018

<b>Período</b>	<b>Ação</b>
<b>2013</b>	Criação da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima por meio da Lei nº. 890/2013
	Realização da III Conferência Estadual de Roraima
	Adesão dos municípios de Amajari, Cantá, Caroebe, Iracema e Uiramutã ao SNC
<b>2014</b>	Adesão dos municípios de Alto Alegre e Mucajaí ao SNC
	Criação do FUNCULTURA
	Criação do Coletivo Reagentes Culturais
<b>2015</b>	Reunião de proposição de alteração do mecanismo da Lei Estadual de Incentivo
	Curso de Extensão em Gestão Cultural (parceria UFRR e MinC)
	Regulamentação do FUNCULTURA
	Realização de eleição direta para os membros representantes da sociedade civil do CEC/RR
	Regulamentação da Lei nº.718/2009 que dispõe sobre preservação e proteção do patrimônio cultural do Estado de Roraima
<b>2016</b>	Instituição do Sistema Estadual de Cultura do Estado de Roraima por meio da Lei nº. 1033/2016
	Lançamento do livro Panorama Cultural de Roraima pela UFRR
	Instituição da Semana de Valorização da Cultura Roraimense, cria o prêmio cultura roraimense.
	Realização de audiência pública na ALE/RR para discussão da destinação dos recursos para o exercício 2017 para a SECULT/RR.
	Realização do evento #dialogaculturarr
<b>2017</b>	Debates sobre Lei de Diretrizes Básicas e Lei Orçamentária Anual para o planejamento das ações de cultura
	Audiência pública para discussão sobre LDO/ PPA do município de Boa Vista.
	Criação da Confluência Roda de Prosa – Estratégias de Gestão Coletiva das práticas e saberes das Culturas Populares e Tradicionais. .
<b>2018</b>	Roda de Prosa “A cultura na pauta das eleições 2018”
	Lançamento do CD “Roraima ao som do berimbau” e do livro “Capoeira em Roraima: vou contar a minha História”.
	Trio Roraimeira recebe a honraria Ordem do Mérito Cultural

Fonte: Organização e elaboração por Selmar Levino (2018)

Quadro 6 - Principais atos governamentais referentes à organização do Sistema Estadual de Cultura (SEC/RR)

<b>Governo</b>	<b>Mandato</b>	<b>Atos</b>
José de Anchieta Júnior <sup>35</sup>	1º de janeiro de 2011 a 4 de abril de 2014	- Lei nº 890/2013, de 23 de janeiro de 2013 que cria a SECULT/RR; - Assinatura da Adesão de Roraima ao SNC em 28 de março de 2013;
Francisco de Assis Rodrigues <sup>36</sup>	4 de abril de 2014 a 1º de janeiro de 2015	- Decreto nº 17.986-E, de 03 de dezembro de 2014 que aprova o Regimento Interno do CEC/RR; - Lei nº. 983/2014, de 26 de novembro de 2014 que cria o FUNCULTURA;
Maria Suely Silva Campos <sup>37</sup>	1º de janeiro de 2015 a 10 de dezembro de 2018.	- Decreto nº 19.795-E, de 22 de outubro de 2015 que regulamenta a Lei sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do estado de Roraima; - Decreto nº 19794-E, de 22 de outubro de 2015 que regulamenta a Lei do FUNCULTURA; - Lei nº 1033, de 22 de março de 2018 que institui o SEC/RR; - Lei complementar nº 1102, de 16 de setembro de 2016 que institui a Semana de Valorização da Cultura Roraimense e cria o prêmio cultura roraimense.

Fonte: Organização e elaboração por Selmar Levino (2018).

#### 4.2.10 Situação organizacional dos componentes do SNC nos municípios

A pesquisa mostra que o estado de Roraima está em primeiro lugar na região norte em números percentuais de municípios que já realizaram a adesão ao SNC e no ranking nacional está em 5º lugar, ou seja, 60% de adesões de seus municípios. Em nível nacional fica atrás somente dos seguintes estados: Ceará (86,4%), Rio de Janeiro (81,5%), Mato Grosso do Sul (79,7%) e Santa Catarina (76,9%).

<sup>35</sup> José de Anchieta Júnior renunciou o governo de Roraima em 4 de abril de 2014 para se candidatar ao senado.

<sup>36</sup> Francisco de Assis Rodrigues, conhecido como Chico Rodrigues era vice-governador no governo de José de Anchieta Júnior em 2014.

<sup>37</sup> Em 10 de dezembro de 2018, Maria Suely Silva Campos foi afastada do exercício do cargo de governadora, devido à intervenção federal anunciada pelo presidente Michel Temer. Foi nomeado como interventor, o governador eleito para o exercício 2019-2022, Antonio Denarium.

De acordo com o MinC<sup>38</sup>, nove municípios (Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Cantá, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e Uiramutã) aderiram ao SNC e estão em estágios diferenciados quanto à implantação e consolidação do mesmo. Os municípios de Bonfim, Pacaraima, Caracaraí, Rorainópolis, São Luiz do Anauá e São João do Baliza não conseguiram cumprir as diligências documentais para finalização do processo de adesão (LEVINO; LÍRIO, 2016; BRASIL, 2018).

É importante mencionar que em relação ao órgão gestor da cultura, dos 15 municípios, nove tem a unidade de cultura funcionando como divisão ou departamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Quatro municípios possuem secretaria de cultura associada às pastas do esporte e do turismo.

Dois municípios, o setor de cultura funciona por meio de Fundação, sendo um exclusivo para a pasta de cultura e o outro associado as pastas de esporte e turismo. Em 2009, todos os municípios realizaram conferência municipal e em 2013 somente sete realizaram. Mucajaí é único município que possui Conselho Municipal de Políticas Culturais. Os municípios de Alto Alegre e Mucajaí já possuem a lei que cria o Sistema Municipal de Cultura (SMC). A seguir nessa discussão, a análise dos processos formativos da agenda pública de cultura em Roraima com base no Modelo dos Múltiplos Fluxos.

#### 4.3 FLUXOS DECISÓRIOS DA AGENDA PÚBLICA E A DIVERSIDADE CULTURAL DE RORAIMA

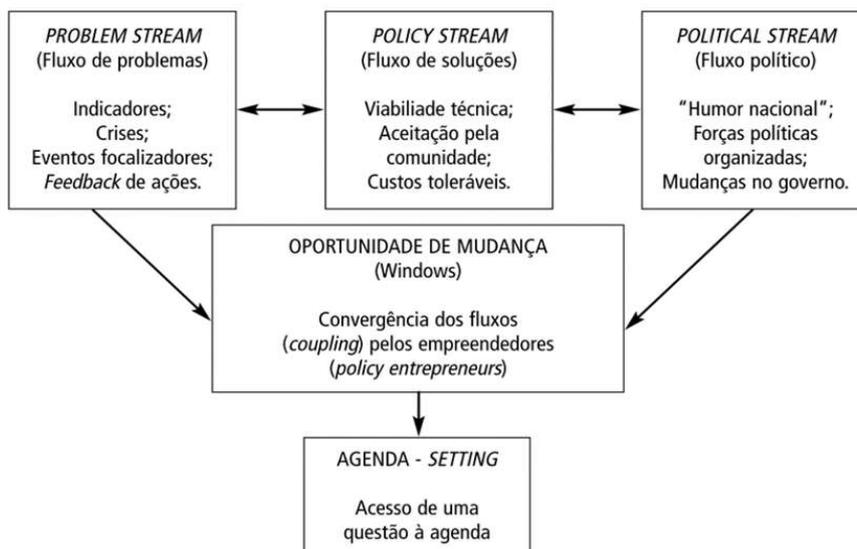
É importante notar, que análise dos três fluxos do Modelo de Kingdon (Fluxo dos Problemas, Fluxo das Políticas Públicas e Fluxo Político) possibilitou conhecer as variáveis motivadoras da formação da agenda de cultura em Roraima, tais como, os atores, as ideias e os processos internos e externos das instituições e dos movimentos organizados.

A seguir, o esquema de Kingdon (2007) que propõem um modelo explicativo de como ocorre à dinâmica do processo de formação da agenda.

---

<sup>38</sup> Relatório da situação de adesão ao Sistema Nacional de Cultura realizado pela Coordenação Geral do SNC/MinC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1466221/2018.01.24-+Planilha+Geral.compressed.pdf/6090d77c-f388-43f3-90e2-0300b3690248>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Figura 4 - Modelo dos Múltiplos Fluxos



Fonte: CAPELLA (2006).

#### 4.3.1 Atores sociais influentes na formação da agenda

O modelo de Kingdon defende a ideia que alguns atores exercem mais influência na definição da agenda e outros na apresentação das alternativas e soluções. Os atores envolvidos no processo de formação da agenda são divididos em dois segmentos: atores visíveis e invisíveis. Os primeiros denominados visíveis são fáceis de identificar, geralmente são conhecidos pela sociedade e tem mais acesso à imprensa, como os secretários, governadores e demais autoridades públicas. O segundo grupo chamado por invisíveis são aqueles formados por especialistas ou técnicos, responsáveis pela elaboração das ideias e nem sempre estão expostos na mídia.

Os entrevistados consideraram o secretário de cultura e de outras pastas como os agentes sociais e políticos que mais influenciam nos processos decisórios da agenda pública. Em contrapartida, são considerados excelentes proponentes de soluções, os conselheiros de cultura, os artistas, produtores culturais e agentes ligados aos movimentos independentes de cultura como os atores responsáveis por determinadas propostas.

Os entrevistados do poder público e da sociedade civil estão convencidos que quando há vontade política e técnica do primeiro escalão, como exemplo o governador, torna-se um agente decisivo para que uma solução entre em pauta na agenda e seja viabilizada oficialmente por meio de decretos, leis e demais atos

públicos. A entrevista realizada com Silmara Costa de Oliveira<sup>39</sup> permite levantar informações sobre o Conselho ao mencionar que o mesmo para efetivar as políticas culturais precisa de vontade governamental, não adianta só discutir, se não houver vontade política.

A título de exemplo temos a ex-secretária de Educação, Cultura e Desporto (SECD/RR), Lenir Rodrigues Santos<sup>40</sup> apontada pelos entrevistados como uma gestora estratégica para a institucionalização do setor de cultura em Roraima, ou seja, considerando o Modelo dos Múltiplos Fluxos, enquanto gestora no período cumpriu importante papel no reconhecimento e definição da cultura como agenda de Estado. Conforme a fala da entrevistada, Elena Campo Fioretti, que vem corroborar com a fala anterior da Silmara Costa de Oliveira, na importância do gestor na formação da agenda:

[...] aí entra a secretaria Lenir, ela tinha vontade política, [...] mais que a vontade política, ela tinha uma boa articulação e interesse, [...] foi uma pessoa extremamente importante para sensibilizar [...] os tomadores de decisão para a necessidade de criar a secretaria de cultura e ainda utilizava-se do discurso da sociedade civil. (ENTREVISTADA ELENA CAMPO FIORETTI, 2018).

Com efeito, os técnicos e assessores da SECULT/RR foram considerados pelos entrevistados como atores impulsionadores da agenda, responsáveis para colocar a demanda em prática. Metade dos entrevistados, responderam que o Ministro do MinC e o respectivo corpo técnico da cultura, prefeitos e secretários municipais são considerados vetores no processo de encaminhamento e efetivação das demandas. Os demais atores não foram citados ou destacados como determinantes nos processos pré-decisórios.

Convém ressaltar que a participação direta dos parlamentares da ALE/RR no processo de formação da agenda foi pouco mencionada. Mas, os entrevistados consideraram relevante a boa recepção do poder legislativo em colocar-se à disposição para conhecer e encaminhar as demandas da cultura. De acordo com

---

<sup>39</sup> Silmara Costa de Oliveira foi integrante do CEC-RR na gestão de 2012 a 2015. Entrevista concedida em 03 de setembro de 2018 a Selmar de S. Almeida Levino em Boa Vista-RR.

<sup>40</sup> Lenir Rodrigues Santos era Secretária de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima, antes do setor de cultura elevar-se ao status de secretaria.

Kingdon (2007) cada participante e cada processo pode ser um incentivo ou um obstáculo na Formação da agenda pública.

Ainda com aporte nos entrevistados, notou-se que o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima, contou com a participação de várias outras pessoas e setores tanto do meio público como privado, mas sem registros oficiais acerca de quem, quando ou como, o que inviabiliza citar de forma nominal a participação de todos.

Kingdon (2007) esclarece que discernir a origem de uma política é um pouco complicado e controverso, porque muitas ideias surgem desordenadamente, chocando-se umas com as outras, o que inviabiliza prever um entendimento único.

#### **4.3.2 Fluxo dos Problemas**

Cabe notar, que esse Fluxo dos Problemas, analisa como determinadas demandas são mais reconhecidas e priorizadas em detrimento de outras pelas autoridades governamentais. Para Kingdon (2007) a resposta está na forma como os atores envolvidos tomam conhecimento das demandas e como as situações são apresentadas como problemas. Os problemas podem ser apresentados por meio da mensuração de indicadores, realização de eventos focalizadores como também estudos de avaliação de programas e ações governamentais conclusas ou em andamento.

Durante a entrevista semiestruturada, foi solicitado aos participantes a indicação de fatores (eventos, ações, atos) que impulsionavam a apresentação das demandas de formação da agenda pública de cultura em Roraima. Dentre as respostas, mais da metade do total de entrevistados consideraram os pareceres do CEC-RR. Essa indicação com mais proeminência para o Conselho, na opinião dos entrevistados deve-se pela própria atribuição do Conselho como órgão superior de assessoramento da SECULT/RR, pois, o CEC-RR transita por todos os itens de mensuração dos problemas, ou seja, ele pode apresentar indicadores, realizar eventos e estudos sobre ações públicas locais.

Para avaliar a abrangência de uma política pública, o conhecimento da realidade local por meio de diagnósticos é fundamental a projeção em longo prazo de impactos e de custos. “Os indicadores são usados para avaliar a magnitude de

uma situação [...] e discernir mudanças ocorridas na situação”. (KINDGON, 2007, p. 227).

Um indicador para a criação da SECULT/RR era que Roraima encontrava-se entre os poucos entes da federação que não dispunha ainda de uma Secretaria de Cultura. Essa referência é apontada na fala da entrevistada Elena Campo Fioretti: “[...] começou um chamamento cada vez mais incisivo da sociedade com o apelo que Roraima era o único Estado que não tinha uma secretaria de cultura”.

No Fluxo dos Problemas existem várias maneiras das autoridades tomarem conhecimento de situações como avaliações de programas e ações públicas apresentadas em relatórios, pareceres ou até mesmo de reclamações feitas ao Conselho ou ao poder legislativo. Um dos fatores mais destacado pelos entrevistados foi os cursos de formação e qualificação profissional, realizados por Universidades, MinC e outros órgãos de cultura. Foram citados o Curso de Extensão em Gestão Cultural, em 2015, resultado de uma parceria entre a UFRR e o MinC já mencionado. Destacam-se também as oficinas e palestras no campo da formação artística realizada pelo SESC-RR. Além dos cursos *online* ofertados por outras instituições de ensino superior e ligadas a arte e a cultura.

Nesse contexto, com apoio nas entrevistas, a realização de encontros e reuniões entre o poder público e a sociedade civil foram fundamentais para extrair as prioridades para a conjuntura política local, entre estas, as conferências estaduais e nacionais de cultura. Convém mencionar que nos anos anteriores a 2013, foram pré-decisórios para institucionalização da cultura em formato sistêmico e para estabelecer demandas relacionadas a oficialização de leis e decretos que pudessem contribuir com a organização e normatização dos elementos constitutivos do SNC em âmbito estadual.

Com a organização de parte dos elementos constitutivos do SEC-RR, os anos de 2016 e 2017, são marcados por um redirecionamento das discussões de iniciativas referentes a gestão dos recursos destinados a cultura no estado de Roraima. Dentre os eventos lembrados pelos entrevistados, destacam-se a audiência pública da cultura realizada com o apoio da ALE-RR para discussão do destino de um milhão de reais para a cultura e a realização do #dialogaculturarr para levantamento das principais demandas dos segmentos culturais locais. Com efeito, estes dois eventos renderam discussões proveitosas, no entanto, repercutiu de forma negativa na relação entre os atores governamentais e não-governamentais,

evidenciando uma crise conforme as publicações veiculadas em jornais e *blogs* locais, entre os meses de agosto e outubro de 2017. Passados mais de sete meses após a aprovação da emenda parlamentar de um milhão de reais para a pasta da SECULT/RR para o exercício de 2017 e sem o lançamento de editais pelas leis de incentivo à cultura, um grupo de artistas resolveu realizar protestos nas redes sociais contra o abandono de prédios históricos e pontos de cultura. Os artistas e professores se uniram para denunciar o que eles classificam como descaso com a cultura no Estado (G1, 3 ago. 2017).

Figura 5 - Matéria que apresenta indicador de crise no setor público de cultura



Fonte: G1 (2017).

Nessa discussão, por conta das denúncias veiculadas na imprensa local e redes sociais quanto ao possível desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados ao incentivo à cultura, a Secretária Estadual de Cultura, Selma Maria de Souza e Silva Mulinari rebateu as críticas por meio do Jornal Folha de Boa Vista no dia 11 de agosto de 2017.

Na matéria intitulada “Incentivo à cultura – Governo afirma que está investindo em quem faz projetos e que denúncia é de grupo isolado”, a secretária da SECULT explica que a emenda parlamentar estimada em milhão de reais para a cultura precisou ser remanejada para que o recurso não fosse perdido. Explicou ainda que o recurso fora solicitado de volta pelos parlamentares da ALE-RR para ser utilizado na manutenção das estradas dos municípios de Bonfim e Normandia. A seguir a declaração da Secretária de Cultura ao referido jornal:

Para não perder a emenda remanejei dinheiro para pagar cachê artístico de um evento no Parque Anauá no valor que não chega a R\$ 150 mil reais. Mandeí ofício para a Assembleia informando que tinha usado a emenda para não perder o recurso. Tenho todos os documentos comprobatórios e agora a emenda está segura, mas foi uma batalha que travamos para manter o recurso para a cultura. [...] Ela [emenda] será usada com pagamento de serviço de pessoa jurídica. A legislação federal explica que não pode pagar direto ao artista. (FOLHA BOA VISTA, 11 ago. 2017).

De acordo com o referido Jornal, a secretária de Cultura garantiu que seriam abertos editais de incentivo à cultura com recursos próprios do governo estadual que totalizariam mais de R\$ 1 milhão. Destacou que não está faltando diálogo com os artistas, pois:

Eu recebo todos que vêm aqui e o que não podemos é ficar o tempo todo marcando reunião em cima de reunião, pois o que acho que falta é amadurecimento dos artistas para saber que o Estado não sustenta ninguém. [...] ajudamos quem milita e corre atrás. Os artistas envolvidos nesse movimento de denúncia são funcionários públicos e conselheiros que não podem ter acesso a editais, mas não fui eu que inventei essa lei. O auxílio é para quem vive da arte e não para quem busca interesse pessoal contrariando a Lei. [...] Não temos falta de transparência e má vontade, mas não tem como discutir com um grupo que não tem vontade de entender. (FOLHA BOA VISTA, 11 ago. 2017).

A referida secretária mencionou ainda que tinha oito editais para serem publicados em 2017 nas áreas de teatro, dança, moda, literatura, artes visuais, cinema, arte popular e todos voltados para a realidade local. No entanto, os artistas fizeram um contraponto a fala da secretária de cultura publicada no Jornal Folha de Boa Vista, por meio do Blog Reagentes Culturais esclarecendo que:

[...] não somos um grupo isolado, formado unicamente de servidores públicos e conselheiros, que protestam por estarem legalmente impedidos de participar de editais públicos. Não somos meia dúzia a buscar interesse pessoal ou pleitear que o Estado os sustente, contrariando a lei. Somos muito, em protesto para que a lei seja cumprida e a população tenha seus direitos culturais garantidos. [...] apesar de solicitar tais informações oficialmente [...] à SECULT/RR, [...] pela imprensa, tomamos ciência de que a conta bancária do Fundo Estadual de Cultura foi criada, o que comprova mais uma vez a falta de transparência da atual gestão. (BLOG REAGENTES CULTURAIS, 11 ago. 2017).

Com efeito, o imbróglio quanto ao incentivo à cultura continuou em 2018, referente ao não pagamento dos projetos aprovados. A título de exemplo temos o Edital nº 07/2017 – Incentivo e fomento a Literatura, que passados sete meses, o repasse financeiro da premiação não tinha sido efetivado, pois, o edital estipulava

um prazo máximo de 30 dias após a publicação para pagamento. Os artistas que tiveram suas propostas selecionadas publicaram no Blog Reagentes Culturais, no dia 29 de setembro de 2018 uma nota de repúdio ao não recebimento financeiro.

Com aporte no modelo dos Múltiplos Fluxos a definição dos problemas é um passo crítico para o estabelecimento de agendas, pois, algumas demandas das agendas de governo são prioritárias em detrimento de outras. Para Kindgon (2007) as agendas de governo não apenas definem os problemas, mas também podem fazê-los desaparecer, dessa forma convém destacar:

[...] um evento-foco [...] chama a atenção para algumas situações mais do que para outras. Contudo, tal evento tem efeitos passageiros se não forem acompanhados por uma indicação mais precisa de que há um problema, por uma percepção pré-existente ou por uma combinação desse evento com outros similares. [...] Primeiro, situações que colocam em cheque valores importantes são transformadas em problemas. Segundo, situações se tornam problemas por comparação com outros países ou com outras unidades relevantes. Terceiro, a classificação de uma situação em certa categoria ao invés de outra pode defini-la como um certo tipo de problema. (KINDGON, 2007, p. 227).

Nota-se nesse Fluxo dos Problemas quando há vontade de promover uma mudança, os segmentos do poder público e da sociedade civil, na maioria das vezes, definem as situações problemas de diferentes maneiras, e quando não há a conciliação entre os atores de dentro e fora do governo, dificilmente as demandas apresentadas ocuparão a atenção dos operadores das políticas públicas.

#### **4.3.3 Fluxo das Políticas Públicas**

O Fluxo das Políticas Públicas, também conhecido como o Fluxo das Alternativas e Soluções é organizado por um conjunto de ideias apresentadas por pessoas que atuam dentro e fora do governo. Os principais atores deste fluxo são os pesquisadores, acadêmicos, consultores, assessores e técnicos pertencentes a grupos e comunidades interessadas em difundir suas propostas e promover a mudança, a retirada ou a inclusão de determinada demanda na agenda. Geralmente, os atores invisíveis são os mais atuantes nesta corrente. Na visão dos entrevistados, os atores deste fluxo, utilizaram-se de espaços, como audiências públicas, conferências, rodas de conversas, fóruns de discussões e reuniões

realizadas com técnicos do MinC, do CEC-RR e movimentos culturais para a apresentação de suas questões.

Com relação à criação da SECULT/RR, em 2013, a entrevista já referida de Elena Campo Fioretti destaca uma comissão de representantes de várias áreas e instituições na elaboração da proposta de Secretaria que culminou com relatório apreciado e aprovado pelo CEC-RR, entretanto, o formato não seguiu o modelo indicado pelo grupo de estudo. Nesse contexto, a Secretária da SECULT/RR, Selma Maria de Souza e Silva Mulinari<sup>41</sup>, durante a entrevista, falou da necessidade de ajustes na estrutura da secretaria, pois na visão dela, a atual estrutura não atende as demandas do setor, inclusive citou a ausência de uma assessoria jurídica no organograma.

Convém mencionar, que no período analisado, uma das alternativas e soluções apresentadas em 2013, ano da criação da SECULT e da adesão ao SNC, foi um documento produzido em junho do mesmo ano, denominado “Carta aos países da fronteira” (Anexos) resultado da realização do “I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira – Um Olhar segundo a Convenção 169 da OIT”. A ação foi coordenada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e contou com a participação de representantes dos indígenas que vivem na tríplice fronteira e instituições que desenvolvem ações voltadas aos povos nativos (OLIVEIRA, 2013).

O referido documento foi encaminhado aos presidentes dos países Brasil, Guyana e Venezuela, sugerindo soluções que poderiam ser resolvidas por meio dos tratados internacionais sobre a importância de dialogar sobre a elaboração de políticas públicas voltadas para as especificidades deste contexto sociocultural onde o estado de Roraima está inserido.

De acordo com o professor Reginaldo Gomes Oliveira<sup>42</sup>, representante da UFRR no evento, uma das reivindicações seria um documento em que as autoridades jurídicas dos três países pudessem elaborar alternativas de políticas públicas que reconhecessem a pluralidade desta região fronteiriça.

---

<sup>41</sup> Selma Maria de Souza e Silva Mulinari atuou como secretária da SECULT/RR no período de 2016 a 2018. Entrevista realizada em 31 de agosto de 2018 concedida a Selmar de S. Almeida Levino em Boa Vista-RR.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Memória do I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira – Um olhar segundo a Convenção de 169 da OIT, como parte do relatório de viagem entregue na Reitoria da UFRR. Boa Vista-RR, 28 de junho de 2013.

Essa temática sobre os desafios e problemas de carências de políticas públicas diferenciadas para a tríplice fronteira, convergiu com uma das propostas levadas pela delegação de Roraima a III CNC no final do ano de 2013 em Brasília-DF. Segundo a Revista do MinC, dedicada aos assuntos debatidos durante a Conferência, dentre as propostas encaminhadas por Roraima a etapa nacional, foi garantir por meio de acordos bilaterais, a circulação, a valorização e troca de experiências das produções culturais entre os países que fazem fronteira com o estado (REVISTA DO MINC, 2013).

É importante mencionar, em 2015 as sugestões de ajustes e alteração do mecanismo da Lei Estadual de Incentivo à cultura, foi realizada uma reunião com os artistas, produtores culturais, os membros do GTAP e os conselheiros do CEC-RR. As propostas foram reunidas em um documento oficial produzido pelo referido grupo. O blog dos Reagentes Culturais publicou em setembro de 2015, o conteúdo do documento na íntegra com as soluções apresentadas, eis:

- Constar o parecer de prestação de contas;
- Utilidades públicas do Estado, ter pontuação diferenciada (empreendedor cultural-pessoa jurídica);
- Sensibilizar os empresários, facilitando a abertura e diálogo com os artistas;
- Para apresentação da documentação ao GTAP (no primeiro momento não será necessário autenticar), somente na entrega posterior;
- Apresentação do conselho aos artistas (reuniões ampliadas-convites);
- A empresa deve entrar com o patrocínio de 20%
- Como poderia ser prestado conta dos 20% que não são repassados aos artistas (orientações e esclarecimentos no edital), diminuição do percentual dos 20% para 10%;
- Criação de um fundo sistemático agregado à Lei de Incentivo;
- Proposta de plano de mídia para apresentar a importância da Lei de Incentivo com relação aos empresários patrocinadores;
- Reunião ampla com incentivadores (contadores) e empreendedores;
- Divulgação da Lei de Incentivo também por parte dos artistas;
- Reunião com os aprovados (carta de crédito) com os representantes oficiais do GTAP/Conselho, para esclarecimentos com relação a prestação de contas, tributos de INSS, dentre outras mais situações referente à parte burocrática;
- Rever e analisar o item 8.2.4.3.2 referente ao edital do GTAP;
- Os projetos desenvolvidos e aprovados por todos os seguimentos artísticos e culturais poderiam realizar contrapartidas sociais para o Estado;
- Remuneração para componentes do GTAP por projetos analisados;
- Divulgação do edital antes de sua abertura;
- O edital ficar aberto por período anual. (BLOG REAGENTES CULTURAIS, 2015).

Ao analisar o Fluxo das Políticas Públicas, a maioria dos entrevistados considerou que o Blog Reagentes Culturais<sup>43</sup> desempenhou um papel estratégico entre os anos de 2014 a 2018 em prol da valorização da arte e da cultura no Estado de Roraima, além de ter estimulado a interação social entre os mais diversos segmentos culturais. Nesse contexto, o movimento impulsionou a agenda com realização de audiências e fóruns, colocando em pauta diversas temáticas: regulamentação do FUNCULTURA, pedidos de discussão e transparência na destinação dos recursos orçamentários para a cultura; propostas de ajustes na Lei Estadual de Incentivo a Cultura e melhor diálogo com relação ao andamento dos processos de pagamentos de projetos selecionados.

Convém mencionar, outro documento que teve a participação dos variados segmentos artísticos a “Carta de Roraima” durante o evento #dialogaculturarr, realizado em 2016. A referida Carta foi elaborada pelos representantes das áreas artístico-culturais e da sociedade civil e ainda teve como referência as estratégias, diretrizes, metas e ações do Plano Estadual de Cultura. O documento apresentou um diagnóstico da situação cultural do Estado e produziu propostas para os segmentos: artes cênicas; música; literatura, livro, leitura e bibliotecas; museologia e patrimônio histórico e cultural; cultura popular; cultura indígena; cultura afro-brasileira; comunicação e audiovisual; artes plásticas e visuais.

As propostas por segmentos foram detalhadas em problemas, causas e soluções. Entre as alternativas e soluções apresentadas na referida Carta podemos destacar: efetivação da Lei do FUNCULTURA e lançamento dos editais do Fundo por segmento cultural; criação e revitalização de espaços públicos multiculturais para atender adequadamente os diversos segmentos, com gratuidade e/ou contrapartida não financeira para utilização dos equipamentos culturais no Estado pelos grupos e artistas; Oferta gratuita de formação cultural em diferentes níveis (cursos livres, técnico e superior); Efetivação do sistema estadual de informações e indicadores culturais e mapeamento dos grupos, instituições e pessoas que atuam na área.

No que tange ainda a Carta houve uma preocupação com a inclusão e envolvimento de todos os municípios na construção das políticas públicas culturais

---

<sup>43</sup> Reagentes Culturais é um movimento cultural independente de Roraima formado por artistas, produtores e empreendedores culturais, criado em 2014.

como objeto de proposta. Foi estabelecida a indicação de revisão do PEC/RR, com ampla articulação entre os atores governamentais e não-governamentais. Com relação a contratação de serviços artístico-culturais o prazo de pagamento não ultrapasse a 60 dias. Outra ênfase dada, na Carta de Roraima foi quanto à nomeação dos próximos gestores da SECULT/RR em que exige a nomeação dos próximos gestores públicos exclusivamente mediante critérios técnicos e experiência em gestão cultural (BLOG REAGENTES CULTURAIS, 2016).

Menciona-se, nessa discussão outra ação, os bate-papos culturais realizados em 2017 sobre a Lei de Diretrizes Básicas e Lei Orçamentária Anual para o planejamento das ações de cultura foi intensificada. Os encontros aconteceram nos espaços culturais como Usina Ponto de Cultura e na Casa do Neuber, reuniu grupos de especialistas interessados em discutir alternativas para a política cultural local. Considera-se uma ação com reflexos positivo na formação da agenda.

Já em 2018, durante o processo eleitoral para cargos majoritários e proporcionais, os movimentos e segmentos culturais de Roraima promoveram a roda de conversa “Cultura em pauta nas eleições 2018”. Durante o evento, os organizadores representados pelas artistas Silmara Costa de Oliveira e Catarina de Fátima Ribeiro realizaram uma explanação histórica das principais conquistas da organização da cultura em Roraima.

Todos os candidatos e seus representantes tiveram oportunidade de apresentar suas propostas e ouvir os artistas e produtores culturais, representantes da sociedade civil. Ao final do encontro, foi apresentada uma “Carta Compromisso” com 15 propostas para o desenvolvimento das políticas culturais em Roraima, que foram assinadas pelos candidatos ou os seus representantes. Das propostas apresentadas, a atualização da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, ganhou destaque novamente nas demandas. O tema da formação e parceria com universidades e governos da Amazônia, não só retornou como demanda, como foi adicionada a alternativa de circulação e intercâmbios culturais e a criação de uma rede de pontos de cultura rural (Anexos).

Analisa-se que o processo de difusão das ideias ocorre por diferentes canais, assim o Fluxo das Políticas Públicas acaba produzindo uma lista de alternativas e soluções que sobressaem durante as discussões. Nem sempre as alternativas representam uma proposta consensual de uma comunidade ou grupo de interesse,

mas de certa forma conseguem reunir requisitos como relevância, aceitação pública e viabilidade técnica, conforme esclarece Kingdon:

Muitas ideias são geradas nessas comunidades. Propostas são sugeridas por vários meios: discursos, projetos de lei, audiências no Congresso, informações vazadas para a imprensa, circulação de *papers* e conversas particulares. Os atores divulgam suas ideias, criticam o trabalho dos colegas, aprimoram e revisam essas ideias e discutem novas versões. Algumas dessas ideias são acatadas, enquanto outras são descartadas. Contudo, muitas ideias são possíveis e são, de alguma forma, consideradas durante o processo. (KINGDON, 2007, p. 231).

Cabe notar, nas soluções apresentadas ao longo do período investigado, que algumas reivindicações têm recorrência. A título de exemplo: ajustes na Lei de Incentivo a Cultura; parcerias na área de formação com instituições de ensino, cumprimento dos prazos de pagamento dos artistas.

É o que Kingdon chama de processo de “amaciamento” das propostas favoritas. Pois “no processo de desenvolvimento de políticas públicas, a reelaboração (a junção de elementos já familiares) é mais importante do que a transformação (o aparecimento de formas totalmente novas)”. (KINGDON, 2007, p. 232).

#### **4.3.4 Fluxo Político**

Para Capella (2005) o Fluxo Político, independente do reconhecimento dos problemas ou das alternativas possui suas regras e dinâmicas próprias. A movimentação desta corrente depende basicamente de três elementos que contribuem para a sua efetivação: clima ou humor político; forças de políticas organizadas e as mudanças nos governos.

Nessa discussão, no relato da maioria dos entrevistados que participaram da demanda de criação da SECULT/RR e da adesão ao SNC na agenda governamental, um dos principais argumentos era que Roraima estava entre os poucos estados da federação que ainda não tinha uma secretaria de cultura.

O primeiro-secretário da SECULT/RR, Marco Aurélio Porto Fonseca<sup>44</sup>, destaca um clima político local e nacional propício, a orientação do MinC era de adesão dos estados ao SNC, menciona:

Foi um momento muito positivo entre a sociedade civil e o poder público que se uniu em prol de um único objetivo. Contamos com assessoria e consultoria técnica do Ministério da Cultura, dos membros do Conselho Estadual de Cultura. [...] e também contamos com o apoio dos grupos folclóricos, grupo de boi, ciranda, cangaço, e muitos outros movimentos foram importantíssimos para que o governador tomasse a decisão de autorizar a criação da secretaria de cultura. (ENTREVISTADO MARCO AURÉLIO PORTO FONSECA, 2018).

Com efeito, durante as entrevistas foi possível identificar que o ingresso da adesão de Roraima ao SNC na agenda governamental, não foi por conta de uma crise ou agravamento de um problema. O primeiro componente deste fluxo mais destacado foi o humor e o clima político nacional favorável. O tema fazia parte tanto da agenda do governo federal e como de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o que se tornava uma proposta pública relevante. A ex-integrante do CEC-RR, Silmara Costa de Oliveira, destaca que o momento político nacional possibilitou o processo de organização e institucionalização do setor de cultura de Roraima, a seguir seu depoimento:

Falando em política, falando em influência de determinadas demandas da agenda pública, nós tínhamos um momento, um clima político nacional favorável, tanto para a construção de políticas públicas, quanto para o atendimento das demandas sociais. [...] Observamos que alguns estados, como o Ceará, já tinha caminhado com suas políticas e virado uma referência na área de cultura. [...] Ai nós começamos a despertar nesse período. (ENTREVISTADA SILMARA COSTA DE OLIVEIRA, 2018).

É importante destacar nesse fluxo a pressão dos segmentos sociais, o envolvimento de artistas e ativistas da cultura local que deram respaldo político aos atores governamentais em inserir na agenda a proposta de criação da SECULT/RR, elaboração do PEC/RR, a criação da lei do FUNCULTURA, entre outros

---

<sup>44</sup> Marco Aurélio Porto Fonseca, atuou como chefe do Departamento de Cultura da SECD entre os anos de 2009 a 2012 e como Secretário da SECULT- RR de 2013 a 2014. Entrevista realizada no dia 21 de agosto de 2018 concedida a Selmar de Souza Almeida Levino em Boa Vista-RR.

mecanismos legais. Identifica-se nessa corrente o Fluxo Político como forças políticas organizadas.

Os entrevistados destacaram ainda o empenho e a articulação dos técnicos do MinC na mobilização de estados e municípios brasileiros, entre os anos de 2013 e 2015, na apresentação dos benefícios da adesão ao SNC para o desenvolvimento de políticas culturais no âmbito local, o que proporcionava aos atores governamentais uma certa segurança com relação a viabilidade técnica para a formação da agenda pública.

Por fim, os entrevistados consideraram as mudanças administrativas no governo federal e estadual como desdobramentos decisivos para a alta ou baixa importância das demandas na agenda pública de cultura. Kingdon (2007) explica que o desenvolvimento de propostas entra ou saem da agenda de acordo com uma dinâmica e regras próprias, como eleições que trazem novos governos, novas configurações partidárias ou ideológicas, etc.

Percebe-se durante as entrevistas um consenso com relação ao enfraquecimento do processo de formação da agenda pública a partir da saída do governo da presidente Dilma Rousseff. Corroborar-se a afirmativa com a entrevistada Silmara Costa de Oliveira, que explicou que nos últimos dois anos houve uma desarticulação das políticas culturais, em que a maioria dos fóruns, comissões nacionais e até o Conselho Nacional de Políticas Culturais não estavam funcionando.

É evidente que vai perdendo forças a agenda de cultura com as mudanças administrativas em nível de Brasil e local também, aguardando direcionamento federal e estadual respectivamente.

#### **4.3.5 Diálogo entre o poder público e a sociedade civil**

É importante mencionar o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, pois remete a reflexão sobre a participação social como mecanismo de escuta e boa prática de gestão. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a participação social tornou-se um componente essencial na articulação de políticas públicas como garantia da legitimidade nos processos de decisões públicas.

A participação vai muito além dos mecanismos institucionalizados, pois, depende da dinâmica de envolvimento dos interessados em criar espaços de

diálogo. Na visão de Tavares (2014), o conceito de participação está no nível de importância que é dado para esta prática social no contexto das sociedades democráticas, pois a:

[...] a participação é um conceito chave para a gestão social tanto nas teorizações e construção de conceitos; no desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias de abordagem quanto nas análises empíricas de experiências específicas. Em todos os sentidos, distancia-se de uma racionalidade instrumental e vai além dos mecanismos institucionalizados na vida política, opondo-se a uma estrutura cultural, política e econômica que, apesar dos avanços, ainda define as formas e os espaços nos quais se é permitido “participar”. Portanto, o conceito de participação está na essência da gestão social enquanto *práxis*. Onde quer que atue, o gestor social precisará lidar com as tensões e potencialidades teórico/práticas dos processos participativos. (TAVARES, 2014, p. 134).

Além dos mecanismos formais previstos, como por exemplo, os conselhos de políticas públicas, Neves (2008) explica que o processo de democratização a partir dos anos de 1980 possibilitou e potencializou os mecanismos de participação social para a politização da sociedade através do empoderamento desta, com regulamentação, garantias e direitos.

Neves (2008) ainda aborda que são os tipos de participação que se acentuam na sociedade e moldam o associativismo e vão desenhando novas configurações sobre os tipos de participação com caráter plural. Essas novas configurações estão cada vez mais se tornando comum na participação de cidadãos na gestão da política local, a urgência de algumas ações, em que as participações representativas formais demandariam mais tempo para serem concebidas, acabam sendo politicamente superadas por novos mecanismos de pressão social, conforme se observa o papel decisivo no caso da cultura local com a ação do coletivo Reagentes Culturais.

Para os entrevistados o CEC-RR é um espaço de grande importância para a institucionalização e legitimidade das demandas. No entanto, observa-se que outras esferas de participação e diálogo são estabelecidas ao longo do processo de formação da agenda pública, quase como uma resposta da sociedade a aparente apatia dos espaços formais de participação social, ou seja, quando a sociedade civil tem urgência e descredita das instituições, outras vozes cumprem papel definitivo na fiscalização e na reformatação das agendas públicas.

É nesse contexto que a atuação do movimento Reagente Culturais intensifica o seu papel juntamente com outros grupos a partir de 2017 agregando outras

iniciativas como o movimento formado prioritariamente por grupos de culturas populares e tradicionais utiliza-se da estratégia de roda de prosa para debater a proposição de políticas públicas.

Nota-se que os movimentos sociais locais ao longo do período estudado, buscaram nos anos de 2013 a 2015 a institucionalização das políticas públicas e a partir de 2016, a mobilização ficou mais voltada para discussão da política de distribuição de investimentos públicos e para a transparência dos processos públicos. “[...] temos uma sociedade civil que hoje busca discutir orçamento, isso para mim é um ganho, quando que há 10 anos, nós tínhamos ideia de que este momento ia existir” (ENTREVISTADA SILMARA COSTA DE OLIVEIRA, 2018).

A política nacional de cultura vigente no país e em Roraima considera a participação e o diálogo como ferramenta determinante para legitimação dos processos públicos, durante as entrevistas percebe-se uma variação de opiniões entre os entrevistados. Destaca-se que dois membros do CEC-RR da gestão 2016-2019, ligados ao segmento do poder público optaram por não responder a questão sobre o diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Nessa pesquisa, a maioria dos entrevistados informou que ocasionalmente o diálogo é aberto e participativo entre o poder público e a sociedade civil na elaboração e execução de ações de cultura, destacaram ainda que dependendo da situação e da conjuntura política, quando há interesses políticos governamentais, a agenda da cultura torna-se uma prioridade.

Mencionaram ainda que nos últimos anos quando há o diálogo, a iniciativa vem da sociedade civil. Neste contexto, Milani (2008) aborda que a participação se desenvolve por relações marcadas por conflitos, em que os atos dos atores políticos podem envolver uma série de interesses tais como a autopromoção, a realização da cidadania, etc.

Cabe ressaltar que nos depoimentos dos secretários de cultura Marco Aurélio Porto Fonseca, Marcos Jorge de Lima<sup>45</sup> e Selma Maria de Souza e Silva Mulinari, há a busca de fazer a interface com alternativas de diálogo e participação, na qual foi possível ouvir opiniões, sugestões e críticas sobre a formação da agenda pública de

---

<sup>45</sup> Marcos Jorge de Lima atuou como secretário da SECULT- RR de janeiro a novembro de 2015. Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2018 concedida a Selmar de Souza Almeida Levino em Brasília-DF.

cultura. Entre os canais de comunicação, destacam-se as conferências de cultura, pareceres emitidos pelo CEC-RR e os eventos que produziram relatórios de estudos relacionados ao patrimônio cultural de Roraima, o modelo de criação de secretaria de cultura e as conferências. A seguir, as falas dos respectivos secretários:

[...] os prefeitos e secretários municipais nos permitiram conversar com toda a sociedade, nós visitamos todos os municípios, eu fui pessoalmente, [...] juntamente com técnicos do Ministério da Cultura e da secretaria, fazendo a sensibilização e reuniões para coleta de informações para elaboração do nosso Plano Estadual de Cultura. (ENTREVISTADO MARCO AURÉLIO PORTO FONSECA, 2018).

Assim que assumi a Secretaria de Cultura em janeiro de 2015, tratei de chamar os artistas, não apenas os ícones do nosso Estado, mas os agentes culturais, as pessoas que promovem cultura [...]. Tratei de conversar também com os servidores para verificarmos de que forma nós poderíamos avançar na agenda de cultura do estado de Roraima, o que nós precisaríamos para continuar avançando para fecharmos o Sistema Estadual de Cultura. Desta maneira, estabelecemos, além de está com as portas abertas do gabinete da Secretaria de Cultura [...], também está dialogando com os poderes e outros órgãos para promovermos as ações da secretaria de cultura. (ENTREVISTADO MARCOS JORGE DE LIMA, 2018).

Quando assumi a Secretaria de Cultura em 2016, nós começamos a fazer um trabalho de base porque a cultura é formada por segmentos, assim como o Conselho Estadual de Cultura [...]. Nós resolvemos fazer um pré-evento antes das conferências, o #dialogaculturarr, nós pensamos um evento [...] para coletar informações dentro dos segmentos para que pudéssemos subsidiar o que seria importante [...]. (ENTREVISTADA SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI, 2018).

Cabe notar, que independente da forma de participação, o diálogo deve existir nos processos decisórios para que sejam priorizadas na agenda pública as demandas de interesse coletivo. O diálogo contribui com a democratização dos processos, com a garantia dos direitos e com o fortalecimento da rede de relacionamento entre os atores governamentais e não-governamentais.

#### **4.3.6 Sobre a adesão do SNC em Roraima**

O estado de Roraima conseguiu reunir os elementos constitutivos obrigatórios para organização do sistema estadual de cultura (órgão gestor específico, conselho, conferência, fundo e plano de cultura) após cinco anos da adesão ao SNC. Com

relação à formação e execução da agenda pública de cultura foi possível levantar informações através dos entrevistados, onde a maioria considerou que houve avanços no campo da organização da legislação que ampara a política de cultura. No entanto, em termos práticos observam-se baixos impactos de melhoria na execução das ações e alcance dos objetivos da Política Nacional de Cultura, tais como acesso, promoção da diversidade cultural e preservação dos patrimônios culturais materiais e imateriais, entre outras formas de garantias de direitos culturais.

A título de exemplo, destacam-se os seguintes problemas: estado de depreciação dos prédios públicos e históricos que atravessaram governos e gestões e se encontram em situação de abandono; insuficiência de dotação orçamentária; atraso na regulamentação do FUNCULTURA; demora na publicação de editais de incentivo e falta do pagamento de projetos culturais aprovados.

Nesse contexto, parte dos entrevistados oriundos do CEC-RR, pontuaram questões importantes que marcam o processo de amadurecimento político e o crescente de nível de conscientização de atores chaves das agendas públicas sobre o papel do Estado e da sociedade civil na priorização da cultura como fundamental para o desenvolvimento humano, econômico e social.

Entretanto, há que registrar, segundo estes, a preocupação quanto a insuficiência do SNC enquanto ferramenta de apoio e gestão, pois, uma política pública de cultura pode ser estruturada como um sistema, mas jamais este alcançará êxito nos seus objetivos sem maior clareza da cultura como essencial a vida ou sem a necessária consciência política dos atores que decidem sobre a amplitude humana, histórica, filosófica, econômica e social da política de cultura como a expressão mais evidente de desenvolvimento de um povo. Eis as falas dos entrevistados do CEC-RR sobre a adesão ao SNC:

2013 foi um ano histórico para a cultura local com a adesão de Roraima ao SNC e a criação da SECULT em janeiro do mesmo ano. Porém, os avanços são imperceptíveis. A impressão que se tem é de que estamos sempre começando. É preciso ter espaços estruturados e equipados. É necessário ter fonte de financiamento para ordenar a produção cultural. A agenda de cultura estadual limita-se aos eventos do arraial, natal e umas poucas atividades, dentre as quais, o Dia do Escritor Roraimense; o lançamento do Edital da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, este, é o que vem mantendo a realização de eventos, publicação de livros e realização de espetáculos, por

meio dos projetos aprovados no Conselho Estadual de Cultura. (ENTREVISTADA VÂNIA COELHO DE SOUSA<sup>46</sup>, 2018).

Avançou na constituição da SECULT; na forma de escolha dos membros da sociedade civil do Conselho de Cultura; Hoje temos a Lei do Fundo e um número maior de pessoas compreendo o funcionamento da política de cultura; Há discussões sobre o orçamento público da cultura por parte da sociedade civil e houve ainda a criação de secretarias e conselhos municipais. (ENTREVISTADA SILMARA COSTA DE OLIVEIRA, 2018).

O Sistema Estadual de Cultura (SEC/RR) foi criado por lei, porém não é executado, considerando que as orientações e a visão de ação sistêmica fazem parte das ações de planejamento da gestão pública de cultura. O SEC/RR existe de direito e não existe de fato. (ENTREVISTADA ELENA CAMPO FIORETTI, 2018).

Efetivamente não causou o impacto esperado na sociedade. (ENTREVISTADO SERGIO RICARDO SILVA DE BARROS<sup>47</sup>, 2018).

Apesar do surgimento de alguns mecanismos dos sistemas municipais e estadual, na prática pouco mudou. (ENTREVISTADO MANOEL ROLLA VILA BOAS<sup>48</sup>, 2018).

As informações estão sendo repassadas, porém ainda não foi executado por meio de ações. (ENTREVISTADO WILKINSON DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA<sup>49</sup>, 2018).

Ainda há pouca atenção, porém, há a promessa de melhorias no setor cultural. (ENTREVISTADO JÂNIO TAVARES<sup>50</sup>, 2018).

Até o momento não foi efetivamente implantado. (ENTREVISTADO SEBASTIÃO MOURA<sup>51</sup>, 2018).

No que diz respeito a fala dos entrevistados que foram gestores públicos a maior dificuldade para a implementação efetiva do sistema ainda é a disponibilidade de orçamento compatível com as demandas da cultura. Os três secretários da SECULT/RR fizeram suas considerações sobre a situação do SNC na agenda pública de cultura em Roraima, a seguir:

---

<sup>46</sup> Vânia Coelho de Sousa atuou como vice-presidente do CEC-RR nos anos de 2012 e 2013. Resposta referente a entrevista foi encaminhada por e-mail no dia 15 de setembro de 2018 a Selmar de Souza Almeida Levino.

<sup>47</sup> Sergio Ricardo Silva Barros atuou como presidente do CEC-RR nos anos de 2014 e 2015. Entrevista realizada em 27 de setembro de 2018 concedida a Selmar de S. Almeida Levino em Boa Vista-RR.

<sup>48</sup> Manoel Rolla Vila Boas atuou como vice-presidente do CEC-RR nos anos de 2016 e 2017. Entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2018 concedida a Selmar de Souza Almeida Levino em Boa Vista-RR.

<sup>49</sup> Wilkison do Nascimento de Oliveira atuou como vice-presidente do CEC-RR no ano de 2018. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2018 concedida a Selmar de Souza Almeida Levino em Boa Vista-RR.

<sup>50</sup> Jânio Tavares atuou como membro do CEC-RR no período de 2016 a 2018. Entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2018 concedida a Selmar de Souza Almeida Levino em Boa Vista-RR.

<sup>51</sup> Sebastião Moura atuou como presidente do CEC-RR no ano de 2018. Entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2018 concedida a Selmar de Souza Almeida Levino em Boa Vista-RR.

O principal obstáculo é o financeiro, o orçamento que temos ainda hoje na cultura é mínimo. Não conseguimos realizar todas as ações e atingir as metas estabelecidas. [...] não conseguimos pensar em cultura sem investir e para investir precisamos da sensibilização do poder público. E mais nessa época que estamos vivendo um momento tão difícil no nosso Estado e no nosso país, onde qualquer dificuldade no governo, a primeira redução acontece na área de cultura. (ENTREVISTADO MARCO AURÉLIO PORTO FONSECA, 2018).

Nós entramos com a visão de Estado, eu penso que o serviço público tem que ter continuidade, se a gestão que lhe antecede teve condições de fazer mais ou menos depende de diversos fatores, fatores muitas vezes alheios a vontade do próprio gestor que estava conduzindo a época a pasta, [...] então tratei de fazer um levantamento, verificar quais eram as pendências, o que tínhamos em andamento [...], o que poderíamos aperfeiçoar, olhei para o sistema estadual de cultura, comecei a verificar o que já estava estruturado e o que estava pendente [...] e comecei me dedicar junto com a equipe, fizemos uma formação técnica na secretaria para que pudéssemos avançar com a agenda da cultura no Estado. [...] Então, sim houve avanços com a adesão ao SNC, agora precisa haver um mecanismo que garanta o orçamento e o financeiro suficiente anualmente para que seja dado continuidade para o que se pensou para o sistema estadual de cultura. (ENTREVISTADO MARCOS JORGE DE LIMA, 2018).

Quando assumi a secretaria de cultura, tínhamos um problema que era a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, pois foi feita uma assinatura simbólica mas não sido implementado. O sistema de cultura para um Estado é muito oneroso [...] é um sistema que envolve um todo onde acontece o *start* para o planejamento [...] e para implementar de forma como sistema requer, então tem que trabalhar para suprir as demandas de todos os segmentos. [...] aqui não temos escola de teatro, o prédio do teatro está naquela situação precisando de reforma, não temos uma escola de circo, a escola de música [...] trabalha em condições limitadas, não temos a maioria do aparelhamento necessário para trabalhar com o sistema. (ENTREVISTADA SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI, 2018).

Na análise, percebe-se que os membros do conselho de cultura não conseguiram visualizar na prática os efeitos previstos nas diretrizes e objetivos do PEC/RR a partir da adesão de Roraima ao SNC. Reconhecem que a legislação necessária para efetivação do sistema no âmbito estadual foi providenciada, no entanto, não há ações efetivas que traduzam o desenvolvimento de políticas culturais no Estado. Ressaltaram que em termos de compreensão da política cultural, a sociedade civil encontra-se mais consciente dos seus direitos e tem conhecimento do estágio de organização do sistema e onde estão as principais demandas analisadas pelo Fluxo das Políticas Públicas.

Nesse debate, Vilutis e Rubim (2018) ressaltam a importância de a política cultural estar sintonizada com as demandas da sociedade civil, não apenas aquelas voltadas para as artes e o patrimônio, mas aquelas que abarcam a larga diversidade

de áreas culturais. Os referidos autores argumentam ainda que é das pessoas, dos fazedores de cultura que emerge um espaço crítico e privilegiado para o desenvolvimento cultural, a cultura tem um papel crítico em relação ao mundo e ao Brasil contemporâneo.

Por fim, observou-se nas entrevistas que apesar de o SNC priorizar a participação social em todos os estágios da organização do sistema, ainda há uma relação pouco participativa entre o poder público e a sociedade civil para o enfrentamento dos principais obstáculos que demandam a sociedade ao sistema de cultura, os atores governamentais e não-governamentais continuam na maioria das vezes debatendo os assuntos da política cultural cada um com seus pares, não há estímulo da criação de mecanismos de comunicação entre os segmentos e nem ações de fortalecimento das instâncias consultivas.

Ressalta-se que o poder estadual não conseguiu estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações com os órgãos de cultura municipais, estaduais e federais, a relação com os municípios aconteceu de maneira muito pontual, sem nenhuma estratégia política, clara e transparente de incentivo aos entes municipais.

#### **4.3.7 A diversidade cultural na agenda pública de cultura em Roraima**

No contexto da região Amazônica é um desafio investigar a diversidade cultural, no que diz respeito aos dinâmicos processos de atribuição de sentidos e significados. Com efeito, o eixo dedicado à diversidade cultural do PEC/RR é fundamentado por dois objetivos, quatro estratégias, 20 ações e quatro metas. O referido plano destaca nos seus objetivos a importância do desenvolvimento de políticas culturais em favor do reconhecimento da diversidade local: “Reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica [...]; proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e respectivas manifestações e expressões culturais do estado de Roraima” (RORAIMA, 2016).

No capítulo anterior, a análise mostra que o processo sociocultural é marcado por influências que permeiam a história de Roraima. Historicamente, a influência indígena é evidente, entretanto, não podemos negar o reconhecimento de outras matrizes culturais, que caracterizam nossos encontros étnicos, sincretismos e mestiçagens do povo.

Nessa discussão, a história de ocupação da Amazônia Caribenha e a troca de saberes entre os povos fronteiriços (Venezuela e Guyana) somados ao processo migratório interno, sobretudo do povo nordestino, faz de Roraima um ente federativo de múltiplas culturas cuja dinâmica reflete nas relações sociais, políticas e em toda produção cultural, como a dança caipira e do parixara, a culinária e o artesanato indígena e nordestino, na música com o forró e o reggae, na medicina tradicional com suas crenças, costumes, dentre outras influências culturais.

A legislação existente referente à política cultural, não reflete de forma concreta na agenda pública de cultura quanto a promoção da diversidade cultural. Nesse contexto, corroborado pela fala do ex-presidente do CEC/RR “[...] houve alguns avanços significativos com relação a implementação do SNC, mas efetivamente o resultado não causou nenhum impacto na promoção da diversidade cultural” (ENTREVISTADO SERGIO RICARDO SILVA BARROS, 2018).

Os mecanismos legais de amparo à política cultural em Roraima visam à garantia dos direitos culturais, a promoção e a proteção da diversidade cultural. Atendem ainda as premissas estabelecidas nos tratados da UNESCO, as quais visam a criação de condições para a interação, respeito e diálogo entre as culturas.

Entretanto, a maioria dos entrevistados considerou que as ações voltadas para a promoção da diversidade cultural alcançam de forma insuficiente os segmentos culturais. Historicamente, as culturas indígenas, populares e tradicionais estiveram às margens do acesso a incentivos, apoio institucional e espaço na agenda pública de cultura. Consoante às preocupações que desafiam a promoção da diversidade no Estado, o entrevistado do CEC/RR, Wilkinson do Nascimento de Oliveira destaca que um dos problemas é que as ações institucionais se repetem ano a ano os mesmos segmentos e não buscam contemplar uma variedade de segmentos culturais.

No que diz respeito à Lei de Incentivo fiscal do Estado, é lembrado por alguns dos entrevistados como um instrumento de promoção da diversidade. Ressalta-se ainda a preocupação com a problemática não só de Roraima, mas do Brasil que é vencer a burocracia imposta para credenciar, acessar, receber, executar e prestar contas referentes aos repasses de recursos públicos. Hoje os segmentos tradicionais e populares têm dificuldades de acesso à internet, baixo nível de instrução e resistência cultural as adequações que a burocracia exige como garantia de acesso.

A sociedade civil por meio de iniciativas paralelas e independentes, informalmente vinculadas a agenda cultural do Estado não deixou de criar espaços de convívio e produção de sua arte, onde revelam-se talentos, saberes e expressões de diversas naturezas. Dentro deste contexto, as conselheiras do CEC/RR exemplificam com propriedade como os movimentos culturais tem buscado fomentar e promover a diversidade cultural para além da agenda oficial de cultura, a seguir:

Não identifico programas, projetos e ou ações que estejam presentes as questões ligadas a diversidade cultural no âmbito do poder público. Existem iniciativas independentes que lutam pelo reconhecimento e pela inserção das ações e agendas para uma política pública de cultura que reconheça e valorize a cultura em sua diversidade. (ENTREVISTADA ELENA CAMPO FIORETTI, 2018).

A sociedade civil, com ou sem apoio político, tem realizado eventos culturais, mostrando assim sua diversidade, onde já fazem parte dos calendários de seus municípios como o Festival de Quadrilhas dos Maranhenses, os eventos indígenas – Festival da Panela de Barro, Festa do Beiju, Festa da Damorida e Festival de Capoeira, etc. (ENTREVISTADA DAYANA SOARES ARAÚJO PAES<sup>52</sup>, 2018).

Essa agenda é construída por instituições de educação, universidades, sociedade civil organizada, artistas, entre outros. A diversidade cultural promove uma variedade de expressões culturais. É preciso construir uma agenda com ações afirmativas que defendam a inclusão, permitindo que todos tenham as mesmas oportunidades e exercitem suas potencialidades. Em um ambiente democrático. (ENTREVISTADA VÂNIA COELHO DE SOUSA, 2018).

É importante ressaltar o fomento da participação de gestores públicos estaduais e municipais para que assumam o compromisso de contribuir com informações sobre a diversidade cultural, pois, há uma deficiência na sistematização de uma base de dados. O eixo estruturante denominado “Diversidade” do PEC/RR compõe o debate central da problemática desta pesquisa. A partir das entrevistas, documentos oficiais e matérias jornalísticas percebe-se que a agenda pública de cultura no Estado precisa contemplar todos os segmentos culturais de forma efetiva, com uma gestão compartilhada, participativa e de contribuição mútua entre os entes federativos.

---

<sup>52</sup> Dayana Soares de Araújo atuou como membro do CEC/RR no período de 2016 a 2018. Resposta referente a entrevista foi encaminhada por e-mail no dia 12 de setembro de 2018 a Selmar de Souza Almeida Levino.

Nota-se ainda, que a agenda pública da cultura em Roraima apresenta obstáculos que sempre estiveram presentes em sucessivos governos como orçamento insuficiente, incompreensões conceituais sobre o papel da cultura enquanto política pública, baixa capacidade organizacional e estrutural das instituições no campo da cultura. Estes fatores fragilizam a disposição operacional e criativa dos agentes públicos e de outros atores estratégicos para o efetivo alcance dos objetivos do SNC no Estado.

Para responder a problemática desta pesquisa, impõe ir além da análise das metas no PEC/RR previstas no eixo da “Diversidade” se foram ou não atingidas, mas fundamentalmente, analisar o processo de formação da agenda, as condições da gestão, o papel dos atores, a história política e administrativa do Estado, a formação étnica e cultural e a dinâmica dos fluxos já analisados nesta pesquisa.

É importante destacar o esforço do trabalho de pesquisadores no campo da cultura que desenvolvem pesquisas voltadas a socialização, troca de conhecimentos e sensibilização para a importância da criação e fortalecimento de um ambiente democrático, voltado para a proteção, promoção e valorização da diversidade cultural do Estado. Destaca-se como exemplo os projetos de extensão e pesquisa da UFRR: Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana<sup>53</sup>; Programa de Extensão Insikiran Anna Eserenka<sup>54</sup>, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>55</sup> e Programa de Extensão Rede Acolher.<sup>56</sup>

Neste sentido, verificou-se ao fazer uma interface com o referencial teórico que as concepções de análise das políticas públicas, denominadas “Estatocêntrica” e “Multicêntrica” e das políticas culturais concebidas como “Democratização Cultural” e “Democracia Participativa”, no processo de formação da agenda pública em Roraima, possuem com mais proeminências características das concepções conservadoras e centralizadoras. As ações no campo da cultura ainda estão centralizadas nos atores governamentais sem levar em consideração a participação

---

<sup>53</sup> O programa foi criado em 2009 e tem o objetivo de valorizar e socializar o uso das línguas macuxi e wapichana entre os índios e não-índios.

<sup>54</sup> Criado em 2013, o programa tem o objetivo de divulgar e valorizar a cultura indígena por meio do Grupo Musical Cruviana com trocas de saberes no campo da música.

<sup>55</sup> Este projeto busca materializar a manifestação da autcartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Entre as ações, destaca-se a publicação do fascículo “Os maranhenses do bairro Santa Luzia: Cultura e Identidade da Comunidade São Raimundo Nonato” em 2015.

<sup>56</sup> É uma iniciativa voltada para o atendimento dos imigrantes que chegam a Roraima e que precisam de apoio e orientação quanto acesso aos serviços de saúde e educação, pedidos de refúgio e cursos de língua portuguesa e qualificação profissional.

social, ou seja, estão ligados mais a concepção “Estatocêntrica”, apesar dos debates da sociedade civil ter buscado a proposição de políticas públicas com posturas de vertentes mais recentes, como a “Multicêntrica”, que potencialmente seria capaz de proporcionar a valorização efetiva da cultura como compromisso institucional e político de garantia de acesso a todos os segmentos culturais na agenda pública, com mais liberdade criativa, democracia, transparência e respeito às especificidades culturais.

Em síntese, a análise do processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima e seu diálogo com o SNC no período de 2013 a 2018 reflete a vertente “Democratização Cultural”, de ações mais restritas no âmbito do alcance dos segmentos populares e tradicionais, não há uma preocupação no fortalecimento de todas as formas de cultura e na valorização da diversidade. A agenda pública no Estado está dedicada prioritariamente na execução de eventos com forte apelo midiático, desconsiderando a maioria das alternativas e soluções apontadas no Fluxo das Políticas Públicas por meio das conferências, audiências, roda de conversa, estudos, relatórios e leis que se constituíram no recorte temporal desta pesquisa.

No que se refere ao diálogo com o SNC, a agenda não buscou intensificar as políticas públicas que atendam a dimensão simbólica da cultura para o fortalecimento dos laços de identidades dos diferentes grupos sociais; na dimensão cidadã ao permitir que a sociedade participe mais da vida cultural, tendo mais acesso a livros, teatros, circo, filmes nacionais, etc.

E por fim, atender a dimensão econômica em que considera o potencial da cultura para geração de emprego e renda, como o exemplo, a valorização do turismo cultural. Neste sentido, por um lado, ressalta-se o esforço dos atores envolvidos, principalmente, no tocante a legislação cultural do estado de Roraima. Por outro lado, afirmo que a “vontade política” dos tomadores de decisão é fundamental na formação da agenda pública.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima oportunizou a compreensão das diversas discussões sobre a institucionalização de uma política estadual de cultura voltada para criar e acolher ideias, projetos e ações menos excludentes, com dotação orçamentária própria, gestão democrática e tecnicamente qualificada para acompanhar o desenvolvimento do Estado. O tema da valorização da cultura enquanto política pública e os enfrentamentos democráticos entre a sociedade civil e o poder público pela destinação de mais verbas e transparência na aplicação dos recursos marcou de forma significativa as ações dos movimentos sociais e as falas dos conselheiros de cultura nas entrevistas.

Nessa investigação percebeu-se que: 1) houve relativa agilidade do ente estadual em corresponder as condicionantes do governo federal quanto ao cadastro no Sistema Nacional de Cultura (SNC). Posto que, este ainda era um instrumento de política pública recente, quando os relatórios do Ministério da Cultura (MinC) referentes a sua implantação no país registraram e perdura até o momento desta pesquisa, o estado de Roraima em primeiro lugar na região norte em números percentuais de municípios cadastrados, e no ranking nacional encontra-se em 5º lugar; 2) Não se evidencia a materialização das leis em forma de ações efetivas e permanecem as desigualdades de acesso, tanto em relação a cooperação técnica entre os entes quanto a incentivos financeiros; 3) Observou-se ainda o não alcance dos objetivos referente a diversidade cultural, como previstos na política nacional de cultura, conforme verificou-se na subseção que aborda a questão do atendimento a diversidade cultural no Estado.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima e seu diálogo com o SNC no período de 2013 a 2018. Constatou-se que o referido objetivo foi atendido porque o estudo com base no Modelo dos Múltiplos Fluxos de John Kingdon conseguiu identificar os atores e a dinâmica de suas relações, os fluxos e as contribuições, deixando mais claro a forma como transcorre o debate e o acolhimento de cada demanda pelo poder público e sociedade civil, antes de tornarem-se assuntos prioritários e componentes da agenda pública.

Ressalta-se que o modelo dos múltiplos fluxos apresentou-se aplicável a realidade local, pois, foi possível identificar os três fluxos (Fluxo dos Problemas,

Fluxo das Políticas Públicas e Fluxo Político) e investigar os momentos em que houve convergência, complementação e até a exclusão das variáveis produzidas durante o processo da formação da agenda pública: o primeiro objetivo específico correspondeu a seção que discutiu os pressupostos teóricos e conceituais das acepções de cultura, políticas públicas e políticas culturais como ponto de partida para esta investigação. Com esse estudo, discutiu-se as principais correntes filosóficas e o conceito de cultura do ponto de vista antropológico e voltado para a aplicação das políticas públicas.

O segundo objetivo específico foi atendido por meio da seção que analisou a trajetória das políticas culturais e os atos que compõem a organização dessa temática no Brasil e em Roraima. A investigação desse objetivo trouxe para a pesquisa o embasamento documental com os marcos históricos e normativos da política pública de cultura no âmbito nacional e estadual;

O terceiro objetivo específico correspondeu à seção das análises e dos resultados com propósito de identificar e analisar os fluxos decisórios dos processos relacionados à formação da agenda pública de cultura em Roraima no contexto da diversidade cultural. Além de explorar o percurso cronológico referente ao recorte temporal do trabalho, verificou-se o estágio de organização do SNC em Roraima, os atores envolvidos e como se processa o diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Nesse contexto, por fim, evidenciou-se que a agenda pública de cultura em Roraima atendeu de forma pontual e insuficiente a promoção da diversidade cultural no Estado no período analisado. Observou-se com aporte nas falas da maioria dos entrevistados, nos documentos e relatórios oficiais que as ações realizadas não atenderam a variedade dos segmentos culturais. Principalmente daqueles as margens do acesso a financiamentos e de reconhecimento público, tais como os mestres dos saberes populares e tradicionais das culturas indígena e negra, moradores de zonas rurais e periféricas e aqueles sujeitos marginalizados pelos processos migratórios. No entanto, identificou-se iniciativas independentes que com ou sem o apoio do poder público buscam contribuir com a promoção e valorização das manifestações e expressões culturais, entre as ações lembradas pelos entrevistados, destacam-se o Festival da Panela de Barro, Festa do Beiju, Arraial dos Maranhenses e rodas de prosas que fomentam e contribuem na preservação das cantigas, histórias, danças, fazeres artesanais, crenças, costumes e outros

saberes que simbolizam a cultura local.

Diante da metodologia adotada, verificou-se que o Fluxo das Políticas Públicas, que trata das alternativas e soluções, é a variável que menos exerceu influência de poder decisório sobre a agenda em detrimento dos outros fluxos analisados, comprovando aspecto importante da teoria de Kingdon, onde o referido fluxo figura como o mais propositivo e o menos considerado na definição das agendas. Nesse quadro, constatou-se que o processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima é dinâmico, as mudanças ocorrem de maneira muito rápida de acordo com a vontade política dos tomadores de decisão, ou seja, flutuam, podendo obstruir ou redefinir a agenda quando das trocas dos atores governamentais ou quando surgem outras demandas políticas.

As questões que não foram abordadas nesta pesquisa serão objeto de estudos posteriores, terão continuidade no doutorado. Vale ressaltar que esta dissertação explora o processo de formação da agenda que corresponde apenas a uma fase do ciclo de uma política pública. Considera-se este trabalho como uma contribuição para o entendimento do processo de planejamento de políticas públicas que envolve outras etapas igualmente importantes que podem ser pautadas em outras pesquisas, tais como: implementação, monitoramento, avaliação, ajuste ou exclusão de uma política pública.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Simone; BOULLOSA, Rosana de Freitas. O estudo dos instrumentos de políticas públicas uma agenda em aberto para experiências de migração de escala. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, jan./jun. p. 59-69, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/52>>. Acesso em: 29 maio 2017.

APÓS anos abandonada, Casa da Cultura é limpa por reeducandos. **Folha de Boa Vista**, 25 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Apos-anos-abandonada-Casa-da-Cultura-e-limpa-por-reeducandos/34407>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ARAÚJO, Sérgio Sobreira. **Cultura, política e mercado na Bahia**: a criação da Secretaria da Cultura e Turismo. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10813/1/Dissertacao%20Sergio%20Araujo.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

BARROS, José Márcio. **Diversidade cultural**: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima**: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do estado e ciência política**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BLOG REAGENTES CULTURAIS. **Cultura**: sugestões que nossa experiência identifica como urgentes. Disponível em: <<http://reagentesculturais.blogspot.com/2018/09/cultura-sugestoes-que-nossa-experiencia.html>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BOA VISTA (Roraima). Prefeitura Municipal. **Impacto dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista**: resultado do mapeamento realizado pela Prefeitura de Boa Vista em maio e junho de 2018. Boa Vista: Gabinete do Prefeito, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109 a 132. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/ Políticas% 20 culturais%20no%20Brasil.pdf](http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Casa Civil. **Migração venezuelana em Roraima**. Disponível em: <<file:///E:/Mestrado%20Sociedade%20e%20Fronteiras/bibliografias/hISTORIA%20rO RAIMA/PF.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia de Orientações para os Municípios**: perguntas e respostas. Novembro, 2011a.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia de Orientações para os Estados**: perguntas e respostas. Dezembro, 2011b.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. 216 p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Institui o Ministério do Interior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 de fevereiro de 1967.

BRASIL. **Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1911**. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. I Plano Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 726/2016 – extinção do Ministério da Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 728/2016, 23 de maio de 2016 – recriação do Ministério da Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ranking das adesões ao SNC por Estado**. Atualização em 24 de setembro de 2018. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1529316/2018.09.24+-Quantitativo+ de+Munic%C3% AD pios.pdf/a9123d3c-750b-446e-ae8b-9c58a660cd5e](http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1529316/2018.09.24+-Quantitativo+ de+Munic%C3%AD pios.pdf/a9123d3c-750b-446e-ae8b-9c58a660cd5e)>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Acordo de Cooperação Federativa que entre si firmam a União, por intermédio do Ministério da Cultura e municípios, visando ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, Portaria MinC 047/09 de 17 de

julho de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 de jul. 2009, Seção 1. Processo – mãe do SNC, n. 01400.005575/2009-15. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011. Estabelece as Metas do Plano Nacional de Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/09/Metas-do-PNC.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Quantitativo de adesão nos estados e municípios**. Atualizado em 05 de outubro de 2018. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1466221/2018.01.24-+Planilha+Geral\\_compressed.pdf/6090d77c-f388-43f3-90e2-0300b3690248](http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1466221/2018.01.24-+Planilha+Geral_compressed.pdf/6090d77c-f388-43f3-90e2-0300b3690248)>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério de Cultura. Portaria nº 156, 06 de julho de 2004. Brasília, 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 06 de julho de 2004.

BRASIL. Ministério de Cultura. **PEC nº 306/2000**. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2000.

BRASIL. Portaria nº 47, de 17 de julho de 2009. Estabelece o Acordo de Cooperação Federativa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 de julho de 2009.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 71, 29 de novembro de 2012**. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 30 de novembro de 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm)>. Acesso em: 29 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Território Federal de Roraima. Decreto nº 107, de 22 de dezembro de 1983. Cria a Escola de Música de Roraima (EMUR). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1983.

BRASIL. Território Federal de Roraima. Decreto nº 26, de 25 de junho de 1984. Cria o Museu Integrado de Roraima. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1984.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, 3, 2007, Salvador. **Anais...** Bahia: UFBA, 2007. p. 1-18.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo

comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos**, v. 7, n. 7, 2013.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais**: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANCLINI, N. G. **Políticas culturales en América Latina**. México: Grijaldo, 1987. Disponível em: <<https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/garcia-canclini-n-bruner-j-j-y-otros-1987-politicas-culturales-en-america-latina.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu, MG. **Anais...** São Caxambu, MG: ANPOCS, 2005. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt19-21/3789-acapella-formacao/file>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia N.; BRASIL, Felipe Gonçalves. A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. Teoria e pesquisa. **Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB**, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1º sem. 2006. Disponível em: <[file:///H:/Mestrado%20Sociedade%20e%20Fronteiras/bibliografias/Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20agenda/capella\\_2006\\_perspectivas-tec3b3ricas-sobre-o-processo-de-formulac3a7c3a3o-de-polc3adticas-pc3bablicas.pdf](file:///H:/Mestrado%20Sociedade%20e%20Fronteiras/bibliografias/Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20agenda/capella_2006_perspectivas-tec3b3ricas-sobre-o-processo-de-formulac3a7c3a3o-de-polc3adticas-pc3bablicas.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

CELESTINO, Olivia Maiara. **Cantando e contando histórias uma análise semiótica da educação musical como modificadora da realidade social da criança**. 2007. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2007.

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DE RORAIMA, 1. Boa Vista. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset\\_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/i-conferencia-de-cultura-de-roraima-72599/10883](http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/i-conferencia-de-cultura-de-roraima-72599/10883)>. Acesso em: 19 out. 2018.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DE RORAIMA, 2, 2009, Boa Vista. **Relatório Final**. Boa Vista, 2009. 92 p.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DE RORAIMA, 3, 2013. Uma política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura. **Relatório Final**. Boa Vista, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE RORAIMA. Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico e Museológico. Comissão Interinstitucional de estudos sobre o Patrimônio Cultural de Roraima. **Relatório Final**. Boa Vista, 2009.

COSTA, Emily. **Mais de 16 mil venezuelanos pedem refúgio em Roraima em seis meses, diz PF**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/mais-de-16-mil-venezuelanos-pedem-refugio-em-roraima-em-seis-meses-diz-pf.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2018.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURTIR CULTURA & ARTE EM RORAIMA. **Palácio da cultura ou palácio das artes - 18/08/1993**. Disponível em: <<http://artecurtiroraima.blogspot.com/2014/03/palacio-da-cultura-ou-palacio-das-artes.html>>. Acesso em: 24 set. 2018.

DIAS, Maria das Graças Santos. **Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima – 1943 a 1988**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

DIRETRIZES, Boa Vista: **Folha de Boa Vista**, v. 1, n. 2, p. 6-18, jan./fev. 1991. Edição histórica.

DUPIN, Giselle. Para entender a Convenção. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo: Itaú Cultural, n. 8, abr./jul. 2009.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análises de políticas públicas. In: Heidemann, F. G; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Editora UnB, 2010.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - EAUFBA. **Políticas Públicas de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura – SNC**. Apostila do Curso de Planos Municipais de Cultura do Projeto MinC-UFBA. Salvador, 2017.

ESCRITORES e agentes culturais reclamam de falta de cumprimento de edital. **Folha de Boa Vista**. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Escritores-e-agentes-culturais-reclamam-de-falta-de-cumprimento-de-edital/44543>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FALCON, Francisco. **Illuminismo**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FIORETTI, Elena Campo. **Políticas públicas para a cultura como fator de desenvolvimento econômico e social no estado de Roraima**. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional Interinstitucional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2009.

FOLHA DE BOA VISTA. **Abandonada, Casa da Cultura é alvo de intervenção artística**. Boa Vista: Folha de Boa Vista, 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Abandonada--Casa-da-Cultura-e-alvo-de-intervencao-artistica-/27365>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FÓRUM DE CULTURA DE RORAIMA. Disponível em: <<http://forumde.culturarr.blogspot.com/2009/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA (FETEC). **Inventário do patrimônio cultural de Boa Vista**. Boa Vista: Gráfica Ioris, 2011.

G1. **MAIS de 16 mil venezuelanos pedem refúgio em Roraima em seis meses, diz PF**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/mais-de-16-mil-venezuelanos-pedem-refugio-em-roraima-em-seis-meses-diz-pf.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Gilberto. **Discursos do ministro da cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População de Roraima**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

JORNAL BOA VISTA. **Auditório do Palácio da Cultura foi sede da 15ª Reunião do Conselho Deliberativo do Projeto Rondon**. Boa Vista: Folha de Boa Vista, ano 2, n. 21, 5 fev. 1974.

JORNAL BOA VISTA. **Festival da Canção um sucesso absoluto**. Boa Vista: Folha de Boa Vista, ano 2, n. 20, 29 jan. 1974.

JORNAL BOA VISTA. **Prefeitura institui concurso de monografia**. Boa Vista: Folha de Boa Vista, p. 11, 3 jan. 1974.

KINGDON, J. W. Juntando as coisas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1. p. 225-246. Disponível em: <[https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon\\_1995\\_agenda-formation.pdf](https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

KINGDON, J. W. Com o chega a hora de uma ideia. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1. p. 219-224. Disponível em: <[https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon\\_1995\\_agenda-formation.pdf](https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

LACOUTERE, Jean. A história Imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LEVINO, Selmar de S. Almeida; LÍRIO, Flávio Corsini. (Org.). **Panorama cultural de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 4, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2013.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. Estado e sociedade no Sistema Nacional de Cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SISTEMAS DE CULTURA: POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA, 2016, Brasília. **Anais...** Brasília: Fundação Casa Rui Barbosa, 2016.

MELO, Aldemir Simão de. **O tombamento do patrimônio cultural pelo estado de Roraima**: um estudo sobre o tombamento da Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller. 2009. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana. **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014.

NASCIMENTO, Claudia H. Campos et al. Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista-RR. In: SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA NA AMAZÔNIA, 3, 2018, Belém. **Anais...** Belém, 20 a 23 de março de 2018.

NOGUEIRA, Elen Patrícia. Uma breve história da construção política representativa de Ottomar de Sousa Pinto em Roraima nos primeiros anos do governo do Estado (1991-1994). **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 30, p. 81-93, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; WANKLER; Cátia Monteiro; SOUZA, Carla Monteiro. Identidade e poesia musicada. Panorama do Movimento Roraimeira a partir da cidade de Boa Vista como uma das fontes de inspiração. **Revista Acta Geográfica**, ano 3, n. 6, p. 27-37, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/viewFile/222/382>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea (Org.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Expressões de arte e cultura na Amazônia Caribenha. In: LOUREIRO, João de Jesus Paes; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; DUARTE, Rosângela (Org.). **Arte e Cultura na Amazônia: os novos caminhos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **Memória do I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira**: um olhar segundo a Convenção de 169 da OIT, como parte do relatório de viagem entregue na Reitoria da UFRR. Boa Vista, 28 de junho de 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 27 p. Disponível em: <[http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Partido\\_dos\\_Trabalhadores-A\\_imaginacao\\_a\\_servico\\_do\\_brasil.pdf](http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Partido_dos_Trabalhadores-A_imaginacao_a_servico_do_brasil.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2018.

PITOMBO, Mariella. Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na Unesco. In: MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana. **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014.

RAMALHO, Paulina Onofre. **Lugar de memória**: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

REVISTA DO MINC. Brasília, dez. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais para a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2018.

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 674-703,

jun./dez. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16765>>. Acesso em: 29 maio 2017.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia**. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16299>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

RORAIMA. Constituição (1991). **Constituição do Estado de Roraima**: promulgada em 31 de dezembro de 1991. Boa Vista, RR: Assembleia Estadual Constituinte de Roraima, 1991.

RORAIMA (Governo). Lei nº 055/1993. Institui o Conselho Estadual de Roraima. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 1993.

RORAIMA (Governo). Decreto nº 5.054-E, 21 de outubro de 2002. Regulamenta a Lei nº 318/2001. RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Portaria de nº 1519, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2010.

RORAIMA (Governo). Decreto Estadual nº 5.975-E, de 27 de setembro de 2004. Institui o nome do Palácio da Cultura como Nenê Macaggi. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2004.

RORAIMA (Governo). Decreto Estadual nº 722, de 09 de maio de 1994. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Portaria de nº 1519, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2010.

RORAIMA (Governo). Decreto Estadual nº 723, de 09 de maio de 1994. RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Portaria de nº 1519, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2010.

RORAIMA (Governo). Decreto nº 17.986 – E, de 03 de dezembro de 2014. Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura. RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Portaria de nº 1519, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2014.

RORAIMA (Governo). Decreto nº 19.794-E, de 22 de outubro de 2015. Regulamenta o Fundo Estadual da Cultura – FUNCULTURA, instrumento de financiamento das políticas públicas de cultura do Estado de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**, Boa Vista, RR, 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/102939992/doerr-22-10-2015-pg-5>>. Acesso em: 9 maio 2017.

RORAIMA (Governo). Lei Complementar nº 1.102, de 16 de setembro de 2016. Institui a Semana de Valorização da Cultura Roraimense, cria o prêmio cultura Roraimense e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2016.

RORAIMA (Governo). Lei Estadual nº 318/2001, de 31 de dezembro de 2001. Disciplina a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais no Estado de Roraima. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2016.

RORAIMA (Governo). Lei Estadual nº 718/2009. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do estado de Roraima. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2009.

RORAIMA (Governo). **Lei nº 890, de 23 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); altera dispositivos da Lei nº 055, de 09 de dezembro de 1993; altera dispositivo da Lei nº 318, de 31 de dezembro de 2001; altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 499, de 19 de julho de 2005; altera dispositivo da Lei nº 622, de 20 de dezembro de 2007 e dá outras providências. Poder Judiciário do Estado de Roraima, Boa Vista, RR, 2013. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-ordinarias/119-leis-ordinarias-2013/1132-lei-n-890-de-23-de-janeiro-de-2013>>. Acesso em: 24 maio 2017.

RORAIMA (Governo). **Lei nº 983, de 26 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Cultura – FUNCULTURA, instrumento de financiamento das políticas públicas de cultura de Roraima, de natureza contábil especial e dá outras providências. Governo do Estado de Roraima, Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/ufrr/Downloads/Lei\\_n\\_983\\_de\\_26.09.14.pdf](file:///C:/Users/ufrr/Downloads/Lei_n_983_de_26.09.14.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2017.

RORAIMA (Governo). Lei nº 1007, de 26 de agosto de 2015. Institui o Hino Cultural de Roraima. RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Portaria de nº 1519, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2015.

RORAIMA (Governo). Lei nº 890 de 23 de julho de 2009. Dispõe sobre o tombamento do acervo das Unidades Escolares e dos bens de valor material e imaterial que menciona e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 22 jul. 2009. p. 5.

RORAIMA (Governo). **Lei nº 1033, de 22 de março de 2016**. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado de Roraima e dá outras providências. Poder Judiciário do Estado de Roraima, Boa Vista, RR, 2016. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2016/lei%20estadual%201033%20%202016%20sistema%20estadual%20de%20cultura%20do%20estado%20de%20rr.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Portaria de nº 1519, de 15 de julho de 2010. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**. Boa Vista, RR, 2010.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Um modelo possível**. Grupo de estudos para a criação da Secretaria de Cultura do Estado de Roraima. Boa Vista, 2010.

RUA, Maria das Gracas; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas: conceitos e teorias**. Brasília: IGEPP, 2013. v. 1.

RUBIM, Albino. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-27.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais e novos desafios: matrizes**. **Portal de Revistas da Usp**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38226/40998>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; CALABRE, Lia. Políticas e diversidade cultural no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo: Itaú Cultural, n. 8, abr./jul. 2009.

RUBIM, Antonio Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997. Parte II. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SANTILLI, Paulo. **As fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo: Lis Gráfica e Editora NHII-USP (Núcleo de História Indígena e do Indigenismo), 1994.

SCHMITTER, Philippe. Reflexões sobre o conceito de política. **Rev. Dir. Públ e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, maio/ago. 1965. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/view/59651>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SCORCE, Carol. Roraima, o epicentro da crise humanitária dos imigrantes venezuelanos. **Carta online**, São Paulo, fev. 2018. Seção Internacional. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/roraima-o-epicentro-da-crise-humanitaria-dos-imigrantes-venezuelanos>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Análises de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A.C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SOUZA, Alfredo Ferreira. Somos Brasil: O ritual do 7 de setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 1940 a 1970. In:

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro. **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

SOUZA, Carla Monteiro; SILVA, Raimunda Gomes (Org.). **Migrantes e migrações em Boa Vista**: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-25, jul./dez. 2006, p. 20-25. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SOUZA, Reginaldo de Oliveira; SANTOS; Matinildes Barbosa dos. Região Circum-Roraima: Século XVIII a XX. In: CARVALHO, Fabíola et al. (Org.). **História, cultura e meio ambiente em Roraima**: perspectivas interculturais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. 90 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Convenção sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris, 2005. Disponível em: <<http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

UNESCO. **Agenda 21 da Cultura**. Barcelona, 2004.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**. 1982.

UNESCO. **Cultural Policy**: a preliminary study. Paris: UNESCO, 1969.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

VILUTIS, Luana; RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cultura e pensamento para o Brasil atual. In: CASTRO, Fábio Fonseca; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais para a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2018.

## APÊNDICE A – Lista de entrevistados

**PESQUISA**

Políticas Públicas: análise da formação da agenda pública de cultura em Roraima  
(2013 a 2018)

**RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS**

<b>Segmento</b>	<b>Entrevistados</b>
Poder Público	<b>Marco Aurélio Porto Fonseca</b> - Chefe do Departamento de Cultura da SECD/RR. Período de atuação: 2009 a 2013. - Primeiro Secretário da SECULT/RR Período de atuação: janeiro de 2013 a abril de 2014. Entrevista realizada no dia em 21 de agosto de 2018.
Poder Público	<b>Marcos Jorge de Lima</b> - Secretário da SECULT/RR Período de atuação no cargo: janeiro a novembro de 2015. Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2018.
oder Público	<b>Selma Maria de Souza e Silva Mulinari</b> - Secretária da SECULT/RR Período de atuação no cargo: 2016 a 2018. Entrevista realizada em 31 de agosto de 2018.
oder Público	<b>Jonayna Rodrigues da Silva</b> - Assessora Técnica da SECULT/RR e responsável pelo acompanhamento do Sistema Estadual de Cultura. Período de atuação no cargo: 2013 a 2018 Entrevista realizada em 03 de setembro de 2018.
Poder Público	<b>Maria Deogrécia Castro Lima Bellini</b> - Servidora do Departamento de Assuntos Culturais do SECD/RR. Período de atuação no cargo: 1987 a 1990. Entrevista realizada em 08 de agosto de 2018.
Sociedade Civil	<b>Vânia Coelho de Sousa</b> - Vice-presidente do CEC/RR Período de atuação no cargo: 2012 e 2013 - Membro do CEC/RR Período de atuação no cargo: 2012 a 2015 Resposta encaminhada por e-mail no dia 15 de setembro de 2018.
Sociedade Civil	<b>Sergio Ricardo Silva Barros</b> - Presidente do CEC/RR Período de atuação no cargo: 2014 e 2015 - Membro do CEC/RR - segmento: música Período de atuação no cargo: 2012 a 2015 Entrevista realizada em 27 de setembro de 2018.

Sociedade Civil	<p><b>Silmara Costa de Oliveira</b>  - Vice-presidente do CEC/RR  Período de atuação no cargo: 2014 e 2015  - Membro do CEC/RR - segmento: artes cênicas  Período de atuação no cargo: 2012 a 2015  Entrevista realizada em 03 de setembro de 2018.</p>
Poder Público	<p><b>Tânia Magalhães de Alencar</b>  - Presidente do CEC/RR  Período de atuação no cargo: 2016 e 2017.  - Membro do CEC/RR  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 12 de setembro de 2018.</p>
Sociedade Civil	<p><b>Manoel Rolla Vila Boas</b>  - Vice-presidente do CEC/RR  Período de atuação no cargo: 2016 e 2017.  - Membro do CEC/RR - área: música  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 05 de setembro de 2018.</p>
Sociedade Civil	<p><b>Sebastião Moura</b>  - Presidente do CEC/RR  Período de atuação no cargo: 2018.  - Membro do CEC/RR – área: cultura popular  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 05 de setembro de 2018.</p>
Sociedade Civil	<p><b>Wilkison do Nascimento de Oliveira</b>  - Vice-presidente do CEC/RR  Período de atuação no cargo: 2018.  - Membro do CEC/RR - área: artes cênicas  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 12 de setembro de 2018.</p>
Sociedade Civil	<p><b>Cláudio Chaves Lavôr</b>  - Membro do CEC/RR - área: audiovisual e cinema  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 05 de setembro de 2018.</p>
Sociedade Civil	<p><b>Dayana Soares de Araújo</b>  - Membro do CEC/RR - área: artes plásticas  Período de atuação: 2016 a 2018.  Resposta encaminhada por e-mail no dia 12 de setembro de 2018.</p>
Sociedade Civil	<p><b>Walber David Aguiar</b>  - Membro do CEC/RR - área: literatura  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 05 de setembro de 2018.</p>
Poder público	<p><b>Augusto Cardoso</b>  Membro do CEC/RR – área: Ciências Naturais  Período de atuação: 2016 a 2018.  Entrevista realizada em 05 de setembro de 2018.</p>

Poder Público	<b>Elena Campo Fioretti</b> - Servidora do Governo do Estado de Roraima. Período de atuação: 1984 a 2018 - Membro do CEC/RR – área: patrimônio cultural e museológico Período de atuação: 2016 a 2018. Entrevista realizada nos dias 05 e 10 de setembro de 2018.
Poder Público	<b>Jânio Tavares</b> - Membro do CEC/RR Período de atuação: 2016 a 2018. Entrevista realizada em 05 de setembro de 2018.
Poder Público	<b>Maria Meire Saraiva Lima</b> - Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico em Roraima Período de atuação no cargo: 1988 a 2018. - Membro do CEC/RR Período de atuação: 2016 a 2018. Entrevista realizada em 24 de agosto e 05 de setembro de 2018.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas: assessores, técnicos, chefes, secretários  
(Departamento de Cultura/SECD, SECULT/RR)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

### **PESQUISA**

**Políticas Públicas: análise da formação da agenda pública de cultura em  
Roraima (2013 a 2018)**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**Nome:**

**Cargo/Função:**

**Período no cargo:**

**E-mail:**

**Telefone – Celular/Fixo:**

**PÚBLICO:** assessores, técnicos, chefes, secretários (Departamento de Cultura/SECD, SECULT/RR)

1. Como funcionava as ações de cultura do Governo do Estado de Roraima antes da criação da Secretaria de Estado de Cultura de Roraima (SECULT)? Em qual das secretarias do executivo estadual eram alocadas a gestão das ações de cultura? Quais os principais setores que integravam a área de cultura? Como era feito o planejamento das ações de cultura?
2. Como aconteceu o processo de organização da SECULT?
3. Qual a situação de Roraima com relação aos elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura (SNC)?
4. Quais agentes sociais e políticos influenciam no processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima?
5. Quais fatores (eventos, ações, atos) impulsionam as demandas da formação da agenda pública de cultura?
6. Na sua opinião, o que influencia para que determinadas demandas sejam priorizadas na agenda pública de cultura?
7. Como se dá diálogo entre os agentes políticos públicos e a sociedade civil no processo de formação da agenda pública de cultura?
8. Em 2013, o estado de Roraima fez a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Quais considerações na sua opinião, são relevantes até o momento quanto a formação e execução da agenda pública de cultura no estado?
9. Na agenda pública de cultura de Roraima tem ações voltadas para a promoção da diversidade cultural? Quais?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas: representantes do poder público e sociedade civil do CEC-RR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

## **PESQUISA**

**Políticas Públicas: análise da formação da agenda pública de cultura em Roraima (2013 a 2018)**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**Nome:**

**Cargo/Função:**

**Período no cargo:**

**E-mail:**

**Telefone – Celular/Fixo:**

**PÚBLICO:** representantes do poder público e sociedade civil do CEC-RR

1. Quais agentes sociais e políticos influenciam no processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima?
2. Quais fatores (eventos, ações, atos) impulsionam as demandas da formação da agenda pública de cultura?
3. Na sua opinião, o que influencia para que determinadas demandas sejam priorizadas na agenda pública de cultura?
4. Como se dá diálogo entre os agentes políticos públicos e a sociedade civil no processo de formação da agenda pública de cultura?
5. Em 2013, o estado de Roraima fez a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Quais considerações na sua opinião, são relevantes até o momento quanto a formação e execução da agenda pública de cultura no estado.
6. Na agenda pública de cultura tem ações voltadas para a promoção da diversidade cultural? Quais?

## **ANEXOS**



C/CONVC/CGI/FCP/Minc. de 18 de julho de 2012, relativo a Prestação de Contas do Convênio nº 708864/2009, 218 conforme extrato publicado na seção 3, página nº 14, DOU de 16 de novembro de 2009, constante dos autos fls. 180, do processo administrativo nº 01420.003035/2009-69, a retirar a Notificação Ofício nº 67/2012/C/CONVC/CGI/FCP/Minc, na sede da Fundação Cultural Palmares - Coordenação de Convênios, situada na SGAN QUADRA 601 MÓDULO L LOTES LMRS - ASA NORTE - BRASÍLIA -DF, o não atendimento da presente notificação, no prazo de 15 (quinze) dias, implicará em registro dessa Instituição no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM e a Instauração de Tomadas de Contas Especial conforme determinação contida no Decreto nº 7.592 de 28 de outubro de 2011, assim como no art. 5º, § 2º, c/c art. 11 da Instrução Normativa/TCU nº 56/2007, de 5/12/2007.

ANGELO PLINIO BONATTO  
Ordenador de Despesas  
Substituto

### FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2013 - UASG 403201

Nº Processo: 01530000512/13-73. INEXIGIBILIDADE Nº 1077/2013 Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES FUNARTECNPJ Contratado: 05018632000104. Contratado : INDIOS.COM CIA. DE DANCA - Objeto: Realização do espetáculo Ritos e Rastros, a ser realizado nos dias 04 e 05 de maio de 2013 na Oficina Municipal do Teatro - O Teatrão em Coimbra/Portugal, em comemoração ao Ano do Brasil em Portugal. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 17/04/2013 a 05/06/2013. Valor Total: R\$40.000,00. Fonte: 100000000 - 2013NE800371. Data de Assinatura: 17/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 403201-40402-2013NE800111

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2013 - UASG 403201

Nº Processo: 01530000214/13-83. DISPENSA Nº 1011/2013 Contratante: FUNDACAO NACIONAL DE ARTES FUNARTECNPJ Contratado: 33938119000240. Contratado : COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO-RIO DE JANEIRO - CEG. Objeto: Aquisição, pela Contratante, de Gás Natural Canalizado, a ser fornecido pela Contratada. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 17/04/2013 a 16/04/2014. Valor Total: R\$10.000,00. Fonte: 100000000 - 2013NE800254. Data de Assinatura: 17/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 403201-40402-2013NE800111

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1107/2013 - UASG 403201

Nº Processo: 01530000208/13-26 . Objeto: Contratação do artista Marcello de Macedo Caminha em arte "Marcello Caminha", para apresentação do show musical, no Espaço Brasil na Cidade de Lisboa, no dia 26 de abril do corrente ano, no âmbito das Comemorações do Ano Brasil-Portugal. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso III da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Conforme processo nº01530.000208/2013-26 Declaração de Inexigibilidade em 16/04/2013 . ANA AMELIA DE CARVALHO VELLOSO . Coordenadora do Gabinete da Presidência . Ratificação em 16/04/2013 . ANTONIO CARLOS GRASSI . Presidente . Valor Global: R\$ 10.000,00 . CNPJ CONTRATADA : 06.325.240/0001-42 CAMINHA P RODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME.

(SIDECE - 17/04/2013) 403201-40402-2013NE800111

### INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS MUSEU IMPERIAL

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 2/2013

Sagrou-se vencedora do item 1 do pregão 2/2013 referente a aquisição de combustíveis a empresa POSTO DE SERVIÇO NINOS LTDA, pelo valor total de R\$ 17.662,53. Não houve propostas para o item 2.

FABRICIO VON SEEHAUSEN  
Pregoeiro

(SIDECE - 17/04/2013) 423002-42207-2013NE800010

### INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2013 - UASG 343005

Nº Processo: 01498000873201282 . Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de recepcionista para o Iphan/PE. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Remanescente de licitação. Declaração de Dispensa em 19/03/2013 . FREDERICO FÁRIA NEVES ALMEIDA . Superintendente do Iphan/pe . Ratificação em 09/04/2013 . JUREMA DE SOUSA MACHADO . Presidente do Iphan . Valor Global: R\$ 124.489,92 . CNPJ CONTRATADA : 06.234.467/0001-82 FUTURA - SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA..

(SIDECE - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800015

### DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2013 - UASG 343026

Número do Contrato: 1/2011. Nº Processo: 01450002577201009. PREGÃO SISPP Nº 8/2010 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 07594738000173. Contratado : BRILHO CONSTRUCOES LTDA - EPP -Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, com início em 11/04/2013 e término em 10/07/2013. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 11/04/2013 a 10/07/2013. Data de Assinatura: 02/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800015

### SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2013 - UASG 343001

Nº Processo: 01490000051201352. PREGÃO SRP Nº 30/2011 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 00984730000174. Contratado : RUDARY PRESTADORA DE SERVICOS DO -AMAZONAS LTDA. Objeto: Serviços de limpeza e conservação no âmbito do IPHAN no Amazonas. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alteracoes posteriores. Vigência: 01/04/2013 a 01/04/2014. Valor Total: R\$1.201.340,65. Fonte: 100000000 - 2013NE800053. Data de Assinatura: 01/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800015

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2013 - UASG 343001

Número do Contrato: 2/2011. Nº Processo: 01490000344201178. TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2011 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 13266877000170. Contratado : B M MORAES - ME -Objeto: Serviços de Levantamento, Prospecção, Conservação, Proteção e Elaboração de Projeto desíntos Arqueológicos no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alteracoes posteriores. Vigência: 16/04/2013 a 30/05/2013. Data de Assinatura: 15/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800015

### SUPERINTENDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2013 - UASG 343029

Nº Processo: 01551000608201211. PREGÃO SISPP Nº 1/2013 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 00742635000164. Contratado : PRINCIPAL INDUSTRIA COMERCIO E -SERVICOS GERAIS LTDA - E. Objeto: Prestacao de servicos de copeiragem conformecimento de materiais e equipamentos entreo IPHAN - Superintendencia no DF e a PrincipalIndustria Comercio e Servicos Gerais Ltda. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/04/2013 a 31/03/2014. Valor Total: R\$28.000,00. Fonte: 100000000 - 2013NE800034. Data de Assinatura: 01/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 343029-40401-2013NE800015

### SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2013 - UASG 343014

Número do Contrato: 26/2012. Nº Processo: 01516001922201239. TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2012 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 01584861000127. Contratado : CONSTRUTORA AMAZONAS COMERCIO E -INDUSTRIA LTDA - EPP. Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº26/2012, para execução de serviços na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim- Etapa 3, em Pirenópolis/Go. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 18/04/2013 a 16/07/2013. Data de Assinatura: 17/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800015

### SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

#### RETIFICAÇÃO

Na Dispensa de Licitação Nº 4/2013 publicada no D.O.U de 17/04/2013, Seção 3, Pág. 12 , Onde se lê: Justificativa: Obra emergencial no imóvel com risco iminente de desabamento. E a obrigatoriedade do IPHAN/MA em cumprir a sentença judicial. Declaração de Dispensa em 16/04/2013. RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA ROMA. Coordenador Administrativo. Ratificação de Dispensa em 16/04/2013. KATIA SANTOS BOGEA. Superintendente. Leia-se: Justificativa: Obra emergencial no imvel com risco iminente de desabamento. E a obrigatoriedade do IPHAN/MA em cumprir a sentença judic. Declaração de Dispensa em 16/04/2013. KATIA SANTOS BOGEA. Superintendente do Iphan/ma. Ratificação de Dispensa em 16/04/2013. JUREMA DE SOUSA MACHADO. Presidente do Iphan.

(SIDECE - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800077

### SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2012

Ajuste do cronograma de repasse financeiro do Convênio 764721/2011 até julho/2013. Concedente: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conveniente: Ouro Preto Prefeitura, CNPJ: 18.295.295/0001-36.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2013

Prorrogação de vigência do Convênio 764721/2011 para 30.09.2013, visando atender o ajuste realizado no Termo Aditivo 1/2012. Concedente: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conveniente: Ouro Preto Prefeitura, CNPJ: 18.295.295/0001-36.

### SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2013 - UASG 343010

Número do Contrato: 8/2012. Nº Processo: 01508000632201277. CONVITE Nº 2/2012 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 02995031000155. Contratado : ARQUIBRASIL ARQUITETURA E -RESTAURACAO LTDA - EPP. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato. Fundamento Legal: Lei 8666,art. 57 . Data de Assinatura: 15/04/2013.

(SICON - 17/04/2013) 343026-40401-2013NE800015

### SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

#### EXTRATOS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo 01400.020688/2011-65, partícipes: Ministério da Cultura e Governo do Estado de RORAIMA, CNPJ nº 84.012.012/0001-26. O presente instrumento tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Estado. Data da assinatura: 28/03/2013. Assinaturas: MinC: JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO, CPF nº 84; Governo de Estado de RORAIMA: JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR, CPF: 320.895.623-15, governador.

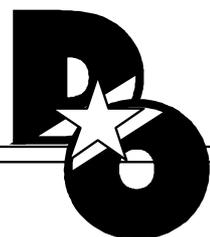
Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo 01400.029866/2012-02, partícipes: Ministério da Cultura e Governo do Estado da PARAÍBA, CNPJ nº 08.761.124/0001-00. O presente instrumento tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Estado. Data da assinatura: 28/03/2013. Assinaturas: MinC: JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO, CPF nº 046.188.074-15; Governo de Estado da PARAÍBA: RICARDO VIEIRA COUTINHO, CPF: 218.713.534-91, governador.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo 01400.006431/2013-62, partícipes: Ministério da Cultura e Governo do Estado do AMAZONAS, CNPJ nº 04.312.369/0001-90. O presente instrumento tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura - SNC com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência conferida pela Lei Delegada nº 67 do Estado do Amazonas. Data da assinatura: 28/03/2013. Assinaturas: MinC: BERNARDO NOVAIS DA MATA MACHADO, CPF nº 200.072.996-72; Governo de Estado do AMAZONAS: Robério dos Santos Pereira Braga, CPF: 015.168.842-72, Secretário de Cultura do Estado do Amazonas.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.030961/2012-41, Ministério da Cultura e o Município de ALTO PIQUIRI/PR, CNPJ nº 76.247.352/0001-08. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 21/03/2013. Assinaturas: MinC: JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO, CPF nº 046.188.074-15; Município ALTO PIQUIRI/PR: GERSON MÁRCIO NEGRISOLI, CPF: 680.328.039-04, prefeito.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.002098/2011-51, Ministério da Cultura e o Município de ARUJA/SP, CNPJ nº 56.901.275/0001-50. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 21/03/2013. Assinaturas: MinC: JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO, CPF nº046.188.074-15; Município ARUJA/SP: ABEL JOSE LARINI, CPF: 492.427.768-15, prefeito.

Espécie: Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo: 01400.023945/2012-00, Ministério da Cultura e o Município de BARRA LONGA/MG, CNPJ nº 18.316.182/0001-70. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do



# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO de RORAIMA

www.imprensaoficial.rr.gov.br

**IMPRESA  
OFICIAL**  
1944

**José de Anchieta Junior - Governador do Estado**  
Boa Vista-RR, (quarta-feira) 23 de janeiro de 2013  
**Roraima - ano XXV**

**1957**

## SUMÁRIO

Página

Atos do Poder Executivo.....	01
Governadoria do Estado.....	01
Casa Civil.....	06
Secretaria de Estado da Saúde.....	06
Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desportos.....	06
Secretaria de Estado da Fazenda.....	10
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	11
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.....	11
Secretaria de Estado da Representação do Governo de Roraima em Brasília.....	11
Secretaria de Estado da Infraestrutura.....	13
Polícia Militar de Roraima.....	13
Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.....	13
Universidade Estadual de Roraima.....	14
Agência de Defesa Agropecuária de Roraima.....	14
Companhia de Desenvolvimento de Roraima.....	15
Companhia Energética de Roraima.....	16
Empresa de Rádio e Televisão de Roraima - Radioraima.....	16
Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.....	16
Tribunal de Contas do Estado de Roraima.....	17
Ministério Público de Roraima.....	17
Defensoria Pública de Roraima.....	19
Prefeituras.....	20
Outras Publicações.....	20

Esta edição circula com 20 páginas

### Atos do Poder Executivo

### Governadoria do Estado

#### LEI Nº 890 DE 23 DE JANEIRO DE 2013.

“Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); altera dispositivos da Lei nº 055, de 09 de dezembro de 1993; altera dispositivo da Lei nº 318, de 31 de dezembro de 2001; altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 499, de 19 de julho de 2005; altera dispositivo da Lei nº 622, de 20 de dezembro de 2007 e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criada a Secretaria de Estado da Cultura, órgão integrante da estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado de Roraima.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Cultura tem como funções institucionais a promoção e desenvolvimento de políticas públicas e governamentais para a cultura do Estado de Roraima, fortalecendo a cadeia produtiva da cultura, valorizando a produção simbólica, a plena acessibilidade ao cidadão, transparência democrática, permitindo o acesso e a fruição aos bens culturais, como ação estratégica de desenvolvimento humano, social e econômico do Estado de Roraima, visando à promoção e bem estar da qualidade de vida e da cidadania.

#### CAPÍTULO II

#### DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 3º A Secretaria de Estado da Cultura de Roraima, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo tem por finalidade a promoção, o planejamento, a

organização, a execução, a supervisão, a coordenação das atividades relativas à cultura e às demais atividades relacionadas com suas áreas de abrangência.

#### CAPÍTULO III

#### DOS NÍVEIS DE ATUAÇÃO DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 4º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura de Roraima compreende:

I – nível de Administração Superior, representado pelo Secretário de Estado, com funções relativas à liderança e articulação institucional ampla do setor de atividades polarizadas pela Secretaria no âmbito da representação e das relações intersecretarias e intergovernamentais;

II – nível de Gerência Superior, representado pelo Secretário Adjunto, com funções relativas à liderança técnica do processo de implantação e controle de atividades e projetos, bem como a ordenação das atividades de gerência relativas aos meios administrativos, necessários ao funcionamento da Secretaria;

III – nível de Assessoramento, relativo às funções de apoio direto ao Secretário de Estado, no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades;

IV – Nível de Execução Instrumental, com funções relativas a modernização administrativa, pessoal, material, patrimônio, encargos gerais, transportes oficiais, contabilidade, informática ou outras atividades meio organizadas sob a forma de sistemas, nesse caso devendo ser tecnicamente vinculadas às Secretarias correspondentes;

V – Nível de execução programática com as funções de executar as atividades-fim que lhes forem atribuídas na estrutura de cada Secretaria consubstanciadas em programas e ações, atividades, projetos e operações especiais ou emissões de caráter permanente;

VI – Nível de Atuação Complementar, relativa a execução de atividades e serviços peculiares que necessitam de organização e funcionamento distinto da estrutura da administração direta com capacidade de articulação e autonomia administrativa e financeira.

#### CAPÍTULO IV

#### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 5º A Secretaria de Estado da Cultura de Roraima tem a seguinte Estrutura Organizacional Básica, constante do Anexo I desta Lei.

I – Nível de Administração Superior;

1. Secretário de Estado da Cultura;

II – Nível de Gerência Superior;

1. Secretário Adjunto de Estado da Cultura;

III – Nível de Assessoramento;

1. Gabinete

2. Assessoria

IV – Nível de Execução Instrumental

1. Unidade Gestora de Atividades Meio – UGAM

1.1 – Núcleo de Recursos Humanos;

1.2 – Núcleo de Finanças Contabilidade e Convênios;

1.3 – Núcleo de Logística, Transporte, Material, Informática e Manutenção.

V – Nível de Execução Programática

1. Departamento de Promoção Cultural;

1.1. Divisão de Promoção e Eventos;

1.2. Divisão de Espaços Culturais;

1.2.1. Seção Teatro Carlos Gomes;

1.2.2. Seção Palácio da Cultura Nenê Macaggi;

1.2.3. Seção Galeria de Artes;

1.3. Divisão de Escola de Música

2. Departamento de Biblioteca Pública;

2.1. Divisão de automação e Informação;

2.2. Divisão de Processamento Técnico;

2.3. Divisão de Literatura, Livro e Leitura;

2.4. Divisão de Multiteca e Cinemateca;

3. Departamento de Patrimônio Cultural;

- 3.1 – Divisão de Patrimônio Cultural;  
 3.1.1 – Seção do Sistema Estadual do Patrimônio Cultural;  
 3.1.2 – Seção de Documentação Cadastramento e Arquivo Histórico;  
 3.1.3 – Seção Casa da Cultura Madre Leotária Zoller;  
 3.1.4 – Seção de Patrimônio Histórico e Arqueológico;  
 VI – Nível de Atuação Complementar  
 1 – Conselho Estadual de Cultura;  
 2 – Grupo Técnico de Avaliação de Projetos.

## CAPÍTULO V

## DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA

Art. 6º À Secretaria de Estado da Cultura compete:

- I – formular, planejar, orientar, executar, acompanhar e fiscalizar a Política Estadual de Cultura;  
 II – garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos à cultura, através da liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística e do acesso às fontes e formas de expressão cultural;  
 III – incentivar a formação cultural e o desenvolvimento da criatividade;  
 IV – proteger e preservar as expressões culturais: artísticas, digitais, populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras etnias, tradicionais e demais grupos participantes do processo cultural;  
 V – articular-se com o Governo Federal, em matéria de políticas e de legislação cultural;  
 VI – executar, controlar e gerenciar as políticas públicas, planejadas para a área da cultura no âmbito do Estado;  
 VII – desenvolver, produzir, fomentar e apoiar as atividades artísticas e culturais em todas as modalidades e formas;  
 VIII – fomentar, estudar, pesquisar, avaliar e estimular, permanentemente, a produção do e nos processos culturais;  
 IX – orientar e acompanhar com procedimentos de consolidação de políticas culturais os Municípios do Estado de Roraima, a fim de habituá-los a absorver responsabilidades crescentes;

- X – identificar e ampliar mecanismos de financiamento da produção cultural, viabilizando parcerias e democratizando o acesso a esses recursos e instrumentos;  
 XI – pesquisar, estudar e avaliar recursos financeiros para custeio e investimento do Sistema Estadual de Cultura;  
 XII – proteger: a memória imaterial e material; o patrimônio pré-histórico e histórico; artístico e cultural, do Estado de Roraima;  
 XIII – divulgar as potencialidades culturais e artísticas de Roraima;  
 XIV – formular ações para a melhoria do desempenho técnico de profissionais da área cultural;  
 XV – formular e executar políticas para a melhoria da atuação dos produtores culturais no Estado de Roraima;  
 XVI – executar, supervisionar e controlar as ações do Governo relativas à Cultura;  
 XVII – exercer outras atividades correlatas.

## CAPÍTULO VI

## DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 7º O Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Cultura é constituído de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, estes a serem providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. Aos servidores da Secretaria de Estado da Cultura aplica-se o regime jurídico da Lei Complementar nº. 053, de 31 de dezembro de 2001.

## CAPÍTULO VII

## DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 8º A Secretaria de Estado da Educação e Desportos prestará o apoio administrativo que se fizer necessário, até a definitiva implantação da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 9º Enquanto a Secretaria de Estado da Cultura não dispuser de quadro próprio de servidores efetivos, poderão ser colocados à disposição da Secretaria de Estado da Cultura, servidores públicos da administração direta estadual.

## CAPÍTULO VIII

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Fica extinta a Unidade de Cultura, órgão do Instituto do Desenvolvimento da Cultura e do Desporto (IDCR), parte integrante da estrutura organizacional da

## ESTADO DE RORAIMA

## DIÁRIO OFICIAL

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

## SECRETARIADO

## SÉRGIO PILLON GUERRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

## Cel. QOPM EDISON PROLA

Secretário-Chefe da Casa Militar

## RUI OLIVEIRA FIGUEIREDO

Secretário de Estado de Comunicação Social

## TYRONE MOURÃO PEREIRA

Procurador - Geral do Estado

## HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

## LENIR RODRIGUES LUITGARDS MOURA

Secretária de Estado da Educação, Cultura e Desportos

## GERLANE BACCARIN

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

## FERNANDA SILVA RIZZO AGUIAR

Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social

## FRANCISCO SÁ CAVALCANTE

Secretário de Estado da Segurança Pública

## ELIÉSER GIRÃO MONTEIRO FILHO

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

## LUIZ RENATO MACIEL DE MELO

Secretário de Estado da Fazenda

## ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO

Secretário de Estado da Saúde

## CARLOS WAGNER BRÍGLIA ROCHA

Secretário de Estado da Infra-Estrutura

## HERBSON JAIRO RIBEIRO BANTIM

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## HIPERION DE OLIVEIRA SILVA

Secretário de Estado do Índio

## EUGÊNIA GLAUCY MOURA FERREIRA

Secretária de Estado de Articulação Municipal e Política Urbana

## OTÍLIA NATÁLIA PINTO LATGE

Secretária de Estado Extraordinária para Assuntos Internacionais

## SHÉRIDAN STEFANNY OLIVEIRA DE ANCHIETA

Secretária de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento

## ORLANDO RODRIGUES MARTINS JÚNIOR

Secretário de Estado Extraordinário de Apoio à Gestão Integrada

## ANNE HEYD MOURÃO DE OLIVEIRA

Secretária de Estado Extraordinário de Projetos Especiais

## LUÍS BARBOSA ALVES

Secretário de Estado Extraordinário de Articulação Institucional e Promoção de Investimentos

## WALTER BUSS

Diretor do Departamento de Imprensa Oficial

## IRAN VIEIRA ROCHA

Gerente do Núcleo de Publicação e Artes Gráficas

## GIANCARLA VIANA DE AZEVEDO

Gerente do Núcleo de Custos e Distribuição

## JENER CAVALCANTE RAMALHO

Revisão

## MATÉRIAS/PUBLICAÇÕES

As matérias para publicação no Diário Oficial, deverão estar gravadas em disquetes ou CD, no programa Microsoft Word – Extensão DOC – Fonte Times New Roman – Tamanho 9pt. Estilo - Normal, Parágrafo - Exatamente 9pt. Não utilizar marcação, numeração ou tabulação. Os arquivos não devem conter cabeçalhos nem rodapés. Os disquetes deverão estar devidamente etiquetados, sendo que o conteúdo dos mesmos deverão estar impressos em papel para serem devidamente calculados, conferidos e protocolados.

Os mesmos deverão ser entregues à rua Coronel Pinto, nº 210, Centro, Boa Vista-RR.

Telefones: (95) 3621 3876 / 3621 3877 / 3621 8378

CEP: 69.301-150

## PREÇOS PARA PUBLICAÇÕES

EMPRESAS PÚBLICAS – FUNDAÇÕES – ECONOMIAS MISTAS AUTARQUIAS –  
PREFEITURAS

Preço por cm de coluna.....RS: 6,00

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

Preço por cm de coluna.....RS: 8,00

Preço por exemplar.....RS: 1,50

Exemplar após 30 dias.....RS: 2,50

## ASSINATURAS

Semestral sem remessa postal.....RS: 120,00

Semestral com remessa postal para outros Estados.....RS: 200,00

Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos cujas atribuições passarão a ser desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 11. A Secretaria de Estado de Educação Cultura e Desporto (SECD) passa a denominar-se Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED).

Art. 12. O Instituto do Desenvolvimento da Cultura e do Desporto (IDCR) passa a denominar-se Instituto do Desenvolvimento do Desporto (IDR).

Art. 13. Ficam extintos os cargos comissionados da Secretaria de Estado da Educação e Desportos constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 14. Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, os cargos comissionados com vencimentos e quantitativos constantes no Anexo I desta Lei. Parágrafo único. As atribuições dos cargos de que trata o caput deste artigo são as constantes do Anexo III desta lei

Art. 15. O Conselho Estadual de Cultura, criado pela Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 e o Grupo Técnico de Avaliação de Projetos (GTAP), criado pela Lei nº. 318, de 31 de dezembro de 2001, passam a ficar vinculados à Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 16. O artigo 1º da Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Estadual de Cultura (CEC), criado pela Constituição do Estado de Roraima no seu Art. 161, é um órgão colegiado de deliberação coletiva vinculado à Secretaria Estadual de Cultura, sendo órgão superior de assessoramento à mesma, de âmbito CONSULTIVO, NORMATIVO, FISCALIZADOR e DELIBERATIVO na orientação das atividades culturais do Estado.” (NR)

Art. 17. Os incisos IV e XVIII, do artigo 2º da Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

[...]

IV - colaborar na integração das atividades culturais desenvolvidas por órgãos e entidades da Secretaria Estadual de Cultura numa ação articuladora da ação do Governo no âmbito do Sistema Cultural Roraimense; (NR)

[...]

XVIII - enviar para homologação do Secretário Estadual de Cultura os atos e resoluções aprovados em Plenário sempre que fixarem doutrinas, normas de ordem geral ou que gerarem obrigações para o Poder Público;” (NR)

Art. 18. O inciso X, do §1º do artigo 3º da Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º [...]

§1º [...]

[...]

X - 02 (dois) membros de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo, representantes da administração cultural.” (NR)

Art. 19. O §2º do artigo 6º da Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

§1º [...]

§ 2º Sempre que estiver presente às reuniões, o Governador do Estado ou o Secretário Estadual de Cultura assumirá a presidência de honra.” (NR)

Art. 20. O caput e os §§ 1º e 2º do artigo 11 da Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Cabe ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Cultura, destinar e fornecer ao CEC para o seu pleno funcionamento: (NR)

[...]

§ 1º O CEC é parte integrante da estrutura de cargos da Secretaria Estadual de Cultura. (NR)

§ 2º O CEC constitui unidade orçamentária da Secretaria de Cultura, devendo encaminhar à mesma sua programação anual, com previsão orçamentária para inclusão no orçamento Global da Secretaria.” (NR)

Art. 21. O artigo 13 da Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O Plenário do CEC é competente para elaborar e votar seu Regimento, obedecidos os limites desta Lei e demais legislações vigentes, sendo, após, enviado para homologação do titular da pasta da Cultura.” (NR)

Art. 22. O artigo 13 da Lei nº. 318, de 31 de dezembro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Na divulgação do projeto financiado nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado e da Secretaria de Estado da Cultura.” (NR)

Art. 23. O inciso II, do artigo 11 da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005 passa a vigorar acrescido da alínea ‘o’ com a seguinte redação:

Art. 11. [...]

[...]

II - Secretarias de Estado:

[...]

o) Secretaria de Estado da Cultura (AC)

Art. 24. A alínea ‘g’ do inciso II, do artigo 11 da Lei nº. 499, de 19 de julho de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. [...]

[...]

II - Secretarias de Estado:

[...]

g) Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED” (NR);

Art. 25. A Seção VII do Capítulo I, do Título IV da Lei nº. 499, de 19 de julho de 2005 e o caput do artigo 34 passam a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO VII

Da Secretaria de Estado da Educação e Desportos (NR)

Art. 34. À Secretaria de Estado da Educação e Desportos – SEED, compete:” (NR)

Art. 26. Fica acrescida a Seção XIV ao Capítulo I, do Título IV da Lei nº. 499, de 19 de julho de 2005 com o artigo 39-B, com a seguinte redação:

“SEÇÃO XIV

Da Secretaria de Estado da Cultura (AC)

Art. 39-B. À Secretaria de Estado da Cultura - SECULT compete: (AC)

I – formular, planejar, orientar, executar, acompanhar e fiscalizar a Política Estadual de Cultura; (AC)

II – garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos à cultura, através da liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística e do acesso às fontes e formas de expressão cultural; (AC)

III – incentivar a formação cultural e o desenvolvimento da criatividade; (AC)

IV – proteger e preservar as expressões culturais: artísticas, digitais, populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras etnias, tradicionais e demais grupos participantes do processo cultural; (AC)

V – articular-se com o Governo Federal, em matéria de políticas e de legislação cultural; (AC)

VI – executar, controlar e gerenciar as políticas públicas, planejadas para a área da cultura no âmbito do Estado; (AC)

VII – desenvolver, produzir, fomentar e apoiar as atividades artísticas e culturais em todas as modalidades e formas; (AC)

VIII – fomentar, estudar, pesquisar, avaliar e estimular, permanentemente, a produção do e nos processos culturais; (AC)

IX – orientar e acompanhar com procedimentos de consolidação de políticas culturais os Municípios do Estado de Roraima, a fim de habituá-los a absorver responsabilidades crescentes; (AC)

X – identificar e ampliar mecanismos de financiamento da produção cultural, viabilizando parcerias e democratizando o acesso a esses recursos e instrumentos; (AC)

XI – pesquisar, estudar e avaliar recursos financeiros para custeio e investimento do Sistema Estadual de Cultura; (AC)

XII – proteger: a memória imaterial e material; o patrimônio pré-histórico e histórico; artístico e cultural, do Estado de Roraima; (AC)

XIII – divulgar as potencialidades culturais e artísticas de Roraima;

XIV – formular ações para a melhoria do desempenho técnico de profissionais da área cultural; (AC)

XV – formular e executar políticas para a melhoria da atuação dos produtores culturais no Estado de Roraima; (AC)

XVI – executar, supervisionar e controlar as ações do Governo relativas à Cultura; (AC)

XVII – exercer outras atividades correlatas.” (AC)

Art. 27. O inciso II e o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 622, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º [...]

II – um cargo de Diretor-geral do Instituto do Desporto; (NR)

[...]

Parágrafo único. O cargo de Diretor-Geral do Instituto do Desporto tem remuneração equivalente a de Secretário Adjunto.” (NR)

Art. 28. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 23 de janeiro de 2013.

**JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR**

Governador do Estado de Roraima

ANEXO I  
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
Secretaria de Estado da Cultura

CODIGO PADRAO	CARGOS	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Subsídio	Secretário de Estado	01	20.025,00	20.025,00
Subsídio	Secretário Adjunto	01	14.017,00	14.017,00
CNES II	Diretor de Departamento	03	4.564,66	13.693,98
CNES II	Gestor de Atividade Meio II	01	4.564,66	4.564,66
CNES III	Assessor Especializado	03	3.663,14	10.989,42
CNES IV	Assessor Especial	03	2.852,91	8.558,73
CNES IV	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	01	2.852,91	2.852,91
CDS-I	Chefe de Divisão	08	2.282,33	18.258,64
CDS-I	Gerente de Núcleo	03	2.282,33	6.846,99
CDL-I	Assessor de Gabinete	02	1.221,05	2.442,10
CDL-I	Assessor Técnico	03	1.221,05	3.663,15
CDL-II	Chefe de Seção	07	1.098,95	7.692,65
CDL-II	Assistente de Gabinete	03	1.098,95	3.296,85
FAL-I	Secretário de Gabinete de Secretário de Estado	02	507,65	1.015,30
FAL-I	Secretário de Departamento	03	507,65	1.522,95
FAL-I	Secretário de Gestor de Atividade Meio II	01	507,65	507,65
FAL-I	Secretário de Gabinete de Secretário Adjunto	01	507,65	507,65
FAL-II	Secretário de Divisão	09	366,75	3.300,75
FAL-II	Auxiliar de Gabinete	02	366,75	733,50
FAL-II	Encarregado de Gabinete	01	366,75	366,75
TOTAL		58	-	124.856,57

ANEXO II  
RELAÇÃO DE CARGOS COMISSONADOS EXTINTOS  
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos

CODIGO PADRAO	CARGOS	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
CNES II	Gerente da Unidade de Cultura	01	4.564,66	4.564,66
CDS-I	Gerente do Núcleo de Artes	01	2.282,33	2.282,33

CDS-I	Gerente do Núcleo de Patrimônio Histórico	01	2.282,33	2.282,33
CDS-I	Gerente do Núcleo de Etnografia e Folclore	01	2.282,33	2.282,33
CDI II	Chefe do Teatro Carlos Gomes	01	1.098,95	1.098,95
CDI II	Chefe da Biblioteca Pública Estadual	01	1.098,95	1.098,95
CDI II	Chefe do Palácio da Cultura	01	1.098,95	1.098,95
CDI II	Administrador do Complexo Cultural e Polí esportivo Parque Ananás	01	1.098,95	1.098,95
CDI II	Director da Escola de Música	01	1.098,95	1.098,95
TOTAL		09	-	16.906,40

## ANEXO III

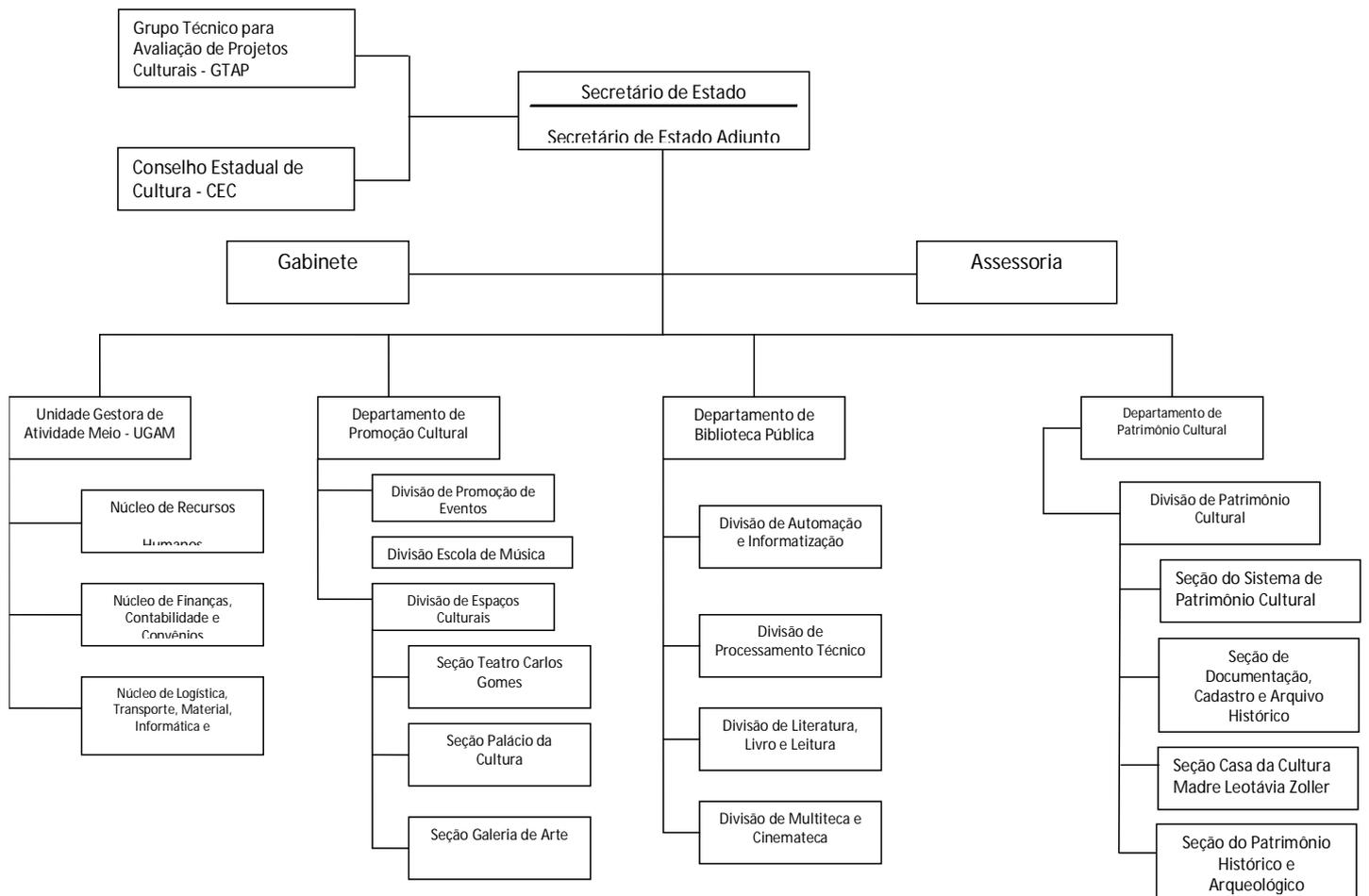
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS.  
Secretaria de Estado da Cultura

CARGO	ATRIBUIÇÃO	ESCOLARIDADE
<b>Secretário de Estado</b>	Realizar a Liderança e articulação institucional ampla do setor de atividades polarizadas pela Secretaria no âmbito da representação e das relações intersecretarias e intergovernamentais.	Nível Superior
<b>Secretário Adjunto</b>	Desempenhar atividades relativas à liderança técnica do processo de implantação e controle de atividades e projetos, bem como a ordenação das atividades de gerência relativas aos meios administrativos, necessários ao funcionamento da Secretaria	Nível Superior
<b>Gestor de Atividade Meio II</b>	Coordenar e executar as funções, relativas à pessoal, material, patrimônio, compras, manutenção, transporte, serviços gerais, contabilidade, convênios, contratos, de administração e centro de treinamento, informática ou outras atividades meio organizadas sob forma de sistemas, nesse caso devendo ser tecnicamente vinculadas às Gerências correspondentes.	Nível Superior
<b>Chefe do Núcleo de Recursos Humanos</b>	Planejar, organizar, comandar, coordenar as atividades do Recursos Humanos; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade; elaborar relatórios periódicos para subsidiar os gestores; providenciar e manter atualizada a documentação, legislação e normas indispensáveis ao funcionamento de sua unidade; prestar assessoramento ao Gestor nas matérias de competência da unidade que dirige; acompanhar e avaliar os servidores que lhes são subordinados; cumprir e fazer cumprir atos e decisões administrativas fixadas pelo Gestor; e executar outras atividades correlatas.	Nível Superior
<b>Chefe do núcleo de Finanças Contabilidade e Convênios</b>	Planejar, organizar, comandar, coordenar as atividades do Orçamento e Finanças; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade; elaborar relatórios periódicos para subsidiar os gestores; providenciar e manter atualizada a documentação, legislação e normas indispensáveis ao funcionamento de sua unidade; prestar assessoramento ao Gestor nas matérias de competência da unidade que dirige; acompanhar e avaliar os servidores que lhes são subordinados; cumprir e fazer cumprir atos e decisões administrativas fixadas pelo Gestor; e executar outras atividades correlatas	Nível Superior
<b>Gerente de Núcleo de Logística, Transporte, Material, Informática e Manutenção</b>	Planejar, organizar, comandar, coordenar as atividades do Núcleo de Administração; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade; elaborar relatórios periódicos para subsidiar os gestores; providenciar e manter atualizada a documentação, legislação e normas indispensáveis ao funcionamento de sua unidade; Prestar assessoramento ao Gestor nas matérias de competência da unidade que dirige; acompanhar e avaliar os servidores que lhes são subordinados; cumprir e fazer cumprir atos e decisões administrativas fixadas pelo Gestor; e executar outras atividades correlatas, coordenando ainda as atividades de Tecnologia da Informação.	Nível médio
<b>Assessor Especializado</b>	Articular e planejar com os outros órgãos e entidades vinculadas a Secretaria estratégias e ações relacionadas as políticas públicas a curto, médio e longo prazo para um projeto duradouro de estado.	Nível Superior
<b>Assessor Especial</b>	Elaborar e promover ações estratégicas, promover a interlocução entre a sociedade, os produtores, promotores e articuladores culturais a fim de garantir a ampla participação das discussões e orientações das políticas culturais a serem adotadas, fortalecendo os laço democráticos da gestão pública e a integração entre o Estado, Ministério da Cultura e Municípios do Estado de Roraima.	Nível Superior
<b>Chefe de Gabinete de Secretário de Estado</b>	Dar apoio administrativo e coordenar o relacionamento social e administrativo; prestar assistência direta e imediata ao Secretário na execução de suas respectivas atribuições e compromissos oficiais e particulares; organizar as visitas oficiais do Secretário em suas entrevistas com os órgãos de divulgação; manter arquivo atualizado de documentos de interesse da Secretaria; acompanhar o noticiário da imprensa à respeito de assuntos de interesse da Secretaria, providenciando a sua catalogação; manter o provimento de transporte oficial; executar outras atividades correlatas.	Nível Superior
<b>Diretor de Departamento de Promoção Cultural</b>	Atuar na promoção, coordenação, implementação de projetos, programas, ações e eventos culturais, na execução administração e logística de shows, festivais, mostras, exposições, oficinas, arraiais, festivais folclóricos e outras ações estratégicas.	Nível Superior e/ou médio
<b>Chefe da Divisão de promoção de eventos</b>	Apoiar o Departamento de promoção cultural na promoção, na execução, administração e logística de shows, festivais, mostras, exposições, oficinas, arraiais, festivais folclóricos e outras ações estratégicas.	Nível médio
<b>Chefe da Divisão escola de música</b>	Proceder a elaboração e planejamento do calendário escolar, acompanhar a execução de aulas, realizar reuniões pedagógicas periódicas, reuniões com pais de alunos, com a associação de pais e mestres, realizar intercâmbio cultural com escolas das rede estadual de ensino, orientar a aquisição de equipamentos musicais e matérias de expediente e didático, planejar e realizar os eventos culturais da escola, acompanhar a frequência dos professores e zelar pelas dependência da escola de música	Nível médio
<b>Chefe da Divisão de Espaços Culturais</b>	Apoiar o Departamento na administração e gestão dos espaços culturais sob sua responsabilidade, assim como planejar, coordenar, organizar e apoiar a realização de mostras, exposições e oficinas.	Nível médio
<b>Chefe da Seção Teatro Carlos Gomes</b>	A administração e gestão do teatro Carlos Gomes, garantindo sua funcionalidade e o cumprimento da agenda anual de eventos	Nível médio
<b>Chefe da seção Palácio da Cultura</b>	A administração e gestão do Palácio da Cultura, na preservação do patrimônio, garantindo sua funcionalidade para a realização de shows, festivais, mostras, exposições, oficinas e o funcionamento da sede da Secretaria de Estado da Cultura de Roraima	Nível médio
<b>Chefe da Seção Galeria de Artes</b>	A administração e gestão da Galeria Di Cavalcante, garantindo sua funcionalidade, para a realização de mostras e exposição de artistas plásticos	Nível médio
<b>Diretor do Departamento de Biblioteca Pública</b>	Atuar na promoção, coordenação, implementação de projetos voltados a ações na área de livro, leitura e literatura, garantir o bom funcionamento da Biblioteca Pública de Roraima e o acesso a acervo diversificado, além de políticas a implementação de Bibliotecas em todo o Estado, através de ações itinerantes, representando o Estado junto a Coordenação do PROLER e Fundação Biblioteca Nacional.	Nível Superior
<b>Chefe de Divisão de automação e informação</b>	Planejamento, execução, acompanhamento e controle de atividades administrativas, na área de informática, respeitada a formação, a legislação profissional e os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Chefe de Divisão de processamento técnico</b>	Planejamento, execução, acompanhamento e controle de ações voltadas a atividades administrativas na área técnica, garantindo a funcionalidade dos equipamentos de informática.	Nível médio
<b>Chefe de Divisão de livro, leitura e literatura</b>	Planejamento e execução de políticas voltadas ao incentivo a leitura e ao fomento a edição de obras literárias, bem como a formação de platéia e profissionais na área.	Nível médio

<b>Chefe da Divisão de Multítecna e Cinemateca</b>	Planejar e executar ações de apoio a criação de espaços criativos e educativos e voltadas a difusão de material audiovisual de caráter informativo com ênfase na cultura local.	Nível médio
<b>Diretor de Departamento de Patrimônio Cultural</b>	Identificar, inventariar, preservar e oferecer à comunidade, acesso às paisagens culturais, sítios históricos, obras e monumentos, instalações e artefatos de valor históricos e artístico que se integrem ao SNPC, é preciso que aprovelem leis e desenvolvam política de patrimônio; criar e fortalecer políticas públicas na área de cultura que estimulem o acesso e ampliem a oferta de bens e serviços culturais.	Nível Superior
<b>Chefe da Divisão de Patrimônio Cultural</b>	Subsidiar o Departamento de Patrimônio cultural e Museus, bem como as demais entidades, com informações relativas ao Patrimônio Histórico do Estado de Roraima	Nível médio
<b>Chefe da seção do Sistema de Patrimônio Cultural</b>	Realizar pesquisas, atualizar o acervo histórico de Roraima, cadastrar e digitalizar a memória cultural do estado	Nível médio
<b>Chefe da seção de Documentação, Cadastro e Arquivo Histórico</b>	Proceder ao cadastramento e o tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural.	Nível médio
<b>Chefe da seção Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller</b>	Realizar exposições permanentes e temporárias, organizar visitas guiadas, planejar, agendar e divulgar as ações realizadas na casa, preservando a estrutura física do prédio.	Nível médio
<b>Chefe da seção de Patrimônio Histórico e Arqueológico</b>	Identificar, inventariar, preservar e oferecer à comunidade, acesso aos sítios arqueológicos, obras e monumentos, instalações e artefatos de valor histórico e artístico.	Nível médio
<b>Assessor de Gabinete</b>	Executar, ou auxiliar a execução de tarefas relacionadas com as atividades-meio e atividades-fim de gabinete, incluídas as atividades que exijam digitação, respeitados os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Assessor Técnico</b>	Tem a função de exercer todas as atividades relacionadas a elaboração, captação de recursos, acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos planos, projetos, ações e programas da Secretaria proporcionando assessoramento técnico especializado ao Secretário da pasta e as demais unidades da instituição.	Nível Superior
<b>Assistente de Gabinete</b>	Executar, ou auxiliar a execução de tarefas relacionadas com as atividades-meio e atividades-fim de gabinete, incluídas as atividades que exijam digitação, respeitados os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Secretário de Gabinete de Secretário de Estado</b>	Planejamento, execução, acompanhamento e controle das atividades da Administração voltadas ao secretariado, redação e revisão de textos ao controle de agendas e arquivos, respeitada a formação, a legislação profissional e os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Secretario de Diretor de Departamento</b>	Planejamento, execução, acompanhamento e controle das atividades da Administração voltadas ao secretariado, redação e revisão de textos ao controle de agendas e arquivos, respeitada a formação, a legislação profissional e os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Secretario de Gabinete de Secretário Adjunto</b>	Planejamento, execução, acompanhamento e controle das atividades da Administração voltadas ao secretariado, redação e revisão de textos ao controle de agendas e arquivos, respeitada a formação, a legislação profissional e os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Secretário de Divisão</b>	Acompanhamento e controle das atividades da Administração em nível de técnico em secretariado, redação de textos, controle de agendas e arquivos, respeitada a formação, a legislação profissional e os regulamentos do serviço	Nível médio
<b>Auxiliar de Gabinete</b>	Auxiliar a execução de tarefas relacionadas com as atividades-meio e as atividades-fim de gabinete, respeitados os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Encarregado de Gabinete</b>	Auxiliar a execução de tarefas relacionadas com as atividades-meio e as atividades-fim de gabinete, respeitados os regulamentos do Serviço.	Nível médio
<b>Secretário de Gestor da Atividade Meio II</b>	Planejamento, execução, acompanhamento e controle das atividades da Administração voltadas ao secretariado, redação e revisão de textos ao controle de agendas e arquivos, respeitada a formação, a legislação profissional e os regulamentos do Serviço.	Nível médio

## ANEXO IV

## ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE CULTURA



## CARTA AOS PAÍSES DE FRONTEIRA

### **CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA - CIR** **I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira** **– Um olhar segundo a Convenção 169 da OIT –**

Exma. Sra. DILMA ROUSSEFF  
Presidente da República Federativa do Brasil

Exmo. Sr. DONALD RAMOTAR  
Presidente da República Cooperativa da Guiana

Exmo. Sr. NICOLÁS MADURO  
Presidente da República Bolivariana da Venezuela

Nós Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona e Taurepang, habitantes dos países Brasil, Guiana e Venezuela, presentes no I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira realizado nos dias 25 a 27 de junho de 2013, no Centro Regional Lago do Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, Brasil, após discutir, identificar e mapear os problemas das comunidades indígenas localizadas nas fronteiras de Roraima, Guiana e Venezuela, relacionados às atividades sociais, econômicas e culturais, considerando analisar as disposições da Convenção 169 da OIT, assim nos manifestamos:

Somos os guardiões das fronteiras. É fundamental considerar um ordenamento jurídico específico aos povos indígenas, em especial aos que estão localizados nas fronteiras. Queremos que os problemas identificados nesse Encontro sejam analisados em conformidades com os instrumentos internacionais como a Declaração da ONU sobre os Povos Indígenas e a Convenção 169 da OIT.

Com tristeza vimos uma série de violações de direitos humanos contra os povos indígenas, como reversões de valores e de direitos. Um exemplo disso são os homicídios recentes dos parentes Oziel Terena no Mato Grosso do Sul e Adenilson Munduruku no Pará. É necessário adotar medidas urgentes para mudar esse quadro de violência e punir os responsáveis.

Solicitamos a ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Estado da Guiana, assim como a sua regulamentação pelo Brasil e Venezuela que ratificaram esse convênio em seus estados.

Manifestamos contra as ameaças e retrocessos aos direitos indígenas, em especial contra a PEC 215 que está em trâmite no Congresso Nacional Brasileiro, contra a lei da Mineração em Terras Indígenas, contra a Portaria

303 da AGU e as 19 Condicionantes que são analisadas pelo Supremo Tribunal Federal no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Esperamos que nossas autoridades públicas venham dar atenção aos resultados desse Primeiro Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira com ações concretas e efetivas, inclusive com a participação decisiva dos povos indígenas.

Centro Indígena Lago do Caracaranã-RR, 27 de Junho de 2013.

Abaixo Assinamos.



Disponível: Site – Carta aos Países de Fronteiras / CIR

<http://indigenasnasfronteiras.blogspot.com.br/2013/06/carta-aos-paises-de-fronteira.html?spref=fb>



sexta-feira, 21 de setembro de 2018

## Cultura: sugestões que nossa experiência identifica como urgentes

Na roda de prosa 'A cultura na pauta das eleições 2018', realizada no dia 19 de setembro de 2018, no Espaço Circular de Cultura Malokômbia, os candidatos presentes receberam as 15 sugestões abaixo, formuladas por representantes da sociedade civil ligados aos segmentos culturais:



1 – **implantar o Fundo de Cultura**, com acesso aos recursos por meio de editais como prêmios, e em plena sintonia com as necessidades dos setores culturais;

2 – **atualizar a LIC** – Lei de Incentivo a Cultura - mediante consulta pública;

3 – **fortalecer** o Conselho de Cultura;

4 – **potencializar** a Rede de Pontos de Cultura existente e lançar novo edital para novos pontos de cultura, com ênfase na cultura de base comunitária;

5 – **criar** a Rede de Pontos de Cultura Rural;

6 – **edital para manutenção** de grupos e espaços culturais;

7 – **edital para médios** e pequenos eventos;

8 – **edital de circulação** da produção artística;

9 – **facilitar**, por meio de parcerias com Universidades e Governos da Amazônia, o intercâmbio regional;

10 – **recuperar** os espaços culturais públicos;

11 – **agregar** na equipe técnica da Secult, pessoas que gostem de gente, sem preconceitos com a diversidade do setor, sensíveis, abertas às vivências da pluralidade do setor, e dispostas aos aprendizados;

12 – **consultas** públicas para aplicação dos recursos, especialmente do Fundo;

13 – **CEC** ouvir os setores antes de ofertar o parecer;

14 – **criar** na Secretaria assessoria de projetos para orientação e acompanhamento dos projetos executados com recursos da Secult;

15 – **gestor/a da SECULT** com perfil democrático, capacitado/a a tratar com a diversidade de expressões e a ausência do "pensamento único" no setor, conhecedor/a da política nacional de cultura, sem medo de dizer: "**não sei, desconheço esse assunto, bora aprender juntos**", arrojado/a para buscar recursos em diversas fontes.

### Leia também

[Lei Estadual de Incentivo: sugestões de artistas e produtores culturais de Roraima feitas em 2015](#)

[Carta de Roraima](#)

[Carta de Roraima \(com anexos\)](#)

### Colaboradores

- [Aldenor Pimentel](#)
- [Camila Bessa](#)

### Arquivo do blog

▼ 2018 (12)

▶ Outubro (6)

▼ Setembro (4)

[Nota de repúdio: Governo de Roraima não entrega pr...](#)

[Mobilização pela cultura de Roraima: breve cronolo...](#)

[Cultura: sugestões que nossa experiência identific...](#)

[Lei Estadual de Incentivo: sugestões de artistas e...](#)

▶ Janeiro (2)

▶ 2017 (72)

▶ 2016 (29)

Minuta de decreto da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, proposta à Secult pelo Conselho de Cultura

Postado por [Aldenor Pimentel](#) às 13:12



Marcadores: [ativismo cultural](#), [ativismo político](#), [eleições](#), [políticas de cultura](#)

Nenhum comentário:

Postar um comentário

Digite seu comentário...

 Comentar como: Selmar Almeida ▼ Sair

Publicar Visualizar  Notifique-me

[Postagem mais recente](#)

[Página inicial](#)

[Postagem mais antiga](#)

Assinar: [Postar comentários \(Atom\)](#)